

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

**“SALVE AURORA DO DIA 1º DE MAIO”: ASSOCIATIVISMO OPERÁRIO,
GÊNERO E COR NA CIDADE DE MANAUS DURANTE A PRIMEIRA
REPÚBLICA (1890-1930)**

RICHARD KENNEDY NASCIMENTO CANDIDO

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO – UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**“SALVE AURORA DO DIA 1º DE MAIO”: ASSOCIATIVISMO OPERÁRIO,
GÊNERO E COR CIDADE DE MANAUS DURANTE A PRIMEIRA
REPÚBLICA (1890-1930)**

RICHARD KENNEDY NASCIMENTO CANDIDO

Sob Orientação da Professora Doutora.

Fabiane Popinigis

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração: Relações de Poder e Cultura.

Seropédica, RJ

Junho de 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C217" Candido, Richard Kennedy Nascimento, 1993-
"Salve Aurora do Dia 1º de Maio": associativismo
operário, gênero e cor na cidade de Manaus durante a
Primeira República (1890-1930) / Richard Kennedy
Nascimento Candido. - Seropédica, 2019.
122 f.: il.

Orientadora: Fabiane Popinigis.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Pós-Graduação em História, 2019.

1. Primeiro de Maio. 2. Manaus. 3. Primeira
República. 4. Gênero. 5. Associativismo Operário. I.
Popinigis, Fabiane, 1972-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Pós-Graduação em
História III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E
DOUTORADO

RICHARD KENNEDY NASCIMENTO CANDIDO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de MESTRADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/06/2019

Banca Examinadora:



Doutor (a) FABIANE POPINIGIS - UFRRJ
(Orientadora e Presidente)



Doutor (a) ALVARO PEREIRA DO NASCIMENTO - UFRRJ

Maria Luiza Ugarte Pinheiro
MÁRIA LUIZA UGARTE PINHEIRO - UFAM



PAULO ROBERTO RIBEIRO FONTES - UFRJ

Mas isso é sobre não desistir. Se você tem um sonho, lute por ele.

Stefani Joanne Angelina Germanotta

À minha família que mesmo longe me deu todo apoio para finalizar mais esta fase de minha vida, principalmente a figura da minha mãe, carinhosamente chamada de Má.

À minha avó Adelça, postumamente.

Ao professor Geraldo Pantaleão Pinheiro, postumamente, que me apresentou ao mundo da imprensa e pacientemente me ensinava a ler as fontes.

Agradecimentos

“Não é possível passar por essa vida sem ter o hábito de agradecer”! Escrever os agradecimentos de uma dissertação indica que estamos no final desta empreitada. E que jornada vivenciei nesses últimos três anos (desde a feitura do projeto até a defesa). Sair de minha cidade natal em busca do meu grande amor não é tão ruim quanto falam, especialmente quando se descobre que são dois amores: o amor à História e o amor afetivo. Cada palavra escolhida aqui tem significados grandiosos na minha trajetória e apesar de não ser muito bom em demonstrar afetividade, meu coração é bom!

Iniciarei agradecendo ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro na figura do Paulo. Desde a seleção, o Paulo sempre ajudou, seja puxando nossa orelha para entregar os relatórios no prazo ou pela grande quantidade de e-mails enviados pelos alunos para tirar dúvidas, agradeço principalmente pela paciência. Um agradecimento especial a CAPES pela bolsa, sem isso nada do que eu vivenciei teria sido possível. Não posso esquecer do meu saudoso presidente Lula e minha presidenta Dilma, sem as políticas públicas dessas duas figuras, seguramente eu não estaria aqui.

Preciso agradecer as oportunidades de crescimento intelectual que o Rio de Janeiro e a Rural me possibilitaram. Agradeço aos professores Álvaro Nascimento, Alexandre Fortes, Luís Edmundo, Fabiane Popinigis, Felipe Ribeiro, Marcelo Badaró e Felipe Magalhães por terem me dado oportunidade de aprimorar meus conhecimentos a partir das disciplinas cursadas durante o mestrado. Agradecer também aos professores Leonardo Pereira e Álvaro Nascimento que participaram do meu exame de qualificação, as sugestões foram essenciais para guiar e reestruturar a presente dissertação. Naquele momento os meus escritos não eram nada além de ideias perdidas sem direção.

Não tenho palavras para descrever a grande oportunidade que foi ser orientado por Fabiane Popinigis. Muito do meu amadurecimento veio das conversas e reuniões de orientação. Obrigado pelos direcionamentos, sugestões e paciência, sobretudo na leitura dos meus textos que ainda estavam meio perdidos. Agradeço por ter aceitado me orientar, agradeço também por todos esses dois anos de convívio e de grande crescimento para mim.

Um especial agradecimento ao Prof. Luís Balkar Pinheiro que foi o primeiro incentivador da pesquisa na graduação em História da UFAM. Muito obrigado por ter me ensinado tudo que sei sobre a História do Trabalho no Amazonas e sobre o 1º de maio. Agradeço também a Profa. Maria Luiza Pinheiro pelos incentivos quando fui seu monitor na disciplina Metodologia da Pesquisa Histórica. À profa. Keith Barbosa por ter me sugerido fazer a seleção de mestrado na Rural. E gostaria de salientar que tanto na UFAM quanto na UFRRJ não existe balbúrdia, mas sim muito trabalho e dedicação de todos.

Aos amigos que a Rural me deu. Marcela (dona e proprietária da Rural) muito obrigado pelos incentivos, sobretudo na reta final da dissertação. Agradecer a Thaís pelos nossos sofrimentos na reta final de escrita, essas nossas trocas de desespero e incentivo foram importantes para finalizar essa etapa. Agradeço também aos outros colegas de turma, pelos diálogos, trocas de experiências, tanto na universidade quanto nos bares de Seropédica e Nova Iguaçu.

Não posso finalizar a descrição da experiência do que foi viver esse mestrado sem falar de Marcelo e Ana Paula. Não tenho palavras para falar sobre essas duas pessoas maravilhosas que cruzaram meu caminho, eu só tenho a agradecer a Rural por essa maravilha. Das conversas no café/bar em Seropédica para os eventos pelo país (com mais bares). Agradeço principalmente pelos conselhos, sugestões e pelo acolhimento. Obrigado aos queridos Felipe e Cléo, sem vocês essa experiência não teria sido completa “pocs”. Nossa meta de dominar o Brasil está caminhando a passos largos.

Não tenho palavras para descrever a minha relação com a Geisi, viemos juntos nessa aventura saindo lá do Amazonas para enfrentar esse turbilhão que é o Rio de Janeiro. Sem ela eu não teria conseguido aguentar dois meses de Rio de Janeiro. Eu perdoo todas as vezes que você me ligou chorando e eu espero que você me perdoe todas as vezes que eu fiz isso também. Uma amizade que teve início ainda na graduação, na UFAM, que se estendeu para o estágio no TJAM, e depois entrou para a vida. Uma amizade de cumplicidade, de pessoas que se entendem apenas pelo olhar ou pela mudança de voz. “Richard, posso passar o final de semana aí na tua casa?” ou “Odeio o frio de Petrópolis, tu poderia morar mais perto”, o limite na nossa amizade não existe. Obrigado pelos comentários críticos nas versões preliminares da dissertação.

Agradecer as queridas Jessyka, Agda, Rafaela, Raphaela, Carol, Sarah e Talita. As melhores ideias e ajuda psicológica que ninguém mais podia dar – principalmente as ligações eternas com a Carol toda manhã que se resumia a “como vai Galisteu?” e “os humilhados serão exaltados”. Ah, obrigado pelas palavras acolhedoras e pelos abstracts

<3. Dos encontros, das leituras de capítulo que eu intimava vocês a lerem, meu muito obrigado por tudo. Agradecer também ao Sindicato das Venenosas, Animais da História, Procura-se 3 empregos e República Libertada vocês foram especiais e importantes nessa jornada.

Acho que falei muito, mas ainda preciso falar das pessoas mais importantes da minha vida. Não tenho palavras para mensurar a importância de minha mãe nesses anos longe de casa, o apoio dela foi fundamental para viver esse sonho. Especialmente porque escrevo parte desses agradecimentos no Dia das Mães e pela terceira vez seguida eu não estou perto da senhora. Essa dissertação é sua mãe!!

Meus agradecimentos a meu pai (Val), meus irmãos (Phablo, Victor, Jhuan) e minhas irmãs (Priscilla e Polly), minha cunhada (Fabrine), meus sobrinhos (Kelvin e Pietra). Muito obrigado, você foram muito importante! Não posso deixar de falar da minha Vó Chaga, tenho muitas saudades de ficar no pátio da casa dela ouvindo as histórias do interior. Te amo!!!

Finalizo esta dissertação agradecendo a Sidnei. Pelo companheirismo de todos os dias e pelos puxões de orelha quando eu estava procrastinando. Agradeço por sempre acreditar em mim, mesmo quando nem eu acreditava. Obrigado por não me deixar desistir.

*O presente trabalho foi realizado com apoio da
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001*

*This study was financed in part by the Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil –
(CAPES) – Finance Code 001*

RESUMO

A presente dissertação de mestrado tem como objetivo analisar as mobilizações do Primeiro de Maio na cidade de Manaus durante a Primeira República. O recorte temporal de 1890 a 1930 foi escolhido por marcar uma mudança significativa nos rumos da data, sobretudo a partir do Estado Novo. Buscamos investigar as movimentações em torno da data por meio de dois aspectos: a cidade como palco das mobilizações e as lideranças como atores. Outra perspectiva evidenciada pela presente pesquisa foi o olhar lançado nas relações de gênero e raça, sobretudo nas figuras de Adalgiso Santos e das operárias da Fábrica Amazonense de Roupas. Assim, busco compreender os papéis dos atores sociais na mobilização do Dia do Trabalhador em Manaus e como a imprensa externalizou as relações entre homens e mulheres em torno dessa grandiosa data.

Palavras-Chave: Primeiro de Maio; Manaus; Primeira República; Gênero; Associativismo Operário.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the mobilizations in the city of Manaus during the First Republic. The temporal clipping from 1890 to 1930 was chosen because it marked a significant change of the direction of the date mainly due to the New State. We aim to investigate the movements around the date through two aspects: the city as a stage of the mobilizations and the leaderships as actors. Another perspective protruded by this research was the look towards the gender and race relations, mainly on the image of Adalgiso Santos and the Amazonian Clothing Factory workers. Therefore, I seek to comprehend the roles of the social protagonists on the Labor Day mobilization in Manaus and how the press externalized the relations between men and women around this grandiose date.

Keywords: May Day; First Republic; Gender; Manaus; Worker Associativism.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Crescimento da população no Amazonas e na cidade de Manaus	34
Tabela 2 - Homens e Mulheres nos primeiros Censos Populacionais no Amazonas	35
Tabela 3 - Profissões I.....	36
Tabela 4 - Profissões II	37
Tabela 5 - Profissões III.....	37
Tabela 6 - Profissões IV	38
Tabela 7 - Profissões V	38
Tabela 8 - Nacionalidade dos Trabalhadores da União Operária Amazonense	43

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Planta da Cidade de Manaus.....	47
--	----

LISTA DE IMAGENS

Figura 1- Joaquim Azpilicueta discursando no 1° de maio de 1914 em Manaus.....	58
Figura 2 - João Cursino da Gama	60
Figura 3 - Tércio de Miranda.....	61
Figura 4 - Ilustração do 1° de Maio	66
Figura 5 - Ilustração Comemorativa ao 1° de Maio.....	68
Figura 6 - O trabalhador e a aurora operária	71
Figura 7 - Mercaria e Botequim Primeiro de Maio.....	77
Figura 8 - Adalgiso Santos	81

LISTA DE ABREVIATURAS

Art. – Artigo

J.C – Jornal do Comércio

OIT – Organização Internacional do Trabalho

Sumário

INTRODUÇÃO	16
A História do Primeiro de Maio: da Europa até o Amazonas.....	19
Fontes e Capitulação.....	25
CAPÍTULO I – O TRABALHO URBANO EM MANAUS E AS PRIMEIRAS IMPRESSÕES DO PRIMEIRO DE MAIO	27
1.1 A cidade de Manaus.....	28
1.2 Trabalhadores na cidade da borracha	40
1.3 Manaus como palco das mobilizações do Primeiro de Maio	45
CAPÍTULO II – AS LIDERANÇAS OPERÁRIAS E O ASSOCIATIVISMO NA CIDADE DE MANAUS EM TORNO DO PRIMEIRO DE MAIO	54
2.1 A difusão do Primeiro de Maio em Manaus: as lideranças em discussão	57
2.1.1. Joaquim Rocha dos Santos e o Jornal do Comércio do Amazonas: suas atuações entre os operários de Manaus	63
2.2 Associativismo em Manaus: O Bloco Recreativo Primeiro de Maio	73
CAPÍTULO III – “TAMBÉM ERAM ESPLORADAS!”: AS MULHERES E O PRIMEIRO DE MAIO EM MANAUS	84
3.1 “Vae fechar a Fabrica de Roupas Amazonense: a atitude das operarias”	90
3.2 As operárias, a imprensa e o Primeiro de Maio	101
CONCLUSÃO	110
FONTES	112
BIBLIOGRAFIA	114

INTRODUÇÃO

Se bem que o 1º de Maio não fosse o que deveria ser, não é menos verdade de que ele assinalou uma pagina omerica na historia do Trabalho no Amazonas.¹

Como enfatizou Dido, autor do trecho acima retirado da nota do jornal *A Lucta Social*, a mobilização do Dia do Trabalhador no ano de 1914 seria marcante. As trabalhadoras da Fábrica de Roupas Amazonense participaram de forma ativa do Primeiro de Maio na cidade, sobretudo quando o préstito fez uma parada em frente ao estabelecimento fabril onde trabalhavam.

A mobilização caminhava em direção à rua da Instalação e parou em frente à fábrica para saudar as trabalhadoras. Segundo nota do jornal, o préstito era pacífico e silencioso, de onde só se ouviam as “pizadas dos ómens de trabalho”.² Nesta movimentação, as operárias foram comparadas a cristãs que receberiam Jesus (os operários masculinos), onde era possível rememorar uma das mais diversas passagens bíblicas.

A operária Cecilia Miranda foi escolhida como representante das trabalhadoras para proferir um discurso no qual, segundo o autor da nota, estendeu a solidariedade da classe aos operários homens que já estavam participando da mobilização. Na sequência, ao final da fala do acadêmico da Universidade Livre de Manaós, as operárias da fábrica foram convidadas para acompanhar o cortejo junto dos outros trabalhadores em direção ao teatro Alcazar.

A mobilização de 1914, narrada pelo jornal anarquista *A Lucta Social*, apresenta um viés pouco explorado: a participação das mulheres trabalhadoras

¹ A Lucta Social, ano 1, n 3. Manaus, 1 de Junho de 1914.

² A Lucta Social, ano 1, n 3. Manaus, 1 de Junho de 1914.

nas comemorações do Primeiro de Maio. Essas operárias desempenham importante papel para o entendimento das relações de gênero dentro de um tema considerado clássico pela historiografia do trabalho, na região norte do país, especificamente na cidade de Manaus.

O interesse pelo tema surgiu em 2014, na graduação em História na Universidade Federal do Amazonas – UFAM, durante a Iniciação Científica³. A leitura do artigo de Michelle Perrot, “*O primeiro Primeiro de Maio na França (1890): nascimento de um rito operário*” foi o ponto de partida para pensar todas essas problemáticas em torno da célebre data. Para Perrot, o Primeiro de Maio funcionava como o “nascimento de um rito operário” encarnado em simbologias próprias que visava o estabelecimento de uma data internacional. A autora considerava ainda importante destacar que a data se moldou a partir da luta pelas oito horas de trabalho que até então eram vistas como utopia.⁴

No artigo “*O nascimento de um feriado: o Primeiro de Maio*”, Eric Hobsbawm segue caminho semelhante ao apontado por Perrot, afirmando ser este o surgimento de algo grandioso. Enquanto Perrot aponta que a data foi “criação de cima”, principalmente da corrente marxista guesdista⁵ – referindo-se a ao grupo intelectual da classe trabalhadora na França –, Hobsbawm aponta que foi uma data “estabelecida, não pelo poder de governos ou conquistadores, mas por um movimento totalmente não-oficial de homens e mulheres pobres”.⁶ São duas afirmações que conversam e caminham num mesmo sentido, o de reafirmar a classe trabalhadora como protagonista da criação dessa data.

No Brasil, ela ganhou olhares de diversos historiadores, principalmente no final dos anos 1990 e na década de 2000. Entre os destaques, temos a clássica obra de Sílvia Petersen, “*Origens do 1º de Maio no Brasil*”, onde Petersen mapeia as primeiras manifestações do Primeiro de Maio no Brasil, concentradas no centro-sul do país⁷, apontando ainda que as primeiras mobilizações divulgadas pelos jornais ocorreram no ano de 1891.⁸

³ A pesquisa teve orientação do Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro na Universidade Federal do Amazonas. Os dois anos da pesquisa foram cruciais para o levantamento das fontes e me apresentou a bibliografia sobre a temática.

⁴ PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 7ª edição – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017, pág. 138.

⁵ Idem, pág. 133.

⁶ HOBBSAWM, Eric. *Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, pág. 169-190.

⁷ PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Origens do 1º de Maio no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS – MEC, 1981.

⁸ Mais recente, a historiadora escreveu que as pesquisas em História precisavam avançar e sair do eixo Rio-São Paulo. Essa nova perspectiva funcionaria como um modelo de desenvolvimento da história dos

Cláudio Batalha aponta o 1º de Maio como a data mais importante da cultura associativa.⁹ Para ele, apesar de as primeiras mobilizações no Rio de Janeiro terem ocorrido à partir de 1891, a grandiosidade da data só foi observada quando se consolidaram as instituições operárias.¹⁰ Logo, o crescimento do 1º de maio está intimamente ligado ao processo de organização da classe trabalhadora.

Em dissertação de mestrado do final da década de 1980, Bernardo Kocher aponta os dois principais sentidos do Primeiro de Maio: um dia tanto de luto quanto de luta.¹¹ Quase dez anos depois, Luciana Barbosa Arêas criticava o caráter reducionista dessa análise, já que “o caráter heterogêneo e múltiplo das interpretações e das formas de comemoração do 1º de Maio constitui seu aspecto mais significativo”, e que “a utilização desses paradigmas pelo autor retira boa parte da riqueza da história do ‘dia do trabalho’”.¹² Ou seja, tentar encaixar a data em modelos pré-estabelecidos faria com que se perdessem algumas das diversas nuances do movimento.

Nas discussões mais atuais, como em “*Um dia, muitas histórias... Trajetória e concepções do Primeiro de Maio em Fortaleza da Primeira República ao Estado Novo*”, Lindercy Lins investiga as mudanças ocorridas em torno da data no estado do Ceará, desde a Primeira República até o Estado Novo,¹³ - uma das primeiras reflexões fora do eixo centro-sul do país.

Os debates sobre o Primeiro de Maio durante o Estado Novo também foram o objeto de pesquisa de Isabel Bilhão, onde em seu artigo “*Trabalhadores no Brasil!: as comemorações do Primeiro de Maio em tempos de Estado Novo varguista*”, é possível observar um ponto em comum nas análises da data tanto durante a Primeira República quanto durante o Estado Novo: as sistemáticas tentativas de apropriação da data, que

trabalhadores e trabalhadoras. Ainda nas observações de Petersen, grande parte das pesquisas produzidas no norte/nordeste mantem ineditismo por conta da pouca circulação fora de sua região. Ver mais: PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. “Cruzando Fronteiras: As pesquisas regionais e a História Operária Brasileira”. *Anos 90*. Porto Alegre, nº 3, jun. 1995, pág. 146.

⁹ Por cultura associativa Batalha entende “um conjunto de valores compartilhados pelas associações operárias”. Ver mais: BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República*. IN.: BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes e SILVA, Fernando Teixeira da. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, pag. 105.

¹⁰ Idem, pág. 106.

¹¹ KOCHER, Bernardo. *Luto-Luta - O Primeiro de Maio no Rio de Janeiro: 1890-1940*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 1987.

¹² ARÊAS, Luciana Barbosa. *A Redenção dos Operários: o Primeiro de Maio no Rio de Janeiro durante a República Velha*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, 1996, pág. 5.

¹³ LINS, Lindercy Francisco Tomé de Souza. *Um Dia, Muitas Histórias... Trajetória e Concepções do Primeiro de Maio em Fortaleza da Primeira República ao Estado Novo*. Mestrado (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará, 2006.

acabavam por reafirmar o grande potencial do Dia do Trabalho¹⁴. Segundo Bilhão, as concentrações das mobilizações:

Foram apresentadas como ‘movimento cívico-trabalhista’, ‘comício cívico-militar’ e como ‘ato cívico-artístico-desportivo’. Embora variando na ênfase, tiveram em comum a combinação de diversões populares com exaltação cívico-nacionalista e do governo, bem como a busca permanente da normatização e controle da presença e da participação do público, a quem o papel destinado seria o de espectador¹⁵.

No Amazonas, o primeiro historiador a tecer reflexões sobre o 1º de Maio foi Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, destacando que apenas a partir do século XX é que a imprensa passa a lançar olhares para a data. Interessante perceber ainda, a partir de seus escritos, a relação entre o crescimento da classe trabalhadora da cidade e o Dia do Trabalhador.

A consolidação do 1º de Maio em Manaus refletia também o adensamento de trabalhadores na cidade, impulsionado pela urbanização modernizadora alavancada pela expansão da economia de exportação da borracha. Com o aumento da classe operária, desenvolveram-se em paralelo o avanço de seu processo associativo e o início de suas primeiras mobilizações, protestos e greves, transformando definitivamente o panorama social da cidade¹⁶.

Enquanto Pinheiro pensava o Primeiro de Maio por um viés maior e estrutural da classe trabalhadora, aliando-o aos avanços do processo associativo, mobilização e greves, Luciano Everton Teles discutia as primeiras impressões da data na cidade. Segundo Teles, as disputas internas entre anarquistas e socialistas ao redor das origens do 1º de Maio movimentavam as ações em Manaus, sobretudo entre essas duas correntes.¹⁷ Teles evidenciou ainda como as redes de contato entre os trabalhadores locais e nacionais influenciaram grandes acontecimentos na cidade, inclusive no Primeiro de Maio.¹⁸

A História do Primeiro de Maio: da Europa até o Amazonas

¹⁴ BILHÃO, Isabel. “Trabalhadores do Brasil!: as comemorações do Primeiro de Maio em tempos de Estado Novo Vargasista”. IN.: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n° 62, 2011, pág. 89.

¹⁵ Idem, pág. 90.

¹⁶ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Vozes Operárias: fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Gramma, 2017, pág. 125.

¹⁷ TELES, Luciano Everton Costa. “Imprensa e Mundos do Trabalho: a singularidade da Imprensa Operária no Amazonas”. *Revista Mundos do Trabalho*. Vol. 3, n. 5, janeiro-junho, 2011, pág. 210.

¹⁸ TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo Redes Sociais, projetos de identidade e espaços políticos: a imprensa operária no Amazonas*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

No final do século XIX, nos Estados Unidos da América, a Federação Americana e Canadense do Trabalho tentava unificar a classe trabalhadora local em favor da diminuição da jornada de trabalho, além de lutar pela aprovação de leis protetivas. No 1º de maio de 1886, ocorreu a deflagração de diversas greves por todo o país, onde os trabalhadores saíram às ruas para ouvir as lideranças.

A polícia passou a reprimir os manifestantes, no dia 3 de maio, atacou uma reunião onde um grupo de trabalhadores debatia a demissão em massa de pelo menos 2 mil operários da fábrica McCormick: o resultado foram 4 mortos e dezenas de feridos. No dia seguinte, na Praça Haymarket, houve mais protestos, cuja insatisfação com as mortes do dia anterior havia sido incorporada. Neles, intercalavam-se os discursos das diversas lideranças, entre elas Spies, Parsons e Fielden. A polícia já cercava a mobilização quando uma bomba fora arremessada contra eles, causando uma morte e vários feridos. Os policiais então repreenderam novamente os trabalhadores, culpando-os pela fatalidade.¹⁹ Dessa vez, o número de mortos havia sido elevado, assim como o de feridos.

Na sangrenta praça Haymarket houve grande número de vítimas e as autoridades detiveram os dirigentes operários.

À procura do culpado pelo arremesso da bomba, seguiram-se meses de perseguição indiscriminada a líderes sindicais. Sem encontrar o responsável, a polícia deu ordem de prisão a dirigentes anarquistas: Fisher, Parsons, Engel, Spies, Lingg, Neeb, Schwab, Fielden, Lessinger e Most.²⁰

Daí em diante, os protestos contra as jornadas de trabalho extenuantes passaram a ser também contra a punição aos trabalhadores, que estavam sendo acusados do plantio da bomba no incidente com a polícia. O Tribunal de Justiça reconsiderou o julgamento de alguns operários por ausência de provas, apesar de outros terem passado por julgamento e sofrido a condenação: enforcamento²¹.

Embora reprimidos, os trabalhadores conseguiram as oito horas de labuta em diversos estados norte-americanos. Mesmo com a vitória parcial, era necessário conquistar a redução em todo o território estadunidense, bem como incentivar, aos outros operários, da importância a luta pela melhoria das condições de trabalho.²²

¹⁹ FONTANA, Hugo. “Haymarket, Chicago, 1º de Maio de 1886”. IN: *Verve*, n° 27, 2015, pág. 13-28.

²⁰ CARDOSO, Alcina de Lara e ARAÚJO, Silvia Pereira de. *1º de Maio: cem anos de solidariedade e luta*. Curitiba: Beija-Flor, 1986, pág. 13/14.

²¹ LINS, Lindercy Francisco Tomé de Souza. Op. Cit. 2006, pág. 31.

²² Idem.

O caso narrado no início deste tópico ficou conhecido como os “Mártires de Chicago” e permaneceu por bastante tempo no imaginário da classe trabalhadora. Cláudio Batalha aproxima ainda a data e o fato simbolicamente à ideia de “redenção”.

Desse modo se opera uma transformação do 1º de Maio, tornado celebração da morte e da redenção final. Como Cristo, os Mártires de Chicago, e todos aqueles que tombam na luta contra a burguesia, dão seu sangue pelo proletariado²³.

A partir dessas mobilizações insurgidas nos Estados Unidos em 1889, o Congresso Internacional de Paris decidiu decretar o 1º de maio como o dia de luta pelas oito horas diárias de trabalho. A Segunda Internacional²⁴ foi a principal responsável pela criação da data alusiva às conquistas dos trabalhadores, em 1889. Um dos militantes, Raymond Lavigne, preparou uma moção que seria de grande relevância na escolha consciente da data e de seus significados representativos.

Será organizada uma grande manifestação internacional com data fixa, de modo que, em todos os países e em todas as cidades ao mesmo tempo, no mesmo dia marcado, os trabalhadores intimem os poderes públicos a reduzir legalmente a jornada de trabalho a oito horas e a aplicar as outras resoluções do Congresso Internacional de Paris. Considerando que uma manifestação semelhante já foi decidida para o Primeiro de Maio de 1890 pela American Federation of Labour, em seu Congresso de dezembro de 1888, realizado em Saint-Louis, adota-se esta data para a manifestação²⁵.

Ao analisar o discurso acima, percebe-se que os trabalhadores tomaram consciência de como poderiam fazer para chamar atenção necessária para sua causa, num momento em que os processos de conscientização e organização operária avançavam sensivelmente em escala internacional²⁶. Michelle Perrot mostra que o objetivo dos trabalhadores presentes na Internacional de 1889 com a criação do Primeiro de Maio era “dar à classe operária consciência de si mesma através da realização de gestos idênticos num amplo espaço e de impressionar a opinião pública com tal espetáculo”²⁷.

Os trabalhadores direcionavam muitas de suas ações e lutas contra o patronato, segmento que era mais diretamente responsabilizado pela precária situação social dos operários, consolidando, assim, a presença de um dos mais importantes movimentos sociais da contemporaneidade²⁸. Outro alvo para o qual passaram a dirigir suas

²³ BATALHA, Cláudio Henrique Moraes. Op. Cit. 2004, pág. 109.

²⁴ Era uma associação livre com partidos socialdemocratas e operários que partilhavam tanto de elementos revolucionários quanto de elementos reformistas.

²⁵ PERROT, Michelle. Op. Cit. 2017, pág. 129/130.

²⁶ HOBBSAWN, Eric. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

²⁷ PERROT, Michelle. Op. Cit. 2017, pág. 129/130.

²⁸ GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 1997, pág. 171.

reivindicações prioritárias visava atingir - ou, pelo menos, chamar a atenção - de uma instância maior da sociedade: o Estado.

Passeatas, comícios e diversos formatos de mobilização operária foram articulados e ganharam destaque no cotidiano das grandes cidades, chamando a atenção da sociedade para a situação trabalhista e a exploração operária. Essas manifestações buscavam também pressionar o Estado a intervir em favor dos trabalhadores, especialmente em algumas de suas reivindicações históricas, como a luta pela jornada de trabalho de 8 horas diárias, dentre outras propostas para melhoria das condições de vida da classe operária.

A luta pelas 8 horas diárias foi o cerne que moveu as primeiras manifestações que marcaram as lutas de toda a classe, ainda no século XIX e início do século XX. Em muitos casos, a jornada de trabalho chegava a ser de 17 horas por dia, não existindo condições de trabalhos específicas ao gênero ou faixa etária, assim como outros direitos fundamentais existentes na atual configuração da legislação trabalhista: férias, descanso semanal e aposentadoria. Lutava-se para alcançar o ideal: 8 horas de trabalho, 8 horas de descanso e 8 horas de lazer.

Muitos operários, mesmo enfermos, sacrificavam-se nas indústrias para não perder o emprego que, apesar da exploração, era a fonte do sustento de toda a família. Essa era uma situação dramática que se arrastava desde os primórdios da Revolução Industrial, e que logo cedo chamou a atenção do pensamento social, passando a denunciá-la²⁹. Não havia qualquer legislação protetiva, tendo esta surgido muito lentamente, a partir de 1917, em profunda relação com a luta operária.³⁰

Contudo, no contexto de surgimento do Primeiro de Maio, é preciso salientar que o movimento operário avançava mais rapidamente na Europa Ocidental. Na França de 1906 também começaram a se intensificar as manifestações pelas 8 horas de trabalho. No século XIX, os trabalhadores nos Estados Unidos, Inglaterra e França já haviam travado grandes batalhas internas pela redução da jornada de trabalho.³¹ Anos mais tarde, com a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), esta ficaria definida em 48 horas semanais.

²⁹ ENGELS, Frederich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.

³⁰ GOMES, Angela de Castro Gomes. *Cidadania e Direitos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

³¹ GIANOTTI, Vitto. *Histórias das Lutas dos Trabalhadores no Brasil*. Mauad, 2007.

Ainda dentro das discussões relativas à definição da data que representaria a maior manifestação operária do mundo, os franceses optaram por não escolher datas muito próximas de seu contexto histórico, com receio de desviar o caráter internacional do movimento; acabaram, por fim, recorrendo a uma data que fora lembrada pelos operários americanos e, desta forma, escolheram - o 1º de maio - para ser o dia tão esperado pela classe, já que era carregado de toda uma simbologia - havendo inclusive mártires -, o que ajudaria na universalização da causa³².

Anarquistas e socialistas pensavam as origens do Primeiro de Maio e suas influências de forma bastante diferente: enquanto os anarquistas acreditavam mais no caráter heroico do maio de 1886 em Chicago, os socialistas buscavam suas origens nas decisões tomadas a partir do Congresso da Segunda Internacional de Paris, em 1889. Essas disputas pela “paternidade” da data foram muito evidentes durante a Primeira República³³.

A rememoração dos mártires de Chicago tomava conta das páginas dos jornais, fossem eles operários ou da grande imprensa. Para além das discordâncias das origens, grupos contrários aos socialistas emitiam notas raivosas contra eles, por deturparem os “sentidos” da data. Em documentação sobre os congressos operários realizados no país, organizada por Edgar Rodrigues no livro *Alvorada Operária*, é possível encontrar alguns desses embates. Em 1913, a Federação Operária do Rio de Janeiro, cuja orientação era anarquista, considerava “deturpada” a mudança de sentido do 1º de maio promovida pelos socialistas, que defendiam a participação eleitoral dos trabalhadores:

Deturparam-no, transformando-o em verdadeiro dia de regabofe, porque não lhes convém, que vós, com cérebros ainda não invadidos pela mentira das suas ideias políticas, saibais que os que desceram à praça pública, o fizeram convencidos plenamente em toda a vida estariam à espera de melhoria de situação se porventura se houvessem preocupado com a eleição deste ou daquele companheiro³⁴.

Apesar das discordâncias ideológicas, foi quase unanimidade em todos os grupos operários a rememoração dos “Mártires de Chicago” no 1º de maio. Na Federação Operária do Rio de Janeiro, assinalava-se que “faz hoje 27 anos que em Chicago irrompeu um formidável movimento de protesto e de reivindicação”, demonstrando a importância dada ao ocorrido na cidade em 1886. O documento destaca ainda que um dos objetivos

³² PERROT, Michelle. Op. Cit. 2017, pág. 136/137.

³³ Idem, pág. 108.

³⁴ *A Federação Operária do Rio de Janeiro*, 1913. IN: RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária: os congressos operários no Brasil*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979, pág. 292-295.

“era a conquista da jornada de oito horas,”³⁵ que por ventura também era um dos pontos cruciais destacados na Segunda Internacional, em 1889 na França.

Portanto, como destaca Eric Hobsbawm, o ritual público “cada vez mais tendia a ser uma espécie de teatro público, no qual a distinção entre participantes e expectadores, atores e coadjuvantes, atenuava-se e onde a própria massa atuava como seu próprio símbolo”.³⁶ Elementos oriundos dos Estados Unidos e da Europa foram justapostos de uma forma interessante para criar o que seria uma das datas mais importantes do movimento operário e também do calendário nacional durante a Primeira República, chegando, inclusive, a se tornar feriado nacional num decreto de 1924.³⁷

A imprensa manauara divulgou sua primeira nota sobre o primeiro de maio no ano de 1892. Na edição do mês naquele ano, foi noticiado pelo jornal *Gutenberg* a abertura de uma escola para operários. Não se tratava de uma escola comum, mas sim de um centro de ensino noturno para trabalhadores. Vale destacar que, nessa época, grande parte dos trabalhadores era analfabeta, razão de mais um motivo para a comemoração do feito.

Em comemoração do grandioso dia 1º de Maio que é festejado em todo o globo pelos artistas inaugurar-se-ha a Escola Noturna do Partido Operario, na casa de residencia do sr professor – Exaltação; à praça 5 de setembro n. 4.³⁸

Por consequência, a escola traria novos leitores não só para os jornais operários, como também para os panfletos das associações e sindicatos, onde constavam diversas informações pertinentes à rotina do operário. Inaugurar a escola no Primeiro de Maio não foi uma decisão aleatória, visto que a luta era constante e já perdurava por anos.

O 1º de maio também foi utilizado como ocasião para empossar as novas diretorias das sociedades operárias e sindicatos. Isso se mostrava como uma forma de legitimização das novas gestões, tendo em vista o grande peso ideológico carregado pela data. O *Jornal do Comércio* divulgou no dia 1º de maio de 1930 que o Sindicato dos Estivadores empossaria a sua nova diretoria às 16h, em sede situada na Av. 7 de Setembro. A União Operária também empossava nova diretoria, que seria seguida de uma

³⁵ *A Federação Operária do Rio de Janeiro*, 1913. IN: RODRIGUES, Edgar. Op. Cit. 1979, pág. 292-295.

³⁶ HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a História Operária*. 6ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2015, pág. 133.

³⁷ Decreto nº 4.859 de 26 de setembro de 1924.

³⁸ HOBSBAWM, Eric J. Op. Cit. 2015, pág. 132.

soirée dançante. Na programação houve ainda a execução do Hino Nacional e do Hino Primeiro de Maio, cantados por alunos de uma escola mantida pelas duas entidades.³⁹

A classe operária tem dois sexos, e também tem cor. Não é homogênea e as características únicas de cada trabalhador também modificam suas vivências na cidade. As relações entre homens e mulheres são cruciais para entendermos as dinâmicas sociais desses sujeitos, cuja compreensão impacta efetivamente na construção da própria classe trabalhadora. A atuação das operárias da Fábrica Amazonense de Roupas na cidade de Manaus é um exemplo primordial para entendermos que deixá-las de fora da narrativa histórica apenas evidencia que o resultado final da pesquisa é incompleto. Para que isso não ocorra, destacar-se-á a importância dessas operárias a partir de suas próprias ações. Adalgiso Santos, carpinteiro, negro vindo do Maranhão e que ganhou em Manaus o destaque entre os trabalhadores ao presidir um bloco recreativo, é mais um desses exemplos de sua heterogeneidade.

Fontes e Capitulação

Convém elucidar que grande parte dos jornais que constituem os acervos de periódicos no Estado do Amazonas é composta por títulos efêmeros e produção fragmentária. Muitos sequer contavam com publicações no mês de maio, quando, frequentemente, a data é explorada.

Levando-se isto em consideração, os jornais da imprensa operária aqui alvos de análise são: *Gutenberg* (1891/1892), que contém as primeiras notícias sobre o tema; *Correio do Norte* (1910); *A Lucta Social* (1914), jornal anarquista e defensor de um 1º de Maio combativo; *Vida Operária* (1920); *O Extremo Norte* (1920) e o *Primeiro de Maio* (1928). Da imprensa diária, o jornal com base mais segura e completa é o *Jornal do Comércio*, iniciado em 1904 e trabalhado até 1930.

A escolha dos jornais deu-se exclusivamente através de mapeamento das notícias jornalísticas referentes ao 1º de maio na imprensa manauara. Efetivamente, as análises concentram-se em datas próximas ao Primeiro de Maio, a saber, dois dias antes e dois dias depois. Foi selecionado o recorte cronológico de 1890 à 1930, já que a proposta era de perceber as transformações do Dia do Trabalhador ao longo das quatro décadas.

Desta maneira, a presente dissertação divide-se em três capítulos: no capítulo 1, *O trabalho urbano em Manaus e as primeiras impressões do Primeiro de Maio*,

³⁹ *Jornal do Comércio do Amazonas*. Manaus, 1º de Maio de 1930. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

apresenta-se a Manaus da virada do século XIX para o século XX em duas perspectivas: a primeira, observando as mudanças ocorridas na cidade e o grande processo migratório ocasionado pelo “boom” da borracha; a segunda, focando nas relações dos trabalhadores com a cidade - sobretudo na mudança estrutural que visava apenas seu “embelezamento”. Por fim, apresentar-se-á a cidade de Manaus como palco das mobilizações do Primeiro de Maio. Buscou-se entender como a classe trabalhadora utilizava os espaços físicos da cidade, suas ruas, teatros e fábricas, e principalmente como era escolhido o caminho dos préstitos durante as mobilizações da data.

No capítulo 2, *As Lideranças Operárias e o Associativismo na cidade de Manaus em torno do Primeiro de Maio*, destacam-se alguns dos trabalhadores alçados como líderes da classe trabalhadora na cidade. Busca-se também saber de suas atuações frente às mobilizações do Primeiro de Maio. Procura-se perceber como os símbolos operários foram difundidos no *Jornal do Comércio* - da chamada grande imprensa -, e qual o papel do diretor do periódico, Joaquim Rocha dos Santos. Por fim, no último tópico exploram-se questões em torno do associativismo na cidade, sobretudo no caso do Bloco Recreativo Primeiro de Maio. Explorar-se-á ainda a atuação desse grupo, com enfoque na trajetória de seu principal presidente, Adalgiso Santos.

No capítulo 3, *“Também eram exploradas!”: as mulheres e o Primeiro de Maio em Manaus*, pretende-se questionar se os atores que protagonizavam o Primeiro de Maio eram todos homens, e a partir de fragmentos dos relatos da imprensa, buscou-se reconstruir a história das operárias da Fábrica Amazonense de Roupas, que empreenderam sucessivas greves de 1911 à 1913 na cidade, obtendo destaque nas mobilizações da data nos anos de 1913 e 1914. Em um segundo momento, explora-se o tratamento dado pela imprensa à participação dessas mulheres na mobilização de 1914.

CAPÍTULO I – O TRABALHO URBANO EM MANAUS E AS PRIMEIRAS IMPRESSÕES DO PRIMEIRO DE MAIO

A dor dele parecia mais forte que a emoção do reencontro com o mundo da infância. Ele molhou o rosto com a água do rio e pediu que o canoeiro contornasse a Cidade Flutuante, onde já piscavam chamas de velas e de candeeiros. A floresta escurecia às nossas costas, e o clarão da cidade aumentava enquanto navegávamos na noite úmida.⁴⁰

Em *Dois Irmãos*, romance do escritor amazonense Milton Hatoum, é possível observar uma ênfase na experiência vivida na cidade de Manaus, ligada aos rios, flutuantes e seus navegantes. A rememoração de um canoeiro traz à tona um grupo de trabalhadores que está fora do que comumente chamamos de trabalho fabril e, dessa forma, deixa explícita em poucas linhas as especificidades das formas de trabalho existentes na Amazônia - muitas delas ligadas à floresta e ao seu entorno.

No Amazonas, foi muito mais comum a presença de trabalhadores exercendo atividades fora das fábricas do que propriamente dentro delas, devido à grande mobilização da borracha nos seringais na virada do século XIX para o XX. Muito embora os trabalhadores ligados diretamente aos serviços da borracha estivessem no interior do estado, a ilusão da melhoria de vida atraía um contingente elevado de trabalhadores para a cidade de Manaus, muitos dos quais foram trabalhar nas indústrias que surgiam nessa região.

O objetivo desta dissertação é oferecer uma parcela de contribuição para o entendimento das relações de trabalho durante a Primeira República na cidade de Manaus. Para tanto, nosso olhar atento recairá sobre os enlaces que se dão em torno das comemorações do Primeiro de Maio, destacando as diversas lideranças operárias nas disputas pela comemoração da data. Entende-se a cidade de Manaus como o palco das mobilizações do Dia do Trabalhador, e as lideranças operárias como atores desse grande ato.

Pretende-se, neste primeiro capítulo, apresentar a cidade de Manaus e a dinâmica dos trabalhadores numa cidade portuária da Amazônia. As fontes utilizadas são os censos populacionais de 1890, 1900 e 1920, além da imprensa, especificamente dos seguintes periódicos: *Gutenberg* de 1891, *A Lucta Social* e *A Voz do Trabalhador*, ambos de 1914, o *Jornal do Comércio* em edições de 1904 à 1930 e o jornal *Vida Operária*, de 1920.

⁴⁰ HATOUM, Milton. *Dois Irmãos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pág. 86.

1.1 A cidade de Manaus

Lugar da Barra, Vila da Barra e Manaós, são esses os nomes pelos quais a capital amazonense foi chamada desde o século XVII até se tornar a Manaus que conhecemos hoje. O nome ‘Manaós’ refere-se a uma etnia indígena que habitava as proximidades do território onde hoje é o centro da cidade⁴¹, mas que foi extinta durante o processo de colonização.

Destaca-se que a região do centro histórico de Manaus começou a surgir em torno da Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro desde o período colonial – por isso o nome de Vila da Barra -, mas apenas por volta de 1791 tornou-se capital, como afirma Francisco Jorge dos Santos.⁴² A região foi elevada à categoria de Vila de Manaus em 1833, e essa mudança teve influência completamente político-militar, segundo Francisco Jorge:

A mudança da sede da Capitania da Barra do Rio Negro, feita por Lobo d’Almada, deve ser entendida como uma necessidade político-administrativa e militar da Comissão das Demarcações de Limites, cujo comissário chefe também ocupava o cargo de governador da Capitania.⁴³

Em 1852 era implantada a Província do Amazonas, antes subordinada à Província do Pará. Os debates para a criação da nova localidade tiveram início bem antes, por volta de 1826, graças a um projeto apresentado à Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, onde era solicitada a criação da Província do Rio Negro.⁴⁴ Segundo Vitor Gregório, esse projeto teve uma vida difícil no congresso, pois precisavam ser atestados os benefícios que esse tipo de empreendimento traria para o país, e não apenas para a região.⁴⁵

Enquanto avançavam as discussões, outros questionamentos apareciam, como por exemplo, de onde sairiam os recursos para manter a Província do Rio Negro. A proposta de 1826 foi engavetada e uma nova ganhou destaque em 1839, chegando ao Senado no ano de 1850, já com o nome de Província do Amazonas. Entre os principais argumentos

⁴¹ DAOU, Ana Maria. *Cidade, Teatro e o “Paiz das Seringueiras”*: práticas e representações da sociedade amazonense na passagem do século XIX-XX. Rio de Janeiro: Rio Book’s, 2014, pág. 68.

⁴² SANTOS, Francisco Jorge. *Nos Confins Ocidentais da Amazônia Portuguesa*: mando metropolitano e prática do poder régio na Capitania do Rio Negro no século XVII. Tese. (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, 2012, pág. 193.

⁴³ SANTOS, Francisco Jorge. Op. Cit. 2012, pág. 194.

⁴⁴ GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Dividindo as Províncias do Império*: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2012, pág. 162/163.

⁴⁵ Idem, pág. 173.

que embasavam sua criação, destaca-se a premissa de um maior domínio sobre a imensa região pouco explorada e o controle sobre a população, a fim de resguardar as fronteiras do país. Dentre os artigos aprovados no projeto estavam:

A criação da província do Amazonas, com a mesma extensão e limites da antiga comarca. O segundo determinava que sua capital seria a vila da Barra, enquanto a assembleia provincial não determinasse um local definitivo. No terceiro, o resultado final da polêmica sobre a representatividade da nova província: ela teria um deputado geral e um senador, e sua assembleia legislativa seria composta de vinte membros. O quarto dispositivo autorizava o governo a criar na província as estações fiscais que julgasse necessárias, com a obrigação de submetê-las à aprovação do parlamento, e o quinto revogava as disposições em contrário.⁴⁶

Com a província já estabelecida, anos depois, no final do século XIX e início do século XX, a cidade ficou conhecida como a Paris dos Trópicos,⁴⁷ alcunha amplamente difundida pela historiografia.⁴⁸ Manaus viu sua estrutura física crescer repentinamente a partir da segunda metade do século XIX, em meio às mudanças econômicas que a região passou a sofrer, sobretudo devido aos efeitos da produção de borracha. Foi durante esse período que a “cidade consolidou-se como entreposto comercial e rota de passagem obrigatória para o fluxo do comércio regional”.⁴⁹

A extração e exploração da borracha na Amazônia teve seu principal período de *boom* no final do século XIX, mais especificamente a partir do final da década de 1870.⁵⁰ Segundo a historiadora Barbara Weinstein, é um pouco impreciso apontar o período exato do ápice da expansão da borracha na Amazônia, tendo em vista o volume da produção e a variação dos preços. A autora considera que a partir do final da década de 1870, sobretudo na década de 1880, a borracha teve um grande aumento em sua produção anual, o que correspondia a 10% da exportação comercial do país naquele momento.⁵¹

⁴⁶ GREGÓRIO, Vitor Marcos. Op. Cit. 2012, pág. 257.

⁴⁷ Compartilhamos da visão de grande parte da nova historiografia do Amazonas que acredita que o termo seja “falacioso” e invilizava uma Manaus de trabalhadores e popular. Por nova historiografia, estamos nos referindo aos estudos realizados, sobretudo a partir de 1990.

⁴⁸ Por historiografia tradicional destacamos os memorialistas e alguns autores que eram alinhados ao discurso do IHGB, onde se ignorava a participação de indígenas e privilegiavam-se questões políticas, administrativas e econômicas. Ver mais: DANTAS, Hélio da Costa. “Pesquisa Histórica no Amazonas: uma breve análise”. IN: *jamaxi*, UFAC, V. 1, Nº1, 2017, pág. 187. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *História do Amazonas*. 3ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998. MONTEIRO, Mário Ypiranga. *O Aguarico: subsídios para a história social do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1997.

⁴⁹ SAMPAIO, Patrícia Melo. “Nas teias da fortuna: acumulação mercantil e escravidão em Manaus, século XIX”. IN: *Revista de Humanidades*, v. 3, n. 6, out./nov. 2002, pág. 54.

⁵⁰ Para saber mais sobre as reflexões em torno da borracha na Amazônia ver: REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*. 2ª ed. Manaus: Edua, Governo do Estado, 1997. e outros

⁵¹ WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993, pág. 90.

A extração da borracha na região ocorria há muito tempo, principalmente para uso dos indígenas. No início do século XVIII, a Amazônia já exportava borracha para a Europa.

Com o aperfeiçoamento do processo tecnológico característico da Segunda Revolução Industrial, há um crescimento da procura de borracha por parte dos países europeus como França e Inglaterra. É neste momento, em que o mercado apresenta as condições favoráveis para o consumo da goma elástica, neste caso o Brasil, mais especificamente a Amazônia, irá se inserir no mercado mundial articulado.⁵²

O crescimento da produção chegou a seu ápice na década de 1910, com 17.208 toneladas, segundo dados apresentados por Bárbara Wenstein.⁵³ Foi nessa década também que ocorreu o declínio do preço da exportação da borracha, influenciado pela produção asiática, menos custosa que a da Amazônia.

Os mercados mundiais transferiram sua preferência para o látex do Oriente, enquanto a Amazônia ficava sem compradores, assistindo a cotação do preço cair vertiginosamente. Com isso, a região transformou-se em um imenso território empobrecido, abandonado e dependente de políticas públicas estaduais e federais.⁵⁴

Esses impactos foram sentidos em todos os setores da cidade, sobretudo na década de 1920 onde a luxuosidade deu lugar ao desemprego e a fome. Com isso, a cidade precisou se readaptar para receber o grande número de trabalhadores vindos de outras localidades.

Durante o período da Borracha, as discussões acerca do republicanismo no Amazonas ganharam as ruas da cidade. O jornal *O Gutenberg*, que partilhava de ideais republicanos, lançou sua primeira edição em 15 de novembro de 1891, em homenagem ao aniversário de dois anos da República, equiparando-se a ela como um grande acontecimento ao destacar que “veio de juntarem-se dois acontecimentos na história revolucionária: a proclamação da República no Brasil e o aparecimento do GUTENBERG na imprensa do Amazonas”.⁵⁵

O *Gutenberg* era um jornal semanal que se auto intitulava “periódico noticioso e literário – Um por todos e todos por um”, cujos proprietários eram da Associação Artística

⁵² LEAL, Davi Avelino. *Entre Barracões, Varadouros e Tapiris: os seringueiros e as relações de poder nos seringais do Rio Madeira (1880-1930)*. Dissertação (Mestrado em Sociedade em Cultura). Universidade Federal do Amazonas, 2007, pág. 66.

⁵³ WEINSTEIN, Bárbara. Op. Cit. 1993, pág. 225.

⁵⁴ PRAIA, Benta Litaiff. *A Crise da Economia Gumífera e o Mundo do Trabalho em Manaus (1910-1930)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2010, pág. 24.

⁵⁵ Jornal *Gutenberg*. Manaus, 15 de novembro de 1891. Laboratório de História da Imprensa do Amazonas (LHIA).

Tipográfica.⁵⁶ Entre os seus principais redatores estavam F. Alves Medeiros, Izidoro Vieira, V. Galvão, R. Vasconcelos e Antonio Leão. O jornal possuía tipografia própria “no centro da cidade e ofertava suas páginas para que os artistas gráficos ali pudessem, gratuitamente, ‘defender seus direitos políticos e sociais’”.⁵⁷

Com este cenário, foi necessário que se criassem mecanismos para se chegar a uma cidade com condições mínimas de vivência para toda a população, e que entrasse de vez na era “moderna”. Edneia Mascarenhas Dias aponta que, para isso, era necessário apresentar uma Manaus “limpa e atraente” para o mundo, discurso moldado a partir da elite extrativista e adotado pelo governo estadual.

A preocupação com a saúde pública também fez parte dessa “modernidade”. Geisimara Matos aponta, por meio dos códigos de posturas da cidade, uma grande preocupação com a higiene, dessa forma, por exemplo, ficava proibido despejar qualquer tipo de água com resíduos fecais nas ruas⁵⁸. Essa também foi uma das preocupações do governo estadual que, no ano de 1898, havia feito um levantamento das condições geográficas da cidade para construir uma rede de esgoto subterrânea. Segundo o relatório que constava nas mensagens de governador, as vantagens deste tipo de empreendimento eram enormes e já estavam sendo feitos profundos trabalhos de “engenharia sanitária”, que colhia “os mais favoráveis resultados em suas aplicações”.⁵⁹

Sem dúvida, foi a partir do início da República - e principalmente com o governo de Eduardo Ribeiro, na década de 1890 - que as transformações urbanas, sociais e culturais na cidade tornaram-se mais perceptíveis. Até aquele momento, grande parte das edificações era de pau-a-pique e cobertas de palhas, sem grandes projetos arquitetônicos.⁶⁰ Otoni Mesquita observou que:

Os bairros eram compostos por poucas ruas, em geral curtas e irregulares. A topografia da cidade era bastante acidentada, com morros e ladeiras. As casas erguiam-se sem muita regularidade sobre colinas ou espalhavam-se nos limites desenhados pela sinuosidade dos igarapés que serpenteavam pela cidade e determinavam sua extensão. Em geral, as construções eram feitas com material da região, tal como madeira, a palha, a pedra e o barro.⁶¹

⁵⁶ SANTOS, Francisco Jorge dos et all. Op. Cit. 1990, pág. 106.

⁵⁷ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. “A Pena e a Forja: jornais de trabalhadores no Amazonas no século XIX”. IN: *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 21, n.31, 2014, pág. 266.

⁵⁸ MATOS, Geisimara Soares. “‘Aformoseamento’ da Cidade: a normatização do espaço urbano de Manaus no final do século XIX”. IN: *Revista Ars Historica*, n° 15, Jul/Dez. 2017, pág. 342.

⁵⁹ Mensagem do Governador do Amazonas ao Congresso do Amazonas. Eduardo Gonçalves Ribeiro, 1893.

⁶⁰ MESQUITA, Otoni Moreira de. *La Belle Vitrine: o mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890-1900)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, 2005, pág. 136.

⁶¹ MESQUITA, Otoni Moreira de. Op. Cit. 2005, pág. 136.

Outra importante questão, quando se trata do processo de normatização do espaço urbano da cidade, é a proibição da construção de casas de palha na área central:

Esse tipo de moradia remete a construções tipicamente indígenas, ou seja, esse tipo de proibição tinha como objetivo apenas normatizar o espaço urbano ou impedir a circulação de indígenas pela área urbana de Manaus? Era mais uma das maneiras encontradas pelos governantes de se distanciar de uma cultura indígena que naquele momento se configurava como oposto ao seu processo de modernização? Podemos dizer que isso era uma forma de branqueamento?⁶²

É perceptível como as políticas vigentes tendiam a esconder a população indígena com o disfarce da ‘civilidade’, uma espécie de pensamento higienista equivocado onde os índios representavam o passado, primitivo e arcaico; e onde sua ausência no espaço da cidade automaticamente implicaria um futuro limpo e promissor, sem obstáculos ao ‘desenvolvimento’. A problemática da palha está relacionada principalmente à questão indígena, mas também “foi adotada pelos nordestinos que para cá vieram”,⁶³ por conta do baixo custo da matéria-prima e de sua facilidade de uso na construção de casas para a população mais pobre.

Houve sucessivas tentativas de esconder a presença indígena de Manaus durante o final do século XIX e início do século XX – período que ficou conhecido como a *Belle Époque*. No código de posturas de 1906, era proibido aparecer em público nu sob pena de multa⁶⁴, o que demonstrava a repressão aos costumes e modo de vida dos indígenas. Ana Luiza Soares constatou que a imprensa manauara dava maior destaque aos massacres ocorridos no interior do estado do que à situação dos indígenas que estavam sendo explorados na cidade de Manaus.⁶⁵

Alexandre Isídio Cardoso é quem destaca a forte presença de índios na exploração da floresta, onde estes “ajudavam a compor complexas formas de inter-relações sociais, constituídas nos mundos do trabalho do extrativismo”.⁶⁶ Cardoso destaca ainda que a base da abertura da economia colonialista na floresta era o trabalho escravo e compulsório:

Mas, esse sistema também possuía seus pontos de fuga. Se por um lado levava a cabo sangrentos conflitos contra indígenas “selvagens”, por

⁶² MATOS, Geisimara Soares. Op. Cit. 2017, pág. 343.

⁶³ COSTA, Deusa. *Quando viver ameaça a ordem urbana* – Trabalhadores de Manaus (1890-1915). Manaus: Editora Valer e FAPEAM, 2014, pág. 117.

⁶⁴ SOARES, Ana Luiza Moraes. *Os indígenas na cidade de Manaus (1870-1910): entre a invisibilidade e a assimilação*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Amazonas, 2014, pág. 28/29.

⁶⁵ Idem, pág. 77.

⁶⁶ CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. *O Eldorado dos Deserdados: indígenas, escravos, migrantes, regatões e o avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2017, pág. 269.

outro, era compelido a negociar o contato para reduzir possíveis danos à produção. Por isso, os sistemas de servidão e suas formas de trabalho compulsório oficialmente legitimadas subsistiam sob permanente tensão, friccionando-se com variadas formas de resistência indígena. Seringalistas e negociantes eram obrigados a operar interlocuções, forçados a barganhar tanto com “brabos” quanto com “mansos” para continuar seus empreendimentos.⁶⁷

Os indígenas estavam presentes e exercendo papéis de destaque nos seringais e castanhais do interior do estado, fossem na posição de explorado ou em posição de conflito com os seringalistas. Em Manaus, alguns trabalhadores que resolveram permanecer foram realocados “para as obras de modernização ou para viabilizar projetos agrícolas fracassados em colônias próximas ou ao redor de Manaus como, por exemplo, Oliveira Machado, Maracaju (Flores) e Campos Sales”.⁶⁸ Inclusive, estavam entre esses trabalhadores alguns indígenas, o que caracterizou-se como uma das poucas evidências de sua presença na capital amazonense no mundo do trabalho neste período.

Para que essas mudanças físicas tomassem corpo, Manaus passou por um surto de urbanização que só foi possível em decorrência dos investimentos da economia gomífera na cidade.⁶⁹ Foi o que também constatou Ana Maria Daou ao destacar que a pauta das exportação da borracha foi favorável “à realização dos ideais e das expectativas que a elite nutria em relação ao seu ‘potencial de civilização’”.⁷⁰

A economia da borracha promoveu o Amazonas e deu, de forma inédita, visibilidade àqueles que ali ocupavam as posições da mais alta hierarquia social. [...] Nesses termos, é de fato a seringa, ou a borracha, que favorece a aproximação mais notável entre a elite e a sociedade brasileira e os europeus.⁷¹

Efetivamente foi apenas com a exportação da borracha que a elite local se fez reconhecida tanto nacional quanto internacionalmente. As obras de embelezamento foram feitas visando a entrada da civilidade e da modernidade na cidade de Manaus. A partir dos escritos de Otoni Mesquita, elencamos as principais obras:

O aterro de Igarapés, o nivelamento de terrenos, o alargamento de ruas, o calçamento de vias, a instalação dos serviços de distribuição de água potável, de um sistema de esgoto, de uma rede de iluminação pública, dos serviços de telefonia, do serviço de bondes, além da construção de

⁶⁷ CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. Op. Cit. 2017 pág. 246.

⁶⁸ COSTA, Deusa. Op. Cit. 2014, pág. 65.

⁶⁹ DIAS, Edneia Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto: Manaus – 1890-1920*. 2º edição. Manaus: Editora Valer, 2007, pág. 27/28.

⁷⁰ DAOU, Ana Maria. Op. Cit. 2014, pág. 302.

⁷¹ Idem.

muitos prédios públicos, do ajardinamento das praças e outras obras de melhoramento.⁷²

Mas isso não foi algo exclusivo da cidade de Manaus. Várias cidades portuárias do atlântico sul passaram por esses processos de mudança. Na capital federal, no início do século XX, ocorreram “profundas transformações em sua estrutura demográfica, econômica e social”.⁷³ Segundo Sidney Chalhoub, as ações “progressistas” do prefeito Pereira Passos “desorganizaram as vidas de muitas pessoas e agravaram ainda mais as já precárias condições de sobrevivência das classes populares”.⁷⁴

Em Manaus, além das reformas urbanas e do crescimento econômico trazido pelo surto da borracha, o processo de crescimento populacional nesse período deve-se às grandes levas migratórias para a região. Com a borracha ganhando destaque pelo país, “as notícias sobre as facilidades de enriquecimento no Amazonas circulam e compõe, com frequência, as justificativas elencadas por descendentes de alguns pioneiros que se dirigiram para Manaus”,⁷⁵ tanto dos que tinham poder aquisitivo, quanto da população pobre.

Tabela 1 - Crescimento da população no Amazonas e na cidade de Manaus

Ano do Censo	Amazonas	%	Manaus	%
1872	57.610		29.334	
1890	147.915	+156,8%	38.720	+32,0%
1900	249.756	+68,85%	50.300	+29,90%
1920	363.166	+31,22%	75.704	+59,50%

Fonte: Censos Populacionais de 1872, 1890, 1900 e 1920.

A partir dos números acima é possível perceber o crescimento da população conforme o passar dos anos, sobretudo em decorrência do alto desempenho econômico, que acabava por atrair grande quantidade de migrantes. Em relação aos dados, Patrícia Melo Sampaio lamentou que estes não tenham conseguido abarcar o período de maior

⁷² MESQUITA, Otoni Moreira de. Op. Cit. 2005, pág. 140.

⁷³ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, pág. 24.

⁷⁴ CHALHOUB, Sidney. Op. Cit. 1986, pág. 100.

⁷⁵ DAOU, Ana Maria. Op. Cit. 2014, pág. 52.

fluxo de migrantes para a região, ocorridas na década de 1880 e influenciadas pelo “rush da borracha”.⁷⁶

Já durante a República, a cidade de Manaus cresceu, em média, 12 mil habitantes por década. Luís Balkar Pinheiro destaca, com base em outras documentações, que a cidade teve crescimento “exponencial” até 1912 (80.931 habitantes), e na sequência viu sua população diminuir lentamente. Segundo Balkar, isto se deu pela “decadência da economia de exportação da borracha”.⁷⁷ Infelizmente, na tabela acima não é possível observar essa flutuação dos números porque o censo de 1910 não ocorreu, deixando uma lacuna grande entre as décadas de 1900 e 1920.

A partir dos percentuais da Tabela 1, nota-se que os maiores crescimentos se dão nos números para o Estado (em 1890, acima de 150%, e em 1900, cerca de 70%) enquanto na capital o crescimento girava em torno de 30% nos dois momentos. Ao passo que na década de 1920 (com a crise da borracha já consolidada) o aumento populacional foi maior na capital, com quase 60%, os números para o estado todo ficaram em 31%. Esses dados evidenciam o movimento do fluxo populacional para o interior, enquanto a borracha ainda tinha força econômica, e retornando a capital quando a crise já era latente.

Encontram-se expostas na tabela a seguir, a evolução dos mesmos números da população, mas na perspectiva de gênero. É interessante perceber que as diferenças quantitativas na população de homens e mulheres não é tão grande dentro do recorte geral, mas olhando para os dados no contexto do mundo do trabalho, a diferença torna-se bastante profunda.

Tabela 2 - Homens e Mulheres nos primeiros Censos Populacionais no Amazonas

	1872	1890	1900	1920
Homens	31.471 (54.62%)	80.921 (54.70%)	136.636 (54.70%)	196.202 (54.03%)
Mulheres	26.140 (45.38%)	66.994 (45.30%)	113.120 (45.30%)	166.964 (45.97%)
Total	57.611	147.915	249.756	363.166

Fonte: Censos Populacionais de 1872, 1890, 1900 e 1920.

⁷⁶ SAMPAIO, Patrícia Melo. *Os Fios de Ariadne* – Fortunas e Hierarquias Sociais na Amazônia, século XIX. 2º ed. Livraria da Física, 2014, pág. 30/31.

⁷⁷ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiá: Paco Editorial, 2017, pág. 28.

A comparação entre as tabelas 2, 3, 4, 5, 6 e 7 (vistas logo abaixo) apresentam tais contrastes, mas não sendo possível confirmar se a diferença se dava exclusivamente pela baixa procura das mulheres para o trabalho, ou se seus números eram subnotificados nos sindicatos ou órgãos responsáveis. Gláucia Fraccaro aponta que “é preciso ir além das barreiras colocadas pelos próprios sindicatos para compreender que a presença de mulheres na organização política não pode ser entendida como excepcionalidade”.⁷⁸ E como é possível observar, as diferenças entre homens e mulheres nos censos da população geral no Amazonas não passa de 10%.

A partir das informações censitárias de 1920, pretendeu-se caracterizar melhor a ocupação profissional da população da cidade de Manaus. Apesar de os dados dos censos não serem tão confiáveis e de não ser possível tratá-los como absolutos, servem de exemplificação dos locais de trabalho da população.

Tabela 3 - Profissões I

1920	Segundo a aplicação da matéria prima								Outras
	Produtos Químicos e análogos	Alimentação	Vestuário	Mobiliário	Edificação	Aparelhos de Transporte	Produção e transmissão de forças físicas	Relativo as Ciências, Letras e Artes. Industrias de luxo	
Homens	16 (94.1%)	251 (98.4%)	676 (25.3%)	160 (100%)	973 (100%)	39 (100%)	664 (100%)	128 (97.7%)	85 (96.6%)
Mulheres	1 (5.9%)	4 (1.6%)	1992 (74.7%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	3 (2.3%)	3 (3.4%)
Total	17	255	2.668	160	973	39	664	131	88

Fonte: Recenseamento Geral de 1920

⁷⁸ FRACCARO, Gláucia. *Os Direitos das Mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, pág. 40.

Tabela 4 - Profissões II

1920	Força Pública								Administração			
	Exército		Armada		Polícia		Bombeiros		Pública			Particular
	Oficiais	Praças	Oficiais	Praças	Oficiais	Praças	Oficiais	Praças	Federal	Estadual	Municipal	
Homens	27 (100%)	307 (100%)	14 (100%)	193 (100%)	40 (100%)	222 (100%)	0	12 (100%)	477 (99%)	425 (96.6%)	118 (99.2%)	132 (91.7%)
Mulheres	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0	0 (0%)	5 (1%)	15 (3.4%)	1 (0.8%)	12 (8.3%)
Total	27	307	14	193	40	222	0	12	482	440	119	144

Fonte: Recenseamento Geral de 1920

Tabela 5 - Profissões III

1920	Exploração do Solo			Extração de materiais minerais		Segundo a natureza da matéria prima				
	Agricultura	Criação	Caça e pesca	Pedreiras	Minas, salinas, etc	Textis	Couros, peles, etc.	Madeiras	Metalurgia	Cerâmica
Homens	10.220 (90.7%)	101 (100%)	347 (99.4%)	41(100%)	7(100%)	12 (100%)	11 (100%)	41(100%)	339 (100%)	17 (94.4%)
Mulheres	1.047 (9.3%)	0 (0%)	2 (0.6%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (5.6%)
Total	11.267	101	349	41	7	12	11	41	339	18

Fonte: Recenseamento Geral de 1920

Tabela 6 - Profissões IV

1920	Transportes			Comércio			Pessoas que vivem de sua renda
	Marítimos e Fluviais	Terrestres e aéreos	Correios, telégrafos e telefones	Bancos, câmbio, seguro, comissões, etc.	Comércio propriamente dito	Outras espécies de comércio	
Homens	1.850 (100%)	524 (100%)	45 (84.9%)	84 (100%)	3.615 (96.2%)	230 (98.3%)	93 (51%)
Mulheres	0 (0%)	0 (0%)	8 (15.1%)	0 (0%)	143 (3.8%)	4 (1.7%)	76 (49%)
Total	1.850	524	53	84	3.758	234	149

Fonte: Recenseamento Geral de 1920

Tabela 7 - Profissões V

1920	Profissões liberais					Serviço Doméstico	Mal definidas	Profissão não declarada ou sem profissão		
	Religiosas	Judiciárias	Médicas	Magistério	Ciências, Letras e Artes			0 a 14 anos	15 a 20 anos	21 anos em diante
Homens	25 (80.6%)	164 (100%)	132 (97.1%)	73 (18.9%)	201 (86.6%)	494 (36,1%)	757 (91.8%)	12.925 (97.2%)	1.709 (27.9%)	630 (4.6%)
Mulheres	6 (19.4%)	0 (0%)	4 (2.9%)	314 (81.1%)	31 (13.4%)	876 (63.9%)	68 (8.2%)	378 (2.8%)	4.426 (72.1%)	12.978 (95.4%)
Total	31	164	136	387	232	1.370	825	13.303	6.135	13.608

Fonte: Recenseamento Geral de 1920

Os dados das tabelas apresentadas acima mostram a divisão dos setores empregatícios na cidade de Manaus através do Censo de 1920 – o único durante a República a fazer essa divisão. Os setores da agricultura, com 11.267 trabalhadores (90.7% de homens e 9.3% de mulheres); do comércio, com 3.758 trabalhadores (96.2% de homens e 3.8% de mulheres); do vestuário, com 2.668 trabalhadores (25.3% de homens e 74.7% de mulheres); dos transportes marítimos e fluviais, com 1.850 trabalhadores (todos sendo masculinos), e no serviço doméstico, com 1.370 trabalhadores (36.1% de homens e 63.9% de mulheres) eram os que possuíam os maiores números de trabalhadores, somando homens e mulheres. Logo, conclui-se que a cidade de Manaus tinha muitas outras possibilidades de trabalho para além do serviço com a borracha.

É interessante destacar que entre as profissões de criação de animais, com 101 trabalhadores; de extração de materiais minerais, com 48 trabalhadores; na metalurgia, com 339 trabalhadores; nas edificações, com 973 trabalhadores; no exército, com 27 trabalhadores; na armada, com 207 trabalhadores; na polícia, com 262 trabalhadores, e nos bombeiros, com 12 trabalhadores, os homens exerciam todos os postos de serviço.

Nos correios e telégrafos os homens eram 84.9%, enquanto as mulheres 15.1%. Os dados das profissões liberais eram interessantes também: no judiciário, existia a predominância de homens nos cargos (100%), enquanto que no magistério, as mulheres estavam em número maior (81.1% contra 18.9% de homens). Na área da saúde, os homens eram 97.1% e as mulheres 2.9%, e entre as funções religiosas, os homens ocupavam 80.6% das vagas e as mulheres 19.4%.

Como já destacado, todas as grandes mudanças que a cidade passou na virada do século XIX para o XX foram justificadas por um pensamento moderno que buscava visibilidade internacional e a entrada do capital estrangeiro ditando as regras na região com a economia da borracha. Essa ‘Manaus Moderna’ “contemplou os interesses dos segmentos urbanos enriquecidos com o comércio e daqueles vinculados às atividades administrativas e burocráticas”.⁷⁹

A própria construção do Teatro Amazonas é um belo exemplo que serve para ilustrar a quem essas transformações beneficiariam. Segundo observações de Otoni Mesquita, o deputado Fernandes Júnior afirmava que as apresentações teatrais eram uma distração importante e civilizatória para a sociedade amazonense.⁸⁰ Mas, vale destacar que essa importância era projetada apenas para a sociedade abastada, para a elite extrativista, caracterizando o espaço como um lugar onde a população pobre e a classe trabalhadora dificilmente teria acesso.

As mudanças urbanísticas ocasionaram uma espécie de varredura da população pobre e indesejável da área central da cidade. Alguns bairros, por conta da distância, eram o destino de grande parcela dessa população pobre e, conseqüentemente, de alguns trabalhadores também. Eram “áreas mais desvalorizadas e distintas” nas quais, somando-se as distâncias, ainda “eram separados do centro por igarapés, sendo o meio de transporte realizado por catraias”.⁸¹

⁷⁹ DAOU, Ana Maria. Op. Cit. 2014, pág. 121.

⁸⁰ MESQUITA, Otoni Moreira de. Op. Cit. 2005, pág. 152.

⁸¹ DIAS, Edneia Mascarenhas. Op. Cit. 2007, pág. 124.

Os principais bairros que configuravam como opção de moradia para a classe trabalhadora eram São Raimundo, Educandos, Colônia Oliveira Machado, Cachoeirinha, Mocó e Tocos, que eram um pouco mais próximos do centro, mas mesmo assim sem grandes luxos:

Os novos bairros que surgem diferenciam-se do “fausto” da cidade, não só pelo aspecto do terreno, pela forma de arruamento, fachadas das casas, pela distância em relação ao porto, às grandes casas comerciais (importadoras-exportadoras), ao mercado, aos hospitais, aos bancos, aos teatros, cinemas, etc., mas também pela distribuição desigual dos serviços urbanos. Esse era o lugar dos trabalhadores na nova cidade.⁸²

A distância entre esses bairros pobres onde moravam os trabalhadores e o centro acarretou outros problemas, como a falta de água e a necessidade de serem feitos longos deslocamentos até o trabalho. E as doenças, segundo Mascarenhas, “afetavam, principalmente, a parte mais miserável da população”, que viviam nesses bairros mais longínquos e até mesmo nos cortiços espalhados pelo centro da cidade.⁸³

O problema da água foi tão marcante que, nas Mensagens do Governador de 1898, foram apresentadas diversas reclamações da população sobre a falta de água. O responsável pelo setor prometia que “dentro de pouco tempo as reclamações por parte do povo cessarão” graças à construção de um grande reservatório no bairro do Mocó⁸⁴. Apesar de sua construção, a falta de água continuou sendo um grande problema das administrações públicas, sobretudo nos novos bairros cada vez mais distantes do centro da cidade.

Tendo em vista esse cenário de mudança estrutural e social pela qual passa a cidade de Manaus no período por conta da exploração da borracha, torna-se evidente a fachada que escondia a efemeridade e superficialidade da prosperidade que esse tipo de negócio trazia.⁸⁵

1.2 Trabalhadores na cidade da borracha

A partir da dinâmica que ocorria na urbe, Ana Maria Daou destaca “que a cidade se conservou como ponto de mediação na ocupação dos seringais: a grande maioria da população que aportava em Manaus permanecia por um breve intervalo de tempo”⁸⁶ enquanto não surgiam os trabalhos no interior do estado, destino final da maioria deles.

⁸² Idem.

⁸³ DIAS, Edneia Mascarenhas. Op. Cit. 2007, pág. 146.

⁸⁴ Mensagem do Governador do Amazonas ao Congresso do Amazonas. Eduardo Gonçalves Ribeiro, 1893.

⁸⁵ WENSTEIN, Barbara. Op. Cit. 1993, pág. 16.

⁸⁶ DAOU, Ana Maria. Op. Cit. 2014, pág. 102.

Edneia Dias Mascarenhas observou que todo o excesso de pessoas na cidade, aliado ao grande escoamento dos produtos do extrativismo, fez com que fossem criadas inúmeras atividades “ligadas à circulação, consumo e aos serviços de infraestrutura, como transporte, limpeza pública, água, luz, esgoto, etc.”.⁸⁷

Trabalhadores das mais diversas categorias como estivadores, caixeiros, cocheiros, ambulantes, funileiros, sapateiros, barbeiros, boleiros, eram paraenses, portugueses, espanhóis, que foram atraídos pelo grande “fausto”, esperando uma oportunidade para melhorar de vida.⁸⁸

Deixando em evidência que grande parte da classe trabalhadora que chegava ao Amazonas neste período era de outras localidades, alguns historiadores fizeram reflexões em suas pesquisas sobre a questão da migração para a região.⁸⁹ Maria Luiza Ugarte Pinheiro já destacava, à época da escrita de sua dissertação de mestrado, como a mão de obra dos migrantes foi de suma importância “tanto para a extração do látex quanto para a edificação das obras de modernização da cidade”.⁹⁰

Esses migrantes forneceram uma parcela importante dos estivadores da cidade, que como tantos outros participaram desta “aventura do capital” na selva amazônica, materializada principalmente pelo trabalho de suas mãos calejadas e de seus ombros esfolados.⁹¹

A questão da migração para a região é um pouco anterior ao *boom* da borracha, concentrando-se principalmente na segunda metade do século XIX. Antônio Alexandre Isídio Cardoso destaca que a estiagem não foi o único fator determinante para a migração dos cearenses para a Amazônia - como é amplamente divulgado pela historiografia -, mas “ajudou a pensar o lastro do fluxo” para a região, evidenciando que “a floresta já estava presente no Ceará, povoando o imaginário das pessoas que migravam”.⁹²

Outro grupo bastante presente na cidade de Manaus na década de 1890 foi o dos maranhenses, desde o Governador Eduardo Ribeiro, até trabalhadores dos setores mais simples, como os estivadores. Em 1893, a imprensa noticia que existia uma grande vontade de criar uma sociedade beneficente de maranhenses na cidade, visto o grande número deles. O *Jornal Amazonas* divulgou as informações de uma reunião que tinha

⁸⁷ DIAS, Edneia Mascarenhas. Op. Cit. 2007, pág. 44.

⁸⁸ Idem, pág. 44/45.

⁸⁹ Ver mais: CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. *Nem sina, nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará, 2011, e outros.

⁹⁰ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1915)*. 3ª edição. Manaus: FUA, 2015, pág. 61.

⁹¹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Op. Cit. 2011, pág. 62.

⁹² CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. Op. Cit. 2011, pág. 77/78.

esse propósito, onde compareceram 70 maranhenses de “todas as classes”.⁹³ A ideia deu tão certo, que dias depois a Sociedade Beneficente Maranhense havia sido criada e já convocava novos membros para filiação.⁹⁴

Os imigrantes não ficaram de fora dessa disputa por espaço de trabalho na Manaus da Primeira República, sendo os portugueses o grupo de maior impacto numérico na cidade.⁹⁵ Deusa Costa destaca as várias tentativas de incentivar a vinda de novas levas migratórias para a região, sendo necessário “construir uma imagem positiva” onde difundiam “propagandas da potencialidade econômica da região, desmentindo as notícias sobre sua insalubridade, ressaltando a amenidade climática e a facilidade de enriquecimento a médio prazo”.⁹⁶ De fato, essas medidas surtiram efeito na cidade de Manaus.

Conforme se expandia a “economia gomífera, a comunidade portuguesa ampliou-se ainda mais e novos migrantes oriundos de Portugal chegavam todos os dias a Manaus”.⁹⁷ Sendo assim, “a presença portuguesa era particularmente significativa no controle dos empreendimentos comerciais do varejo”,⁹⁸ além também de caixeiros, catraieiros e estivadores.

⁹³ *Jornal Amazonas*, 3 de agosto de 1893. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁹⁴ *Diário de Manaós*, 11 de agosto de 1893. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁹⁵ TELES, Luciano Everton Costa. Op. Cit. 2018, pág. 76.

⁹⁶ COSTA, Deusa. Op. Cit. 2014, pág. 52.

⁹⁷ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. “Migração, Trabalho e Etnicidade: portugueses e ingleses no porto de Manaus (1880-1920)”. IN: *Varia Historia*, vol. 30, n° 54, set./dez. 2014, pág. 813.

⁹⁸ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Op. Cit. 2014, pág. 813.

Tabela 8 - Nacionalidade dos Trabalhadores da União Operária Amazonense (1918-1926)

Nacionalidade	#
Brasileiros	895
Estrangeiros	115
Portugueses	80
Peruanos	9
Italianos	8
Espanhóis	7
Inglese	4
Alemães	3
Austríacos	1
Franceses	1
Russos	1
Sírio-Libaneses	1
Total	1.010

Fonte: Livro de Registros da Associação União Operária Amazonense. APUD: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Op. Cit. 2017, pág. 196.

Como observa-se na tabela acima, além do número elevado de portugueses, também compunham as grades da classe trabalhadora em Manaus os peruanos e europeus, como italianos, russos, franceses, alemães e ingleses. Os ingleses, por sua vez, também possuíam destaque na cidade, mas ao contrário dos portugueses, que estavam inseridos no trabalho mais pesado, eles ocupavam cargos mais elevados e de confiança nas indústrias inglesas instaladas em Manaus. Comparando esses grupos estrangeiros, Maria Luiza Ugarte Pinheiro afirmou que os ingleses sentiam a necessidade de criar espaços elitizados para sua sociabilidade.⁹⁹

Deusa Costa destacou que “entre os gráficos predominavam portugueses e espanhóis”, que também estavam nos transportes marítimos.

Os pescadores que diariamente abasteciam a cidade eram em sua maioria mestiços amazonenses, ainda que, mais uma vez, os portugueses se fizessem presentes; saindo da esfera de trabalho urbano, os turcos, sírios e libaneses compunham o sistema de aviação do processo extrativo, na figura fundamental do regatão, abastecendo os seringais com mercadorias e negociando a borracha. Na cidade, eles ficaram nas adjacências do comércio ambulante e também de pequeno varejo, na disputa, com portugueses, pela freguesia no entorno do Mercado Municipal Adolpho Lisboa.¹⁰⁰

⁹⁹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Op. Cit. 2014, pág. 820.

¹⁰⁰ COSTA, Deusa. Op. Cit. 2014, pág. 87/88.

A nota acima evidencia que o mundo do trabalho amazonense era partilhado por trabalhadores locais, migrantes e imigrantes. Dentre eles, os espanhóis e portugueses foram, sem dúvida, os principais responsáveis por animar a classe trabalhadora local, nas figuras do espanhol Joaquim Azpilicueta e do português Tércio de Miranda (que serão estudados mais adiante), através de seus trabalhos nas artes gráficas, por exemplo.

Devido a esse grande número de trabalhadores e trabalhadoras na área urbana de Manaus, existia uma grande preocupação em torno do ordenamento da cidade, fazendo com que os governantes passassem a legislar sobre essas questões, inclusive propondo “criar mecanismos de controle e punição, porque a ordem e a segurança estavam sendo ameaçadas”.¹⁰¹ A alguns segmentos de trabalhadores era permitido ficar até 15 horas nas ruas centrais da cidade, sendo “disciplinados” por foguetes que eram disparados às 12 horas em ponto¹⁰² para marcar os horários de entrada e saída de seu trabalho.

Como destacado previamente, o problema da moradia passou a ser pauta e, segundo Mascarenhas, “para o trabalhador, o melhor são os bairros afastados”,¹⁰³ sobretudo pelo baixo custo de vida. Já Maria Luiza Pinheiro observa que os estivadores residiam tanto em bairros distantes quanto nos mais centrais da cidade:

Aparecem como residentes tanto nas áreas de expansão, para onde se dirigiam prioritariamente as populações de baixa renda, como é o caso da Cachoeirinha, Mocó, São Raimundo, Tócos (Plano Inclinado), Flores, Girão e Educandos, quanto nas ruas e bairros centrais da cidade, o que não deve ser entendido como um indicador positivo, que tenha significado uma melhoria nas condições de moradia.¹⁰⁴

No segundo caso apresentado pela historiadora, a saída para essa população seria ficar nos cortiços da área central da cidade. Mas isso sem falar nos preços elevados dos aluguéis desse tipo de serviço habitacional, que oscilavam, “em 1905, entre 60.000 e 80.000 réis, e isso para “o mais acanhado cubículo” em um cortiço da cidade, conforme reconheceu o próprio superintendente municipal”.¹⁰⁵ Tanto os trabalhadores quanto a população pobre ocupavam “uma outra cidade, visualmente disfarçada, habitando vilas e cortiços de alvenaria, além de hospedarias, porões e casebres”.¹⁰⁶

A municipalidade, em diversas vertentes, dedicou-se a destacar a importância de eliminar os cortiços da cidade, principalmente porque a classe trabalhadora era a grande

¹⁰¹ DIAS, Edneia Mascarenhas. Op. Cit. 2007, pág. 133.

¹⁰² COSTA, Deusa. Op. Cit. 2014, pág. 61.

¹⁰³ DIAS, Edneia Mascarenhas. Op. Cit. 2007, pág. 133.

¹⁰⁴ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Op. Cit. 2015, pág. 65.

¹⁰⁵ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Op. Cit. 2017, pág. 55.

¹⁰⁶ COSTA, Deusa. Op. Cit. 2014, pág. 112.

utilizadora desses serviços. Um dos alvos dessas medidas seriam os “capitalistas” que investiam nesse tipo de negócio, onde o poderio econômico destes tornava-se uma barreira para abolir esse tipo de investimento.

A busca pela civilidade e pela saúde era tão urgente que, nas Mensagens do Governador, recebem destaque as demandas em favor do fim dos cortiços na Capital Federal, citando o caso do Cabeça de Porco e, inclusive, almejando que o mesmo ocorresse em Manaus. Dentre outras questões, o cerne disso tudo era uma constante busca pela modernidade e salubridade do espaço físico, o que significava o afastamento das classes populares do centro da cidade.¹⁰⁷

Sidney Chalhoub aponta, a partir do caso do cortiço Cabeça de Porco em 1893, como as autoridades basearam-se nos discursos higienistas para classificar as moradias populares como locais perigosos.¹⁰⁸ Foi justamente por conta disso que a municipalidade de Manaus usou o exemplo do famigerado cortiço para tentar acabar com os seus, já que esses locais eram “vistos tanto como um problema para o controle social dos pobres quanto como uma ameaça para as condições higiênicas da cidade”.¹⁰⁹

A construção de vilas operárias também era bastante comentada à época, sendo pauta “recorrente nas falas de administradores públicos”. Segundo Deusa Costa, “a preocupação central não era propiciar moradia aos trabalhadores”, mas sim “continuar incentivando o investimento de capitais nesse setor para alocação de todas as classes, bem como para povoar os subúrbios, aumentando o tamanho da malha urbana”.¹¹⁰ Ou seja, a ideia central não era construir casa para trabalhadores, e sim fomentar a especulação financeira através da aliança do capital com a ciência.

1.3 Manaus como palco das mobilizações do Primeiro de Maio

Nesta linha de pensamento, a cidade de Manaus surge como palco para as lideranças operárias apresentarem suas ações e as mobilizações do Primeiro de Maio. Durante a data, era comum que os diversos grupos de trabalhadores organizassem cortejos de trabalhadores que percorriam pontos específicos das cidades. A população circulava

¹⁰⁷ Mensagens do Governador do Amazonas ao Congresso do Amazonas. Eduardo Gonçalves Ribeiro, ano de 1893.

¹⁰⁸ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pág. 31.

¹⁰⁹ CHALHOUB, Sidney. Op. Cit. 1995, pág. 31.

¹¹⁰ COSTA, Deusa. Op. Cit. 2014, pág. 93.

pelas ruas pedindo por liberdade, redução das horas de trabalho¹¹¹ e o que mais pudesse surgir como pauta no momento.

Através dos préstitos pelo Dia do Trabalhador, exploraremos os espaços físicos dessa metrópole na Amazônia, tendo em vista que é na rua que essas mobilizações ganham caráter festivo e político. Lugares como a Praça São Sebastião, Teatro Amazonas, Teatro Alcazar, algumas fábricas, sindicatos, associações e até mesmo o cemitério São João Batista são caracterizados como espaços de memória operária na cidade de Manaus.

Tais lugares podem ser enquadrados em diversas categorias analíticas onde podem representar “diferentes formas como essas experiências coletivas e de classe se inscrevem nos espaços concretos”.¹¹² Utiliza-se aqui dos conceitos elaborados por Madeleine Reberioux, que classificou em três categorias de análise os lugares de memória, sendo eles: lugares de trabalho, lugares de solidariedade e sociabilidade, e lugares simbólicos.¹¹³ Para a autora, o lugar de trabalho é o que o faz operário, como as fábricas; os lugares de solidariedade e sociabilidade são caracterizados como cafés, por exemplo, além de diversas associações operárias, enquanto que os lugares simbólicos são aqueles utilizados como memórias de resistência em favor de suas lutas, seja na vitória ou na derrota.¹¹⁴

Participantes de um ritual maior – o Primeiro de Maio -, a passagem por esses locais era emblemática para se fazer lembrar aquilo que a sociedade tentava a todo custo apagar e esquecer. Deusa Costa, na dissertação de mestrado *Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana*, traz algumas reflexões acerca da relação entre os trabalhadores e a cidade.

A autora discute dois préstitos do 1º de maio em Manaus (1914 e 1920), numa ótica que possibilitou observar “os espaços da cidade na cerimônia do 1º de maio, onde apreende-se como o trabalhador organizado se utilizava do espaço urbano para tornar públicas suas reivindicações e romper com a segregação da visibilidade pública a que viviam sujeitos cotidianamente”.¹¹⁵

O mapa abaixo ilustra os percursos e os locais de parada dos préstitos do Primeiro de Maio na cidade. A ideia é apresentar os locais mais emblemáticos e com significado

¹¹¹ BILHÃO, Isabel. Op. Cit. 2011, pág. 73.

¹¹² SCIFONE, Simone. “Lugares de Memória Operária na Metrópole Paulistana”. *GEOUSP- Espaço e Tempo*. São Paulo, n°33, 2013, pág. 103.

¹¹³ Para saber mais: RÉBÉRIOUX, Madeleine. “Os Lugares da Memória Operária”. IN: *Departamento de Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1992, pág. 47-56.

¹¹⁴ RÉBÉRIOUX, Madeleine, 1992, pág. 53.

¹¹⁵ COSTA, Deusa. Op. Cit. 2014, pág. 38.

Foram selecionados três anos para expor os lugares mais utilizados pelos trabalhadores e trabalhadoras nas mobilizações do Primeiro de Maio: 1914, 1920 e 1928.

Em 1914, o préstito do 1º de maio teve passagem por diversos locais no centro da cidade de Manaus, dentre eles o Largo de São Sebastião (marcado para ser a saída deste cortejo), a Federação Marítima, a Avenida Eduardo Ribeiro, a Fábrica Amazonense de Roupas, a Casa Avaneza e finalizando no Teatro Alcazar; na sequência, algumas pessoas partiram em direção ao Teatro Amazonas para participar de algumas solenidades.¹¹⁶

Já em 1920, o cortejo fez um trajeto com algumas variações em relação ao ano de 1914. Os locais de passagem foram o cemitério São João Batista (pela manhã), e na parte da tarde, a partida se deu da sede da União Operária com passagem pela União Artística Musical, pela União dos Foguistas, pelo Jornal Vida Operária, pela União dos Marinheiros, Palácio Rio Negro, Sociedade das Quatro Artes, pelos jornais Gazeta da Tarde e Extremo Norte, pela Sociedade das Artes Gráficas e Pedreiros, pelo Sindicato dos Cigarreiros, pelo Jornal do Comércio, pela União Portuguesa, pelo Centro Operário e finalizando no Luso Sporting Club.¹¹⁷ É possível perceber uma ampliação no trajeto de passagem do préstito, priorizando lugares que apoiavam as pautas operárias, além de estender-se a mais associações e sociedades operárias.

Por fim, no ano de 1928, as mobilizações tiveram início às 7h da manhã, com saída dos jardins da casa de Araújo Lima, prefeito da cidade, e com passagens pelas ruas Marquês de Santa Cruz, Rua Miranda Leão, Rua Leovegildo Coelho e Rua dos Andradas, Avenida Silvério Nery e Avenida Joaquim Nabuco, Rua Silva Ramos, Praça São João, Avenida Treze de Maio e Boulevard Amazonas, chegando ao cemitério São José Batista.¹¹⁸ Neste ano, a mobilização partiu da área mais central da cidade e finalizou no cemitério, uma inversão do que ocorreu nos anos anteriores.

Como é possível notar, alguns locais se repetiam e chamaram atenção nos três anos selecionados e serão apresentados nas páginas seguintes: Teatro Amazonas, Teatro Alcazar, Praça São Sebastião, Cemitério São Batista e Fábrica Amazonense de Roupas. A principal mudança ocorrida foi relativa ao massivo aumento de locais como casas de políticos e de jornais apoiadores. Aqui, não entraremos nas discussões sobre quem organizava as mobilizações em cada um desses anos - tendo em vista que eram

¹¹⁶ Jornal *A Lucta Social*, ano 1, n 3. Manaus, 1 de Junho de 1914.

¹¹⁷ Jornal *Vida Operária*. Manaus, 1 de maio de 1920.

¹¹⁸ *Jornal do Comércio do Amazonas*. Manaus, 2 de maio 1928. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

organizadas por vários grupos sindicais de diferentes correntes ideológicas que tinham em comum a ideia de que sair às ruas era uma estratégia importante para que a classe trabalhadora e suas pautas ganhassem visibilidade e apoio da opinião pública e da imprensa.¹¹⁹

As principais vertentes ideológicas presentes nas mobilizações eram os sindicalistas revolucionários e socialistas. Isso não quer dizer que esses grupos conviviam de forma mansa, já que corriqueiramente entravam em embates por conta dos sentidos das mobilizações do Primeiro de Maio, sendo possível acompanhá-las através da imprensa, sobretudo nas publicações operárias.

Entre os locais de memória está a Praça de São Sebastião, localizada em frente ao Teatro Amazonas, costumeiramente o local de partida ou chegada dos préstitos de 1º de Maio na cidade. A praça já vinha se caracterizando como local de manifestação contra os patrões¹²⁰ e contra o próprio Estado pela sua proximidade com as maiores ruas e avenidas da cidade, o que trazia uma maior visibilidade para a causa e ampla adesão por parte dos próprios trabalhadores e trabalhadoras, fazendo com que o local se transformasse em um ponto de encontro dos trabalhadores que saíam nas mobilizações do Dia do Trabalhador na cidade.

O Teatro Alcazar também foi utilizado em algumas mobilizações. Localizava-se no centro, mas apesar disso, afastado da parte mais movimentada da cidade, e “prestou-se a abrigar os trabalhadores em suas comemorações e realizações políticas e era uma das opções de lazer dos segmentos mais populares, apesar de ter começado como espaço de elite”.¹²¹

O Teatro Amazonas era caracterizado naquele momento como sendo um espaço da elite, principalmente por conta dos barões da borracha e dos espetáculos estrangeiros da época da borracha nos primeiros anos do século XX. Esse Teatro Amazonas elitizado foi percebido pelos próprios trabalhadores daquele período. Cabesil, um correspondente do jornal carioca *A Voz do Trabalhador*, cobria as mobilizações do 1º de maio no ano de

¹¹⁹ Deusa Costa afirmou que em 1914 as comemorações foram organizadas pelos anarquistas e em 1920 pelos socialistas. Para nós não foi possível confirmar essa informação, tendo em vista que elementos reformistas também foram observados no ano de 1914. Acreditamos que os olhares e as visões dessas narrativas, a partir da imprensa, foram responsáveis por visões distintas e não necessariamente por divisões tão bem estabelecidas nas organizações do 1º de maio. Ver mais: COSTA, Deusa. Op. Cit. 2014, pág. 190 a 193.

¹²⁰ COSTA, Deusa. Op. Cit. 2014, pág. 184.

¹²¹ COSTA, Deusa. Op. Cit. 2014, pág. 185.

1914. Este jornal era vinculado à Confederação Operária Brasileira e teve sua primeira edição publicada em 1908.

O objetivo do periódico era dar voz aos trabalhadores do país inteiro e não apenas da capital federal. O jornal tecia severas críticas à Igreja, mas não se considerava anticlerical. A partir de 1913, suas tiragens aumentaram para 4 mil exemplares, sendo lançado quinzenalmente até 1915.¹²² Possuía quatro páginas com cinco colunas que versavam sobre os mais variados assuntos, de notícias à propagandas de livros, além do principal, o cotidiano da classe trabalhadora nacional em greves, lutas, etc.¹²³

Em nota chamada “*Do Norte: o 1º de Maio em Manaus, imponente comício*”, Cabesil relata que no Teatro Amazonas predominava a presença da elite e que quase nenhum trabalhador o frequentava. Apontou, inclusive, que ali ocorria uma “festa burguesa”.

Ali só viam-se autoridades – a burguesia em síntese – e não uma reunião de trabalhadores [...] Uma festa burguesa, sim, e não de operários, foi o que assistimos nesse teatro, o qual, apesar de ter sido construído por operários – nossos irmãos – poucas vezes ali se veem, devido talvez ao monopólio que das próprias forças físicas fez o terrível flajeto da liberdade humana – o capital.¹²⁴

O Jornal *A Lucta Social* também capta esse sentimento através da fala de Tércio de Miranda. Segundo a nota do jornal, Miranda lamentou o fato presenciado na reunião e alertou que não se deviam confundir as coisas, que o 1º de Maio “não era de festa nem de música, nem regozijos vãos, mas sim de revolta, de protesto à tirania dos governos”.¹²⁵

Tem-se ainda o cemitério São João Batista como um desses locais significativos. Foi inaugurado em 1891 no bairro do Mocó, no Boulevard Amazonas. Ano após ano, recebia as visitas de trabalhadores e trabalhadoras no 1º de Maio como forma de lembrança.¹²⁶ A ida aos cemitérios “em respeito à memória dos operários mortos, como forma de homenagear sua trajetória”¹²⁷ não era algo exclusivo de Manaus. Desde os primórdios da data, no mundo inteiro era corriqueiro que isso ocorresse neste dia, transformando-se, assim, em um rito consagrado da classe trabalhadora. Segundo Cláudio

¹²² MARQUES, João Carlos. *A Voz do Trabalhador: cultura operária e resistência anarquista no Rio de Janeiro (1908-1915)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Londrina, 2013, pág. 45.

¹²³ Idem, pág. 48.

¹²⁴ Jornal *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1914.

¹²⁵ Jornal *A Lucta Social*, ano 1, n 3. Manaus, 1 de Junho de 1914.

¹²⁶ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus, 27 de Abril de 1925. *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus, 29 de Abril de 1927. *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus, 28 de Abril de 1928. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹²⁷ LINS, Lindercy Tomé de Souza. Op. Cit. 2006, pág. 78.

Batalha, as “visitas ao cemitério para depositar flores nos túmulos dos precursores do movimento operário” caracterizavam-se como parte das “semelhanças entre a celebração do 1º de Maio e o catolicismo”.¹²⁸

O sentido de luto no 1º de maio foi necessário para que se criassem mecanismos de memória operária, em que os trabalhadores lutavam contra o esquecimento dos sujeitos considerados os precursores da data. Era comum que durante o Dia do Trabalhador os operários fossem aos cemitérios prestar homenagens não apenas aos mortos em Chicago, como também aos colegas que morreram na busca por melhores condições de vida para a classe trabalhadora.

Em Manaus, a nota chamada “*Data de Sangue*”, escrita por Fernandez Varela no Jornal *A Lucta Social*, sintetizou bastante a ideia de luto que era difundida naquele momento. Para Varela, a data rememorava o caso de Chicago alçando o ocorrido a uma causa essencial na consolidação do Primeiro de Maio. Em vista disso, a ida ao cemitério torna-se um rito e em 1928 o *Jornal do Comércio* divulga a programação para o Dia do Trabalhador em Manaus. A nota exclama que “o Comitê Pró-Primeiro de Maio, com concurso de todas as sociedades operárias de Manaus, realizou uma romaria ao cemitério de São João, em visita ao túmulo dos operários falecidos”.¹²⁹

As visitas ao cemitério não eram aleatórias e nem eram motivo de desmobilização dos trabalhadores. Lindercy Lins aponta que elas funcionavam como um “motivador da luta” dos trabalhadores, fazendo reavivar as lembranças dos mártires de Chicago a partir dos mártires locais.¹³⁰

Por fim, não podemos esquecer-nos dos sindicatos e associações operárias que estavam nas rotas dos préstitos do 1º de Maio em Manaus. Neste caso, esses locais são caracterizados como locais de memória do trabalho, onde trabalhadores exerciam vivências parecidas com as que desempenhavam em seus locais de trabalho. Na maioria das vezes, eram locais que funcionavam como uma extensão do ambiente de trabalho, onde a sociabilidade acontecia.

No cortejo de 1914, contado pela perspectiva dos anarquistas, observa-se que o caminho percorrido estava alinhado às situações do cotidiano dos trabalhadores da cidade. Isto por que a passagem pela Fábrica Amazonense de Roupas não foi aleatória, já que as

¹²⁸ BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Op. Cit. 2004, pág. 109.

¹²⁹ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus, 2 de maio de 1928.

¹³⁰ LINS, Lindercy Tomé de Souza. Op. Cit. 2006, pág. 82.

operárias vinham empreendendo sucessivas greves na cidade desde 1911, o que será discutido em pormenores no capítulo três.

Enfim, os caminhos percorridos pelos trabalhadores nos préstitos do Dia do Trabalhador na cidade de Manaus não eram escolhidos ao acaso. Como apresentado anteriormente, tratavam-se de locais afetivos que estavam nas memórias dos trabalhadores. E o próprio movimento operário, em algumas situações, trazia consigo uma força que acabava por encorajar o estabelecimento de rituais¹³¹, como o próprio Primeiro de Maio.

Tais locais foram escolhidos de forma precisa, seguindo uma lógica do momento, que acabou transformando esses espaços em lugares de memória e luta. Passar por determinadas ruas e prédios tinha significado simbólico para os trabalhadores, era uma resposta direta de que suas lutas não eram em vão e poderiam ser utilizadas como exemplo para outros trabalhadores em suas lutas diárias contra a opressão. Afinal, para grande parte da classe operária, o Primeiro de Maio servia para isso, lutar por dias melhores e mostrar a união da classe trabalhadora.

A escolha desses locais alinhava-se também à definição dos oradores no percurso da mobilização, para que “fizessem uso da palavra exaltando os feitos de suas categorias”,¹³² exatamente como foi quando o préstito de 1914 parou em frente à Federação Marítima, onde José Varela discursou desejando que o grupo dos operários associados àquela federação se unissem para lutar contra os “armadores infrenes”, sendo respondido pelo piloto A. Reis, que prometeu diminuir o mal que a classe dos marítimos vinha sofrendo.¹³³

Os lugares de memória operária, como os aqui elencados, são sementes da luta política dentro da cidade “contra o esquecimento”. São fragmentos da resistência contra a transformação desses locais em ruínas, em um eterno embate pela sobrevivência.¹³⁴ São locais que têm em comum, para além da visibilidade que trariam para o movimento, a proximidade com espaços de lazer e de espaços usados pela elite que poderiam reforçar ainda mais os ânimos para lutar por condições dignas de trabalho. Em Manaus, apenas o

¹³¹ HOBBSAWM, Eric. Op. Cit. 2015, pág. 114.

¹³² PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Vozes Operárias: fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Gramma, 2017, pág. 129.

¹³³ *A Voz do Trabalhador* – Órgão da Confederação Operária Brasileira. Rio de Janeiro, ano VII, n° 55, 15 de maio de 1914.

¹³⁴ SCIFONE, Simone. Op. Cit. 2013, pág. 109.

Teatro Amazonas, a Praça São Sebastião e o Cemitério São João Batista resistiram ao poder do tempo, tendo os outros espaços físicos já sucumbido.

Manaus, portanto, serviu como palco de ações dos movimentos organizados dos trabalhadores, fosse promovendo greves, festejos ou reunindo-os em suas associações. Mas quem eram os principais atores dessas ações? Como poderiam influenciar as mobilizações do Primeiro de Maio na cidade? Nos próximos capítulos, pretende-se caracterizar os principais atores das mobilizações do Primeiro de Maio, suas principais ações e como atuavam na cidade de Manaus.

CAPÍTULO II – AS LIDERANÇAS OPERÁRIAS E O ASSOCIATIVISMO NA CIDADE DE MANAUS EM TORNO DO PRIMEIRO DE MAIO

As primeiras organizações de trabalhadores do Amazonas surgiram no final do século XIX, mas foi no início do século XX que elas se proliferaram cada vez mais na cidade.¹³⁵ No final da década de 1910, foram criadas duas das maiores organizações operárias do estado: a União Operária Nacional no Amazonas, em 16 de junho de 1918, e o Centro Operário Amazonense, em 22 de dezembro de 1918. Como destacaram Luís Balkar Pinheiro e Maria Luiza Pinheiro, pouco foi conservado das informações sobre o Centro Operário, exceto por seus estatutos. O maior destaque deste documento, segundo os autores, era a definição de seus objetivos e estratégias que ignoravam “termos como greve, luta operária e ação direta”,¹³⁶ mas enfatizava a negociação e a prudência.

No caso da União Operária Amazonense, aconteceu diferente. Conservaram-se documentos e informações – como o livro de registros da associação - que serviram de fonte para pesquisadores locais.¹³⁷ Segundo os autores, cerca de 1010 trabalhadores foram listados nos livros da associação. Destes, 895 eram nacionais e 115 estrangeiros; entre os nacionais, cerca de 319 eram amazonenses,¹³⁸ o que caracterizava 31,58% da população filiada à União Operária Amazonense. Entre as profissões que reuniam maior número de trabalhadores associados estavam os caldeireiros (131), os serralheiros (70), os operários (234), os sapateiros (53) e os carpinteiros (49).¹³⁹

A União Operária Amazonense foi também responsável por uma grande impulsão na difusão de jornais operários. Foi o caso do *Jornal Primeiro de Maio*, publicado em 1928 e financiado pela própria União Operária com a ajuda do Sindicato dos Gráficos. As lideranças operárias da cidade estavam vinculadas a essas duas associações e foi a partir delas que ganharam destaque na cena local.

¹³⁵ Destacamos apenas as que tinham vieses operários. Ver mais: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Op. Cit. 2017, pág. 122.

¹³⁶ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Op. Cit. 2017, pág. 194.

¹³⁷ Vale destacar que atualmente essa documentação foi dada como perdida pelo CEMERJ (Centro de Memória da Justiça do Trabalho da 11ª região do Amazonas). Consideramos uma perda incalculável para a História do Trabalho do Amazonas.

¹³⁸ Dados extraídos a partir de um olhar rápido sobre a documentação da União Operária Amazonense.

¹³⁹ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Op. Cit. 2017, pág. 196/197.

Ao tratar do Primeiro de Maio, de suas ideias e pensamentos, o leitor deve ter se questionado a respeito das vozes que bradavam à época: a que temos acesso através da imprensa, seja ela operária ou de grande circulação. Podemos afirmar que eram os próprios líderes operários os principais responsáveis pela divulgação em massa das pautas dos trabalhadores na imprensa, numa “tentativa de acompanhar as manifestações da classe em nível mundial” (e não foi à toa que alguns aspectos de caráter nacional e internacional apareceram nas manifestações).¹⁴⁰

Por exemplo, em 1905, quando o senador Lauro Sodré foi preso por se posicionar contra a imposição das vacinas no Rio de Janeiro, a classe trabalhadora nacional prestou-lhe solidariedade durante as mobilizações do Primeiro de Maio. Enquanto na capital federal os trabalhadores desfilavam na Rua do Ouvidor saudando seu nome,¹⁴¹ no Amazonas, os operários com ajuda da redação do *Jornal do Comércio*, resolveram comprar uma espada de ouro para ajudar no pagamento da fiança de Sodré¹⁴² (Ou seja, para analisar o Primeiro de Maio é preciso compreender a conexão entre militantes e imprensa).

Os fluxos de informações trazidos pelos líderes da classe trabalhadora local enfatizavam a universalidade da data a partir dos ideais da Revolução Francesa. A ideia de universalidade, muito difundida pelos militantes, trata, principalmente, das ideias trazidas da Europa a fim de serem disseminadas deste lado do Atlântico. Entretanto, os únicos elementos unificadores dessa universalidade caracterizavam-se pela simultaneidade das mobilizações e pela luta das oito horas de trabalho. Afinal, como planejado em Paris no ano de 1889, as manifestações do 1º de maio visavam “dar à classe operária consciência de si mesma através da realização de gestos idênticos num amplo espaço e de impressionar a opinião pública”.¹⁴³

A opinião pública era importante para a compreensão da real dimensão do impacto das exigências da classe trabalhadora unida em torno de seus próprios interesses, como a luta pelas oito horas de trabalho, principal pauta do 1º de maio em âmbito internacional.

A data, que acabou sendo instituída também no Brasil no próprio mês de maio, é um dos fatores de forte demonstração dessa influência, já que na Europa este é o mês com

¹⁴⁰ COSTA, Deusa. Op. Cit. 2014, pág. 178.

¹⁴¹ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus 5 de Maio de 1905. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁴² *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus 2 de novembro de 1905. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁴³ PERROT, Michelle. Op. Cit. 2017, pág. 136.

fortes conexões com a natureza, onde “ela se enraíza na combatividade habitual do maio operário, mês recordista de greves, e talvez, a mais longo prazo, na tradição de primavera dos maios aldeões”, onde “Maio carrega toda uma simbologia que é preciso saber se e como foi levada em conta, a que nível do consciente ou do inconsciente coletivo”.¹⁴⁴ Eric Hobsbawm destaca que a “linguagem iconográfica reflete as imagens da primavera, da juventude e do crescimento” exclusivamente para o hemisfério norte, onde “as flores eram parte importante destas imagens”.¹⁴⁵ Ainda segundo o autor, “era uma celebração de renovação e de esperança em uma estação do ano caracterizada pela renovação e pela esperança”.¹⁴⁶ Peter Linebaugh evidencia que o Primeiro de Maio possui dois lados que estão intimamente ligados: a natureza, representada pela cor verde, e o vermelho, que representa a exploração do trabalho e luta de classes.¹⁴⁷

Enquanto no hemisfério norte a primavera se inicia, o hemisfério sul está no outono e num período pouco produtivo de flores. Logo, como mostrou Cláudio Batalha, foi impossível fazer no Brasil “uma ligação direta entre as celebrações da primavera (por razões óbvias) e o 1º de maio”.¹⁴⁸ Batalha afirma também que não havia essa “propalada homogeneidade étnica e idiomática do proletariado nos países europeus”.¹⁴⁹ No entanto, as lideranças locais buscavam mobilização para criar um ideal de homogeneidade e universalidade em troca de alguma unidade a partir da identidade de classe entre os trabalhadores de origens tão diversas como os do continente europeu.

Neste capítulo pretende-se caracterizar os atores que utilizavam a cidade de Manaus como palco para pensar as mobilizações em torno da data mais importante do operariado mundial. Selecionaram-se quatro líderes operários com grande atuação na cidade e que exerceram influências nas mobilizações do Primeiro de Maio, seja proferindo discursos em prol da data ou na difusão dessas ideias através da imprensa. Serão apresentados Joaquim Azpilicueta, Tércio de Miranda, João Cursino da Gama e Joaquim Rocha dos Santos e suas principais ações em torno do Primeiro de Maio.

Em um segundo momento, discutiremos o associativismo em torno de um bloco recreativo ligado a União Operária Amazonense que animava parte da classe trabalhadora

¹⁴⁴ PERROT, Michelle. Op. Cit. 2017, pág. 134.

¹⁴⁵ HOBSBAWM, Eric J. Op. Cit. 2015, pág. 129.

¹⁴⁶ HOBSBAWM, Eric J. Op. Cit. 2015, pág. 130.

¹⁴⁷ PETER, Linebaugh. “The incomplete, True, Authentic and Wonderful History of May Day”. IN: COCKBURN, Alexander e CLAIR, Joffery St. *Serpents in the Garden: Liaisons with Culture & Sex*. CounterPunch, 2004, pág. 45/46.

¹⁴⁸ BATALHA, Cláudia Henrique de Moraes. Op. Cit. 2004, pág. 109.

¹⁴⁹ BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. “Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920)” IN: *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 12, nº23/24. Set. 91/agos. 92, pág. 116.

local durante o Primeiro de Maio, sob direção de Adalgiso Santos. O principal conjunto documental a servir como fonte será o da imprensa, especialmente os periódicos o *Jornal do Comércio* de 1904 a 1930, *A Lucta Social* de 1914 e o *Primeiro de Maio* de 1928. Utilizaremos ainda fontes alternativas, como os processos crimes e decretos lei do Amazonas para auxiliar na construção das relações entre os trabalhadores e do associativismo na cidade.

2.1 A difusão do Primeiro de Maio em Manaus: as lideranças em discussão

Diversas lideranças foram fundamentais no processo de institucionalização do 1º de maio, demonstrando justamente a heterogeneidade dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos no movimento. Tratar-se-á aqui, principalmente de João Cursino da Gama, Joaquim Azpilicueta e Tércio de Miranda.¹⁵⁰ Eram majoritariamente “dos setores mais qualificados do operariado, particularmente gráficos”.¹⁵¹ Também incorporou-se a figura de Joaquim Rocha dos Santos como liderança, dono de um dos maiores e mais influentes jornais da cidade.

Iniciaremos apresentando a trajetória de Joaquim Azpilicueta, espanhol da cidade de Pamplona. Azpilicueta chegou a Manaus depois da segunda metade da década de 1900 e logo envolveu-se em debates vinculados aos tipógrafos, já que atuava tanto como jornalista quanto como tipógrafo.¹⁵² Era socialista, assim como seus pares citados anteriormente – exceto Tércio de Miranda –, e pregava que a atuação dentro das regras seria uma das saídas para as mudanças sociais da classe trabalhadora.¹⁵³

¹⁵⁰ Pensamos a partir dos conceitos de “núcleo duro, rede pequena e densa, rede ampla” elaborados por TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo Redes Sociais, projetos de identidade e espaços políticos: a imprensa operária no Amazonas*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018, pág. 94.

¹⁵¹ Idem, pág. 89.

¹⁵² PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Op. Cit. 2017, pág. 173/179.

¹⁵³ TELES, Luciano Everton Costa. Op. Cit. 2018, pág. 90.

Figura 1- Joaquim Azpilicueta discursando no 1º de maio de 1914 em Manaus



Fonte: *Jornal do Comércio*, Manaus 2 de Maio de 1914 APUD: BARROS, Cláudia Amélia Mota Moreira. *Vozes Operárias: os tipógrafos e a construção da identidade operária amazonense (1891-1914)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2015, pág. 73.

Joaquim Azpilicueta circulava entre a classe trabalhadora de Manaus com desenvoltura. Foi visto discursando no 1º de maio de 1914 em Manaus e não ganhou tanto destaque na nota do *Jornal do Comércio*, periódico de grande circulação na época e ligado aos setores da classe média da cidade.¹⁵⁴ A imagem acima retrata o dia em questão, e a nota preocupava-se apenas em narrar os acontecimentos da data e não tinha assinatura. Entretanto, o Jornal carioca *A Voz do Trabalhador* transcreveu parte de sua fala:

Ergamo-nos e caminhemos em busca da emancipação; - disse o companheiro – fundemos associações e arrejimentemos a classe trabalhadora e só então poderemos impor-nos à ambição descomunal do patrão, que, além de usufruir todos os lucros que nós produzimos, insiste por não querer pagar em dia os salários do operário.

No discurso, Azpilicueta incentiva os trabalhadores presentes a fundar associações para só então fazer frente aos patrões, que além de ganharem os maiores lucros, ainda atrasavam os salários. A fala evidencia suas convicções políticas socialistas, ao passo que apresenta um pouco da condição de exploração dos trabalhadores de Manaus, assinalando o anseio pela emancipação operária.

Em 1928, Azpilicueta publica um artigo no *Jornal Primeiro de Maio* chamado “O Operário é o Mundo”. A nota evidencia a relevância do Primeiro de Maio, sobretudo na

¹⁵⁴ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus 2 de Maio de 1914. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

imagem “de homens que pagaram com a vida o tributo de um Ideal por que pugnavam!”, fazendo uma citação aos mártires de Chicago. Joaquim Azpilicueta alertava que qualquer vitória só poderia ocorrer quando a luta causasse vítimas, culpando, assim, o patrão por esses empecilhos, mas assinalava que “o trabalhador de hoje, porém, sacode com altivez esses movimentos torpes e vae à escola”, sinalizando que, apesar dos conflitos, o operário “não precisa enveredar pela estrada ingrata da desordem”, e “ao em vez da violência e da destruição o operário actual faz uso da calma, da palavra e da ordem”, reafirmando os ideais socialistas em que acreditava.¹⁵⁵

Para Joaquim Azpilicueta, o Primeiro de Maio tinha duplo simbolismo: “se a data representa uma pagina de sangue, também fica em apoteose a victoria das victimas em prol da collectividade”. O próprio título do artigo exemplifica como parte das lideranças de Manaus encarava a universalidade da data: “O operário é o Mundo”.¹⁵⁶

João Cursino da Gama chegou à cidade de Manaus nos primeiros anos do século XX, vindo de Pernambuco. Foi diretor do *Jornal Primeiro de Maio* em 1928, onde assinou uma matéria chamada “A Instrução”. O artigo apontava que o operariado não reconhecia seu valor por conta da pouca instrução, e divergia do sentido de luta como forma de adquirir direitos, pois considerava criminoso lutar e fazer greve; apenas as escolas noturnas, sobretudo, visando à instrução é que seriam o caminho de vitória da classe trabalhadora.¹⁵⁷ Gama apostava que a educação poderia livrar a classe trabalhadora da exploração, um pensamento bastante presente no período entre as lideranças operárias. Mais tarde, envereda pelos caminhos da política partidária, tornando-se vereador em 1929.¹⁵⁸

¹⁵⁵ *Jornal Primeiro de Maio*, Manaus 1928. Laboratório de História da Imprensa do Amazonas (LHIA) da Universidade Federal do Amazonas.

¹⁵⁶ *Jornal Primeiro de Maio*, Manaus 1928. Laboratório de História da Imprensa do Amazonas (LHIA) da Universidade Federal do Amazonas.

¹⁵⁷ *Jornal Primeiro de Maio*, Manaus 1928. Laboratório de História da Imprensa do Amazonas (LHIA) da Universidade Federal do Amazonas.

¹⁵⁸ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Op. Cit. 2017, pág. 212/217.

Figura 2 - João Cursino da Gama



Fonte: Jornal *Primeiro de Maio*, 1º de Maio de 1928.

As lideranças operárias da cidade de Manaus tinham relação muito estreita com a imprensa local. A figura de João Cursino da Gama se entrelaça com a história do *Jornal Primeiro de Maio*, que era comemorativo da data maior da classe trabalhadora e animado pelos gráficos. Apenas uma edição deste periódico manteve-se conservada até os dias de hoje e data de dia 1º de Maio de 1928. Sabe-se que outra edição saiu em maio de 1929,¹⁵⁹ porém, nunca tendo sido encontrada nas pesquisas pelos arquivos da cidade. O jornal contava com quatro páginas, divididas em cinco colunas e apresentava-se como “órgão do proletariado amazonense”.

Em sua apresentação, os editores alertam não possuir programa traçado e que tampouco pretendiam fazê-lo. Uma das principais características deste jornal era apresentar diversas figuras de destaque da sociedade local. Dentre os políticos, estavam o presidente do estado Efigênio Ferreira de Salles, o prefeito de Manaus José de Araújo Lima e Monteiro de Souza, presidente da Assembleia Legislativa do Estado.

Já entre as figuras ligadas à classe trabalhadora, o jornal destacou as imagens do diretor João Cursino Gama, do presidente da União Operária Amazonense, Ernesto do Nascimento, de Firmo Ferreira de Araújo, presidente da União dos Estivadores, entre outros. Não podemos confirmar quais seus principais redatores, mas os senhores J. Luciano, Joaquim Azpilicueta e Manoel Nunes de Sá tiveram artigos publicados na única edição do jornal.

¹⁵⁹ *Jornal do Comércio do Amazonas*, 1º de Maio de 1929. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Outra liderança de grande destaque na cidade era Tércio de Miranda. Nascido em Portugal, chegou ao Brasil em 1913 com convicções políticas de caráter anarquista que influenciaram completamente seu campo de luta em Manaus. Foi um dos que mais pregaram o caráter de luta do 1º de Maio em Manaus, chegando a rivalizar com pessoas e meios de comunicação por conta dos sentidos atribuídos à data. Segundo Cláudia Amélia Mota Moreira, “essa ideia de luta incessante, defendida por Tércio, é uma premissa para compreendermos a concepção de mundo defendida por ele, onde o confronto entre classes é pautado no confronto de interesses entre burguesia e proletariado”.¹⁶⁰

Figura 3 - Tércio de Miranda



Fonte: *Jornal do Comércio*, Manaus 2 de Janeiro de 1913 APUD: RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. *Do Burgo Podre ao Leão do Norte: o Jornal do Commercio e a Modernidade em Manaus (1904-1914)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2014, pág. 73.

Tércio foi também um dos líderes operários mais atuantes e estudados pela historiografia na cidade, por ser reconhecido como aquele que “introduziu o anarquismo na região, elencando Manaus como centro de irradiação dessa corrente política por todo o norte do Brasil”,¹⁶¹ tendo destaque, inclusive, no Jornal carioca *A Voz do Trabalhador*, em 1914. Segundo Luís Balkar Pinheiro:

Desde cedo a atenção de Tércio Miranda havia se voltado para a necessidade de ampliar a base de apoio sindical, dotando os trabalhadores de informação e formação política, sendo essa a principal

¹⁶⁰ BARROS, Cláudia Amélia Mota Moreira. Op. Cit. 2015, pág. 78.

¹⁶¹ TELES, Luciano Everton Costa. “Tércio Miranda: uma liderança anarquista na Amazônia (1913-1914)”. IN: *Revista Mundos do Trabalho*, v. 9, n°17, Janeiro-Julho, 2017, pág. 119.

motivação que o impulsionou em direção à dinamização de uma imprensa de e para os trabalhadores.¹⁶²

No que tange às suas ações frente ao Primeiro de Maio, Tércio de Miranda teceu duras críticas ao sentido conferido à data por parte da classe trabalhadora de Manaus. Em 1914, Miranda afirmou que aquela mobilização era uma “antítese da causa operária”, reforçando que:

ela não era de festa nem de música, nem regozijos vãos, mas sim de revolta, de protesto à tirania dos governos, que assassinaram impunemente os nossos camaradas de Chicago, por terem eles a hombridade de reclamar a jornada de oito horas.¹⁶³

Tércio de Miranda acreditava que pregar o sentido festivo nesta data funcionava como uma tentativa dos “poderosos senhores” de desviar os caminhos ideais da classe trabalhadora: a sua emancipação. Miranda foi muito atuante no 1º de maio de 1914, onde proferiu discursos durante todo o Préstito, alertando os trabalhadores para o que considerava ser o sentido ideal da data e a compreender a história do Primeiro de Maio. Para ele, a origem da data era muito mais ligada aos Mártires de Chicago do que a Segunda Internacional que ocorreu em Paris em 1889.¹⁶⁴

Assim como existia uma disputa pelo sentido da data, havia também uma disputa em torno de suas origens. Os anarquistas acreditavam mais no caráter heroico do maio de 1886 em Chicago, como destaca o jornal anarquista *A Lucta Social* que “o início teve lugar em Chicago, la pelo ano de 1884”,¹⁶⁵ enquanto que os socialistas buscavam suas origens nas decisões tomadas a partir do congresso da Segunda Internacional de Paris em 1889.¹⁶⁶

O jornal *A Lucta Social* foi tão ferrenho lutador contra o caráter festivo do Primeiro de Maio que publicou nota chamada “*A Festa do Trabalho*”, assinada por Anselmo Lorenzo no 1º de maio de 1914. O tom revoltoso do trecho abaixo evidencia como os militantes anarquistas reagiam aos grupos que insistiam em aderir às festas do trabalho.

¹⁶² PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. “Lideranças estrangeiras entre os trabalhadores manauaras (1910-1930)” IN: *Revista Mundos do Trabalho*. Vol. 9, nº 17, Janeiro-Julho, 2017, pág. 96.

¹⁶³ Jornal *A Lucta Social*, Manaus, 1 de maio de 1914. Laboratório de História da Imprensa do Amazonas (LHIA) da Universidade Federal do Amazonas.

¹⁶⁴ Jornal *A Lucta Social*, Manaus, 1 de maio de 1914. Laboratório de História da Imprensa do Amazonas (LHIA) da Universidade Federal do Amazonas.

¹⁶⁵ Jornal *A Lucta Social*, 1 de maio de 1914. Laboratório de História da Imprensa do Amazonas (LHIA) da Universidade Federal do Amazonas.

¹⁶⁶ Jornal *Vida Operária*, 1º de maio de 1920. Laboratório de História da Imprensa do Amazonas (LHIA) da Universidade Federal do Amazonas.

Se rebuscarmos as paginas da historia, havemos de ver que todas as festas se realisam para celebrar ou comemorar um triunfo. (...) A festa do trabalho! Que irritação. Poderá o trabalhador embelezar com freças e aromáticas flores a maquina em que se extenúa para ganhar uma ridicularia que mal chega para o pão e caldo, a officina que o sufoca, as cadeias que lhe coártam a liberdade, o chicote que o acoita, a organização social contemporanea que pretende reduzi-lo à submissão e à impotência...¹⁶⁷

A história do jornal *A Lucta Social* confunde-se com a história de seu idealizador, o português Tércio de Miranda. Sua configuração era de 22x30 cm de formato, oito páginas com três colunas cada com periodicidade mensal. Tinha como colaboradores José da Mota Vieira, Carlos Malato, E. Cavalcanti e Virgílio de Sá, além de possuir vínculos com a Sociedade das Artes Gráficas de Manaus.¹⁶⁸

O jornal ganhou as ruas de Manaus em 29 de março de 1914. Segundo Luiz Balkar Pinheiro e Maria Luiza Pinheiro, o posicionamento do jornal foi “de assumir um claro projeto de formação política a partir da discussão pedagógica de temas e questões centrais à condição e à causa operária”.¹⁶⁹ O jornal passou por duas fases, a primeira em 1914 e a segunda em 1924. Na primeira, deixou de circular em Manaus ainda em 1914 e no ano seguinte Tércio Miranda retornava a Portugal.¹⁷⁰

2.1.1. Joaquim Rocha dos Santos e o Jornal do Comércio do Amazonas: suas atuações entre os operários de Manaus

O último personagem de destaque analisado será Joaquim Rocha dos Santos, português nascido em 1851 na cidade de Lisboa. Destaca-se que Joaquim não era um trabalhador, mas que devido sua atuação frente aos seguimentos operários, escolheu-se alçá-lo como uma liderança. Durante sua estadia no Amazonas foi “delegado de polícia, juiz de paz, deputado da Assembleia, Administrador do Trapiche da Recebedoria, provedor da Santa Casa de Misericórdia”.¹⁷¹ Era republicano, abolicionista e também “lutou pelos direitos civis dos cidadãos posicionando-se, muitas vezes, contra atos e decisões arbitrárias de quem estava no poder”. Santos foi muito importante na imprensa manauara, principalmente quando atuou como colaborador no jornal *O Paiz*.¹⁷² A partir

¹⁶⁷ Jornal *A Lucta Social*. Manaus, 1º de Maio de 1914.

¹⁶⁸ SANTOS, Francisco Jorge dos et all. Op. Cit. 1990, pág. 133.

¹⁶⁹ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Op. Cit. 2017, pág. 185.

¹⁷⁰ Idem, pág. 188/189.

¹⁷¹ RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. *Do Burgo Podre ao Leão do Norte: o Jornal do Commercio e a Modernidade em Manaus (1904-1914)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2014, pág. 27.

¹⁷² Idem, pág. 29.

de janeiro de 1904, torna-se diretor do *Jornal do Comércio*, onde permanece na função até sua morte, em 1906.¹⁷³

O centenário *Jornal do Comércio do Amazonas* inicia seus trabalhos em janeiro de 1904, em meios às intensas discussões sobre a anexação do território do Acre ao Brasil. O jornal possuía sede própria no centro de Manaus, na Avenida Eduardo Ribeiro, e passou por três fases até ser vendido ao grupo de Assis Chateaubriand, em 1943.¹⁷⁴ Essas fases podem explicar, inclusive, o teor das informações divulgadas pelo jornal e por seus colaboradores no decorrer dos anos.

Na primeira fase, de sua inauguração em 2 de Janeiro de 1904 até 16 de Janeiro de 1906, dias depois da morte do dono e diretor Joaquim Rocha dos Santos, o jornal teve como redatores Henrique Rubim e Alcides Bahia, e como colaboradores Mello Rezende, Heliodoro Balbi, Gaspar Guimarães, Vivaldo Lima, Carlos Eugenio Chalvin, Solon Pereira, Alberto Rangel e J. Tabosa. Uma característica observada pela historiadora Priscila Ribeiro, era de que a grande maioria dos redatores e colaboradores vinha de fora do estado e eram formados em cursos de prestígio como Medicina e Direito.¹⁷⁵

Segundo Leno Souza, o foco das propagandas publicitárias do *Jornal do Comércio* era a elite manauara, como os grandes comerciantes e seringalistas, altos funcionários públicos, além dos militares,¹⁷⁶ já que o jornal era fortemente ligado aos grupos dominantes locais.¹⁷⁷ O JC – abreviação de *Jornal do Comércio* - também tinha relações com a comunidade portuguesa, que “teve importante função na modelagem da sociedade e da economia amazônicas, tanto na capital como no interior”.¹⁷⁸ Por isso, em sua primeira edição:

O *Jornal do Commercio* deixa claro que a questão comercial seria o foco da empresa e que seu surgimento deu-se, justamente, para suprir a lacuna da falta de um jornal na cidade de Manaus que defendesse os interesses comerciais da região.¹⁷⁹

Após a morte de seu idealizador, o jornal passa por algumas instabilidades por conta da escolha de um substituto para sua direção, só se reestabelecendo a partir de 1907,

¹⁷³ Idem, pág. 31.

¹⁷⁴ SOUZA, Leno José Barata. “Cultura Impressa no Amazonas e a Trajetória de um Jornal Centenário”. IN: *Tempos Históricos*, v. 14, 2010, pág. 115.

¹⁷⁵ RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. Op. Cit. 2014, pág. 47.

¹⁷⁶ SOUZA, Leno José Barata. Op. Cit. 2010, Pág. 117.

¹⁷⁷ Idem, pág. 121.

¹⁷⁸ RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. Op. Cit. 2014, pág. 53.

¹⁷⁹ Idem, pág. 31.

quando assume Vicente Reis, inaugurando, assim, a segunda fase do jornal. Reis era advogado, foi deputado estadual e também dramaturgo¹⁸⁰ de grande influência na cidade.

Durante a segunda fase do *Jornal do Comércio*, passaram como redatores e colaboradores os seguintes: Péricles Moraes, Manoel de Miranda Simões, Joaquim Godim de Albuquerque Lins, Paulo Eleuthério Álvares da Silva, Ataliba Corrêa, Gaspar Antonio Vieira Guimarães, Generino Maciel e Thaumaturgo Sotero Vaz.¹⁸¹ A grande maioria deles, mais uma vez, era de fora do estado e com formação em cursos de prestígio do momento.

Sobre a popularidade, influência e prestígio de redatores e colaboradores do jornal na cidade, percebe-se que:

Cada dirigente, a seu modo, soube articular os interesses da empresa *Jornal do Comércio* com o contexto econômico e político pelo qual Manaus estava passando. Suas estratégias de manutenção de poder precisavam ser dosadas ou transformadas de acordo com as mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas. Afinal, a existência do periódico dependia também de contratos feitos com o governo e com grupos comerciantes.¹⁸²

Esses periódicos diários, portanto, também eram moldados em suas relações com o governo e com o capital. Entretanto, caracterizamos Joaquim Rocha dos Santos, figura pública ligada a um jornal diário, como um difusor das ideias do Primeiro de Maio, efetivamente pela atuação que seu periódico desempenhava. Luís Balkar Pinheiro destaca que o jornal assumiu um caráter progressista, “denunciando, muitas das vezes, as mazelas que impactavam o mundo do trabalho e a condição da classe operária amazonense”. A hipótese sustentada quanto a esse caso é de que o diretor do jornal foi o principal responsável por isso, levando em conta que as notícias sobre a data foram mais efetivas entre 1904 e 1905, período no qual Rocha dos Santos estava à frente do periódico.

Por exemplo, o jornal divulgou duas imagens interessantes nestes dois anos. A primeira foi divulgada ainda no primeiro ano de funcionamento do jornal, em 1º de maio de 1904. A imagem retratava Karl Marx e Filippo Turati numa alegoria maior que acompanhava uma figura de um trabalhador masculino e uma figura feminina, apresentando a leitura como possível saída para a exploração dos trabalhadores. João Carlos Marques argumenta que as figuras femininas nunca apareciam ao lado dos companheiros, sendo geralmente elevadas à categoria de anjo.

¹⁸⁰ Idem, pág. 62.

¹⁸¹ RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. Op. Cit. 2014, pág. 78-80.

¹⁸² Idem, pág. 84/85.

Nas ilustrações a figura feminina aparecia não ao lado dos seus companheiros de luta, mais sim em trajes clássicos portando, como principal atributo, o barrete frígio como sinal de libertação, assumindo uma função alegórica de “deusa da Liberdade”, indicando o ideal ao qual o trabalhador consciente deveria abraçar.¹⁸³

Na imagem abaixo, fica evidente a ligação do “*anjo libertador*” com as duas figuras emblemáticas do movimento operário, Marx e Turati. Vale observar que as duas figuras surgem das engrenagens que o trabalhador movimenta ao labutar e estão dentro de um símbolo que, ao mesmo tempo remete-nos ao infinito (uma face duradoura do conhecimento) e ao número 8 (simbolizando a luta pela diminuição da jornada de trabalho). A imagem apresenta ainda outros elementos, como a chaminé funcionando atrás do trabalhador.

Figura 4 - Ilustração do 1º de Maio



FONTE: *Jornal do Comércio*. Manaus, 1º de Maio de 1904.

No texto ao lado da imagem, também referenciando o 1º de Maio, é possível observar as influências desses intelectuais e do motivo do uso da imprensa para divulgação: no caso de Marx, sua principal obra, *O Capital*, e no de Turati, sua representação como chefe do Partido Evolucionista Italiano. Na sequência, o debate prega um sentido linear evolutivo de pensamento.

¹⁸³ MARQUES, João Carlos. *Imagens e mensagens libertárias do Primeiro de Maio*. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual de Londrina, 2009, pág. 29/30.

Isto comprovará mais tarde o progresso humano, tranquilizando o coração dos propagandistas do socialismo, que apesar de algumas investidas e oposições vão as suas ideias germinando em toda a Europa culta, progredindo admiravelmente nos países mais adiantados do Velho Mundo: Alemanha, Itália, França e outras nações¹⁸⁴.

Sendo assim, a libertação ocorreria primeiro nos países mais avançados e dentro do âmbito educacional, enquanto que nos outros países – entre eles o Brasil - a libertação somente seria possível caso se espelhassem naqueles países citados na nota acima, partindo da referência evolucionista e rumo ao ideal de socialismo. Como será visto, todas as imagens possuem como significado uma alternativa aos trabalhadores ao apresentar caminhos de um futuro livre da exploração do capital.

Em 3 de maio de 1905, o *Jornal do Comércio* estampa em sua capa uma imagem com diversos rostos. Junto dessas caricaturas estão a de um trabalhador e de um anjo, representando a labuta do operário em meio às ferramentas e a alvorada futura desses trabalhadores, sendo guiados pela alegoria feminina em direção aos rostos que os rodeiam.

¹⁸⁴ *Jornal do Comércio do Amazonas*. Manaus, 1º de Maio de 1904. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Figura 5 - Ilustração Comemorativa ao 1° de Maio



Fonte: *Jornal do Comércio*. Manaus, 3 de Maio de 1905

Para Luís Balkar Pinheiro, a gravura acima pode ser explicada pela grande “presença de imigrantes portugueses, franceses e italianos, entre a classe operária da cidade”.¹⁸⁵ Dentre as figuras com os rostos estampados na imagem estão Amilcare Cipriani, Eleonora Marx (filha de Karl Marx), Friedrich Engels, José Fontana, Jules Guesde, Pablo Iglesias Posse e Victor Prosper Considerant, que eram, em sua grande maioria, pensadores socialistas da Europa, cuja influência exercida era grande entre a classe trabalhadora letrada local.

Duzentos exemplares do jornal com a imagem que não ficara pronta para a edição do 1° de Maio, foram, posteriormente, repassados por Rocha dos Santos, proprietário do jornal, ao Centro Operário em

¹⁸⁵ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Op. Cit. 2017, pág. 127.

Manaus, instituição que, idealizada e animada por Alfredo Vasconcelos Lins militava na organização da classe operária no Amazonas.¹⁸⁶

Nesta imagem destacam-se ainda elementos da natureza como as flores, remetendo à primavera do mês de maio. Nota-se que entre as figuras socialistas a natureza aparece viva com as flores já desabrochadas, enquanto que próximo ao trabalhador a natureza adquire aparência fúnebre, seca, onde uma única flor tenta adentrar o espaço. Como destacado anteriormente, Peter Linebaugh apresenta o 1º de maio como uma mistura das cores verde e vermelha, cuja representação, respectivamente são a relação com a natureza e o trabalho necessário, ao passo que a cor vermelha representa a expropriação social somada à luta de classes. As duas cores coexistem durante o Primeiro de Maio e esta imagem explora este caminho.¹⁸⁷ Segundo Linebaugh, os Mártires de Chicago se enquadram na cor vermelha, pois as greves que culminaram nas mortes dos militantes evidenciaram as disputas de classe.¹⁸⁸

Contudo, outro caminho possível para entender essa aproximação de Rocha dos Santos com o 1º de maio pode ter sido a influência que seu filho, Raymundo Rocha dos Santos teve, ao aproximá-lo de um debate mais novo sobre o socialismo. Raymundo era frequentador dos bancos da academia no curso de Direito na cidade de Recife e muito conhecido no movimento operário local, e justamente por isso pode ter influenciado as informações que seriam divulgadas pelo *Jornal do Comércio* através da figura de seu pai, que até então era seu dono e também diretor.

Em maio de 1905, em ocasião das festividades do Dia do Trabalhador, o então diretor do *Jornal do Comércio* era convidado a participar da “festa comemorativa do trabalho” na sede do Centro Operário. O jornal destaca a forte participação de seu diretor, tendo, inclusive, a oportunidade de proferir um discurso e, segundo o autor da nota,¹⁸⁹ ao final da sua fala “foi alvo de delirantes aplausos, tendo sido recebido sob cativante demonstração de apreço e simpatia”.¹⁹⁰

Rocha dos Santos ainda felicitou, em nome do jornal, toda a sociedade de trabalhadores e levou as congratulações de seu filho, Raymundo Rocha dos Santos, que era sócio honorário da agremiação e estava em Recife. Essa informação sustenta as

¹⁸⁶ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Op. Cit. 2017, pág. 127.

¹⁸⁷ LINEBAUGH, Peter. Op. Cit. 2004. pág. 45/46.

¹⁸⁸ Idem, pág. 53.

¹⁸⁹ A nota não estava assinada, mas pressupomos que seja algum redator do próprio jornal por conta da grande informação acerca de Joaquim Rocha dos Santos.

¹⁹⁰ *Jornal do Comércio do Amazonas*. Manaus, 3 de maio de 1905. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

hipóteses de troca de influências entre pai e filho, além de também corroborar com o fato de Rocha dos Santos ser encarado como um dos difusores da data entre a classe trabalhadora local, mesmo não sendo um operário.¹⁹¹

Tanto que, nos anos de 1906 e 1907, após a morte de Joaquim Rocha dos Santos, o referido jornal não divulga notas específicas acerca do 1º de maio em Manaus, onde se ateve apenas a noticiar o que ocorria na Europa, como a greve que os trabalhadores franceses deflagraram em 1906 por conta da não realização das “festas que estavam projectadas para o 1º de Maio”.¹⁹² Neste momento, o jornal aparece em sua primeira página como “propriedade de uma empresa” e não mais como “propriedade de J. Rocha dos Santos”.

Já sob a direção de Vicente Salles, uma única imagem ganhou as páginas *do Jornal do Comércio* nas décadas de 1910 e 1920 em algumas edições. Tratava-se da imagem – possivelmente reproduzida de outro veículo estrangeiro, como era comum no período – de um trabalhador com características europeias, perceptível por conta de sua vestimenta, olhando para o horizonte vislumbrando o sol nascente com as inscrições “1º de maio”. Era um símbolo que significava o surgimento de uma nova era. No cenário, é possível notar ainda referências ao ambiente servil dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que sonham com a liberdade futura.

¹⁹¹ *Jornal do Comércio do Amazonas*. Manaus, 3 de maio de 1905. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁹² *Jornal do Comércio do Amazonas*. Manaus, 4 de maio de 1906. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Figura 6 - O trabalhador e a aurora operária



FONTE: Jornal do Comércio várias edições.

Também é possível observar que “as algemas rompidas ao mesmo tempo em que representam a disposição para a luta e o sinal de uma mente liberta e revolucionária fazem uma ligação com a escravidão”.¹⁹³ A ligação com o passado escravo era muito recorrente no movimento operário, como destacou Marcelo Badaró. Segundo o autor, essas discussões estão associadas “à exploração burguesa” em que, mesmo após o período escravocrata, ainda persistiam relações de exploração, vindas principalmente do patronato.¹⁹⁴

Mais uma vez, a figura feminina surge indicando o caminho a ser seguido e muito próxima do sol, que “não tinha um caráter ameaçador, e representava o início da nova era, aparecendo ao nascer do dia no horizonte ou emoldurando figuras emblemáticas que representavam a revolução, a liberdade ou a anarquia”.¹⁹⁵ A apropriação de símbolos com conceitos importantes, na busca de criar um imaginário social para os trabalhadores era uma forma de chegar a um “ideal de operário” politizado e militante.

¹⁹³ MARQUES, João Carlos. Op. Cit. 2009, pág. 40.

¹⁹⁴ MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e Livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Tempo, 2008, pág. 213.

¹⁹⁵ MARQUES, João Carlos. Op. Cit. 2009, pág. 30.

Como explica Eric Hobsbawm, os rituais operários desenvolvem-se podendo informar as circunstâncias da “invenção de tradições”.¹⁹⁶ Os símbolos também são vistos dentro das próprias mobilizações, de forma até espontânea, como a utilização de bandeiras com os respectivos slogans de seus grupos operários. É possível pensar a própria data do “Primeiro de Maio” como um dos mais importantes elementos simbólicos da consciência política da classe operária em torno de sua união.

Partilhava com estas a característica essencial de ser a apresentação pública e regular de uma classe em si, uma afirmação de poder; de fato, em sua invasão do espaço social do sistema, uma conquista simbólica. Mas, de forma igualmente crucial, o 1º de Maio foi a afirmação da classe através de um movimento organizado.¹⁹⁷

Cláudio Batalha considerou “surpreendente” a difusão de símbolos dentro do movimento operário. Entre esses elementos, destacam-se “a alegoria feminina da liberdade, o barrete frígio”, além do sol nascente.¹⁹⁸ As imagens difundidas nos periódicos operários eram estratégicas para o movimento, articuladas pelos militantes para arregimentar os trabalhadores. Compreende-se que esses elementos integravam um plano maior: a emancipação operária.

Percebe-se, com base em todas as discussões apresentadas até então, que a importância de se pensar alguns desses líderes operários em Manaus, que se animavam com o 1º de maio, foi pertinente para perceber essa influência de uma ideia de abordagem ideal da data. Com certa parcimônia, essas mobilizações, mesmo que conduzidas por líderes operários, contavam com grande participação de trabalhadores menos conhecidos do grande público e que, apesar dessa pequena distinção, compartilhavam dos mesmos sonhos da busca por uma nova sociedade.¹⁹⁹

Tanto Joaquim Azpilicueta quanto Tércio de Miranda e outros líderes, tiveram importância crucial na divulgação da data pelo Amazonas. Considera-se suas atuações marcantes para pensar a história do movimento operário na cidade de Manaus e “também agregadoras de enorme valor e significado, seja pelas ideias que defenderam, seja pela liderança que desempenharam à frente de suas categorias profissionais”.²⁰⁰

Portanto, as primeiras impressões acerca do Primeiro de Maio em Manaus só foram possíveis da maneira que ocorreram graças aos trabalhadores letrados que se

¹⁹⁶ HOBBSAWM, Eric J. Op. Cit. 2015, pág. 115.

¹⁹⁷ Idem, pág. 127.

¹⁹⁸ BATALHA, Cláudia Henrique de Moraes. Op. Cit. 2004, pág. 107.

¹⁹⁹ COSTA, Deusa. Op. Cit. 2014, pág. 181.

²⁰⁰ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. “Lideranças estrangeiras entre os trabalhadores manauaras (1910-1930)” IN: *Revista Mundos do Trabalho*. Vol. 9, n° 17, Janeiro-Julho, 2017, pág. 99.

esforçaram em divulgá-las.²⁰¹ Isso, no entanto, não era impedimento para que o restante dos trabalhadores e trabalhadoras assumissem diferentes formas de luta.

2.2 Associativismo em Manaus: O Bloco Recreativo Primeiro de Maio

Aqui, serão apresentados alguns dos locais de sociabilidade da cidade de Manaus, destacando-se principalmente aqueles onde os trabalhadores se relacionavam diretamente com o Primeiro de Maio, como foi o caso do Bloco Recreativo Primeiro de Maio. Era comum encontrar trabalhadores e trabalhadoras nas igrejas, nos cafés do centro da cidade e em bares, além dos próprios sindicatos e associações operárias. Houve, inclusive, a criação de várias associações recreativas no início do século XX, como as de “remo e barcos”, e junto destas vinham “as regatas e os passeios de rio, aqueles onde se jogava o tênis e o futebol”.²⁰² Ana Maria Daou destaca que as associações eram responsáveis por novos laços e:

Reforçaram a ligação entre indivíduos procedentes de um mesmo país e que compartilhavam de determinados costumes, mas que não eram necessariamente “conhecidos”. Por outro lado, promoveram a interação desses segmentos, em particular entre grupos étnicos e os brasileiros.²⁰³

Essas proximidades étnicas foram bastante vistas na cidade de Manaus, como os diversos grupos de portugueses, espanhóis e árabes, entre outros. Existiram também grupos de conterrâneos de outros estados brasileiros, como maranhenses, paraenses e cearenses.

Apesar da criação de espaços voltados exclusivamente ao trabalhador, era justamente em bares, botequins e cafés que a população masculina se “expunha a um convívio e a uma interação regrados e talvez necessários”.²⁰⁴ Em 1925, ocorreu uma briga num botequim chamado “A Reforma”, na rua Barroso, nº3, no centro da cidade de Manaus, onde foram presos em flagrante Augusto Coelho da Rocha, 35 anos, solteiro, português que exercia a profissão de pedreiro, e Manoel de Britto, 28 anos, solteiro, também português e pintor. O fato, narrado pelas testemunhas, sucedeu-se por algum

²⁰¹ Aqui não queremos reforçar aquele antigo postulado muito presente na História do Trabalho de que o protagonismo das lutas era dos imigrantes, pelo contrário, concordamos com os escritos de vários historiadores que destacaram a importância deles, mas não os alçamos a protagonistas desse processo. Ver mais: DOS SANTOS, Carlos José Ferreira. *Nem tudo era italiano*. São Paulo e Pobreza (1880-1915). São Paulo: Fapesp/AnnaBlume, 1998.

²⁰² DAOU, Ana Maria. Op. Cit. 2014, pág. 286.

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ Idem, pág. 293.

desentendimento ocorrido na reunião da Sociedade das Quatro Artes,²⁰⁵ uma das mais influentes da cidade.

Segundo os depoimentos presentes no processo-crime, às 22 horas de uma quarta-feira, do dia 25 de novembro de 1925, Augusto e Manoel travaram insultos e até mesmo uma batalha corporal, onde garrafas e cadeiras foram arremessadas, chegando a feri-los. Não foi possível saber o que estava sendo tratado na solenidade na sede da associação que pudesse ter influenciado a briga, mas a Sociedade marcou outra reunião para o dia 28 de novembro,²⁰⁶ que possivelmente teria como pauta o ocorrido.

Através dos depoimentos de testemunhas e dos próprios sujeitos, é possível afirmar que botequins como esse eram bastante frequentados por grupos de trabalhadores logo após as reuniões de sindicatos e associações,²⁰⁷ devido suas proximidades com o centro da cidade. A vida noturna era bastante agitada e diversos trabalhadores utilizavam-se dos bares e cafés como espaços para trocas de experiências e até mesmo como um complemento do que viviam ao exercer suas atividades dentro do trabalho.

Os festejos de carnaval também se mostravam como ocasião para a prática da sociabilidade entre os trabalhadores. Existia um desfile na Rua Eduardo Ribeiro no domingo de carnaval com cerca de 30 carruagens, onde a grande maioria dos que ali desfilavam eram frequentadores do Teatro Amazonas e componentes da elite manauara.²⁰⁸ Em contrapartida, vários clubes de trabalhadores na cidade mantinham bailes e *soirees* de carnaval durante o início da República, dentre eles o da Sociedade Beneficente e Sportiva, que acontecia no bairro de Educandos, tradicional localidade onde moravam os trabalhadores da cidade.²⁰⁹

Segundo Leonardo Pereira, o caminho da política era tido como árduo para os trabalhadores, principalmente para os negros e pardos “cujos costumes e tradições, alvos preferenciais da vigilância republicana, teriam sido de todo marginalizados no período”.²¹⁰ Como mostra Pereira, “aos olhos dos homens de letras do período, a marca principal desses clubes era a de constituírem um espaço de alívio para os

²⁰⁵ Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas. Subfundo: Delegacia Auxiliar de Polícia da Capital. 1925.

²⁰⁶ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus 26 de novembro de 1925. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁰⁷ Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas: Subfundo: Delegacia Auxiliar de Polícia da Capital. 1925.

²⁰⁸ DAOU, Ana Maria. Op. Cit. 2014, pág. 288/289.

²⁰⁹ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus 14 de fevereiro de 1928. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²¹⁰ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Os anjos da Meia-Noite: trabalhadores, lazer e direitos no Rio de Janeiro da Primeira República”. *Revista Tempo*, vol. 19, n° 35, 2013, pág. 100.

trabalhadores”.²¹¹ Destacando Coelho Neto, o autor afirma que ele “colocava o entusiasmo por tais clubes dançantes em contradição com o engajamento político”.²¹²

Pereira evidenciou também que havia empréstimo de espaços dos sindicatos e associações para esses grupos e que era comum que “deixassem de lado sua rotina de bailes e festas para evidenciar sua proximidade e solidariedade com as causas que afetavam o conjunto dos trabalhadores cariocas”.²¹³ Isso deixa cada vez mais claro como essa separação entre lazer e militância não ocorria efetivamente, e que no cotidiano dos trabalhadores essa linha divisória é tênue, refutando assim a ideia do lazer ser uma alienação.

Os trabalhadores e trabalhadoras partilhavam, nesses locais, suas experiências de vida, lazer e trabalho, podendo inclusive, a partir disso, criar mecanismos de lutas, tendo em vista a melhoria e a superação dessas mazelas. Em qualquer tipo de espaço, essas interações eram necessárias em virtude de uma sociabilidade que ajudaria a buscar a proximidade entre essas pessoas, além da já vivida no mundo do trabalho. Sendo até mesmo para muitos trabalhadores e trabalhadoras, impossível dissociar o espaço de sociabilidade do próprio espaço de trabalho.

As comemorações do Primeiro de Maio, portanto, permitem tal ambiguidade e os significados apropriados por diversos grupos em disputa por aquele momento – aqui destacando as diferentes concepções sobre se a efeméride deveria ser marcada como um dia de luta ou como um dia de festa. Assim, por exemplo, quando em 1928 na cidade de Manaus os trabalhadores caminhavam para lembrar daqueles que morreram e assim fazer uma ligação com os mártires de Chicago, a banda de música, alegrava o caminho dos que seguiam o cortejo.²¹⁴ Por conseguinte, esse espaço de militância – caracterizado pelo préstito - não perdia espaço para o lazer – a banda de música -, como alguns seguimentos da própria classe trabalhadora alardeavam.

Cláudio Batalha classificou os blocos recreativos como parte da Cultura Associativa. Segundo Batalha, o conceito de Cultura Associativa pode ter duas vertentes: “o primeiro deles remete ao hábito de associar-se, à tendência (...) de conferir uma certa

²¹¹ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “A dança da política: trabalhadores, associativismo recreativo e eleições no Rio de Janeiro da Primeira República”. IN.: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 37, n° 74, 2017, pág. 68.

²¹² Idem, pág. 69.

²¹³ Idem, pág. 70.

²¹⁴ *Jornal do Comércio do Amazonas*. Manaus, 1º de Maio de 1928. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

institucionalidade às formas de sociabilidade diversas”,²¹⁵ e o segundo ao da cultura das associações. E por cultura associativa ele define:

O conjunto de propostas e práticas culturais das organizações operárias, a visão de mundo expressa nos discursos, bem como os rituais que regem a vida das associações que muitas vezes são herdadas de formas de organização mais antigas, como as corporações. Em outras palavras, um conjunto de valores compartilhados pelas associações operárias.²¹⁶

O 1º de maio é a data mais lembrada dentro da cultura associativa, sendo compartilhada entre todos os grupos associativos e sindicais e comemorada e reivindicada por grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras no mundo inteiro.²¹⁷ Um dos pontos a guiar as análises aqui feitas é justamente aprofundar a investigação sobre a suposta dualidade entre lazer e militância na relação com o Primeiro de Maio. Segundo Leonardo Pereira, as disputas de narrativas nesses espaços traziam ideias ultrapassadas, como por exemplo, de que se tratavam de espaços “de alívio para os trabalhadores, onde poderiam descarregar de modo aceitável as tensões da vida cotidiana”.²¹⁸ Pereira assinala que as sociedades dançantes em “seus espaços compartilhados de experiência” transformaram esses sujeitos em seres relevantes, “indicando a construção de um caminho de participação eleitoral que não se resumia ao exercício do voto”,²¹⁹ uma espécie de aliança entre política, lazer e trabalho.

Em dissertação de mestrado, Luciana Barbosa levanta questionamentos sobre o motivo de sociedades beneficentes e associações terem em seus nomes homenagens ao 1º de maio. Uma justificativa plausível é o fato de terem sido inauguradas nesta data, além de também organizarem festas em todos os dias do trabalho.

Não apenas associações possuíam nomes alusivos ao 1º de Maio, mas também grupos de teatro, jornais operários e times de futebol. Este fato indica como as comemorações do dia do trabalho obtiveram uma boa repercussão entre os trabalhadores cariocas, tornando-se, aos poucos, parte integrante da cultura destes últimos.²²⁰

Em Manaus, tem-se registro de uma Filarmônica chamada Primeiro de Maio em 1911,²²¹ um bloco de carnaval e um jornal do mesmo nome, ambos de 1928²²² e uma

²¹⁵ BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Op. Cit. 2004, pag. 96.

²¹⁶ Idem, pág. 99.

²¹⁷ Idem, pág. 105.

²¹⁸ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda, 2017, pág. 68.

²¹⁹ Idem, pág. 85.

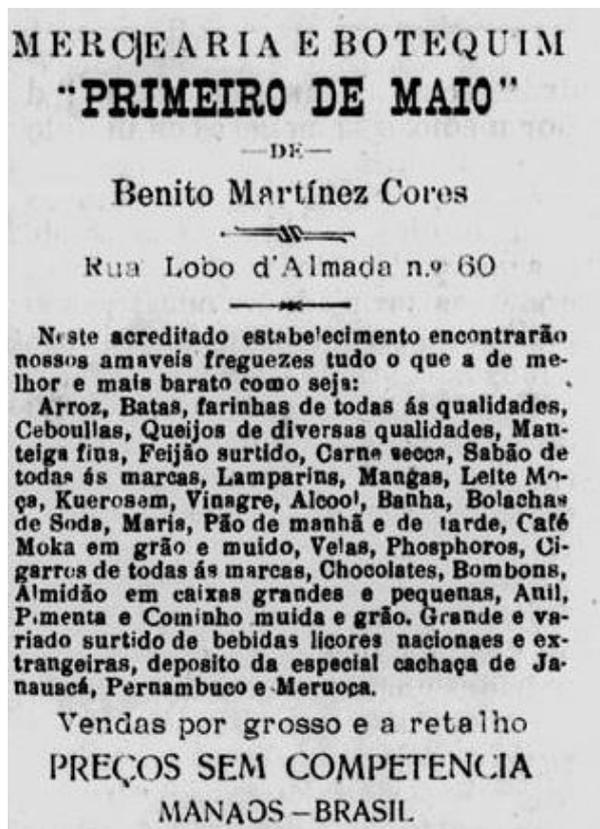
²²⁰ ARÉAS, Luciana Barbosa. *A redenção dos operários: o Primeiro de Maio no Rio de Janeiro durante a República Velha*. Campinas, SP, 1996, pag. 20.

²²¹ *Jornal do Comércio do Amazonas*. Manaus, 20 de Abril de 1911. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²²² *Jornal Primeiro de Maio*. Manaus, 1º de Maio de 1928. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

mercearia e botequim, o que evidencia o prestígio da data também no Amazonas, assim como a diversidade de seus significados e apropriações.

Figura 7 - Mercearia e Botequim Primeiro de Maio



Fonte: *El Hispano Amazonense*, Manaus, 30 de setembro de 1922.

O Bloco Recreativo Primeiro de Maio, vinculado à União Operária Amazonense, ganhou destaque no ano de 1928 com bailes dançantes divulgados pela imprensa diária da cidade. Surge em dois momentos aparentemente distintos, mas na verdade interligados: em fevereiro,²²³ por conta dos festejos e bailes de carnaval e em maio,²²⁴ nas mobilizações do 1º de Maio.

O bloco teve duas sedes, a primeira, localizada na rua Dr. Adriano Jorge, nº 6, com vastos salões na parte de cima do prédio no centro da cidade.²²⁵ A outra, estava

²²³ *Jornal do Comércio do Amazonas*. Manaus, 14 de Fevereiro de 1928. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²²⁴ *Jornal Primeiro de Maio*. Manaus, 1º de Maio de 1928. Laboratório de História da Imprensa do Amazonas (LHIA) da Universidade Federal do Amazonas.

²²⁵ *Jornal Primeiro de Maio*. Manaus, 1º de Maio de 1928. Laboratório de História da Imprensa do Amazonas (LHIA) da Universidade Federal do Amazonas.

localizada à rua Marechal Deodoro, nº56.²²⁶ É interessante perceber que a localização de ambas as sedes são importantes, pois mostram a proximidade com a grande massa de trabalhadores e associações e sindicatos presentes na região central da cidade. A sede do bloco era exatamente o mesmo local onde funcionava a União Operária Amazonense, fazendo com que as duas agremiações dividissem o mesmo espaço.

A chefatura de polícia estava sempre atenta a qualquer tipo de manifestação mais acalorada por parte dos membros desses grupos. Como descreveu Juliana Pereira em dissertação de mestrado:

A polícia só poderia intervir em tais organizações quando fosse para manter a ordem pública. Com esse objetivo, para funcionar durante o ano e para fazer passeatas em datas religiosas, essas agremiações precisavam obter uma licença especial da polícia.²²⁷

Diferentemente do que ocorreu no Rio de Janeiro, onde em 1903 já existia uma divisão da Chefatura de Polícia responsável por inspecionar essas agremiações e blocos,²²⁸ na cidade de Manaus o decreto que regulamentava “theatros, casas de diversão e divertimentos públicos”²²⁹ só foi aprovado em outubro de 1925. Assinado pelo interventor federal no Amazonas, Alfredo Sá, o decreto nº 99 de 1925 objetivava regular e fiscalizar qualquer tipo de recreação como os teatros, sociedades recreativas, blocos festivos, bailes públicos, cafés concertos.²³⁰

No caso do Bloco Primeiro de Maio, as resoluções específicas do decreto estadual de 1925 para este tipo de agremiação – blocos, cordões e clubes dançantes - eram divididas em nove artigos, nos quais eram detalhadas as regras a serem seguidas. O art. 23 do decreto destacava que essas sociedades dançantes só poderiam existir desde que a polícia concedesse licença para seu funcionamento, o que já era de praxe em outras localidades.

O art. 29 destacava que “os prestitos, blocos, cordões, grupos carnavalescos” só poderiam fazer eventos nas ruas mediante autorização escrita da polícia, assim como a quitação de algumas taxas previstas em lei. Já o art. 31 afirmava que “a Polícia poderá proibir o funcionamento de sociedades recreativas e carnavalescas em determinadas

²²⁶ *Jornal do Comércio do Amazonas*. Manaus, 3 de janeiro de 1932. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²²⁷ PEREIRA, Juliana da Conceição. *Clubes dançantes e moralidades no Rio de Janeiro da Primeira República*. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, 2017, pag. 37.

²²⁸ Idem, pág. 38.

²²⁹ Decreto Estadual nº 99 de outubro de 1925. Arquivo Público Estadual do Amazonas.

²³⁰ Decreto Estadual nº 99 de outubro de 1925. Arquivo Público Estadual do Amazonas.

zonas, si assim convier à ordem ou moralidade publica”.²³¹ Essas diretrizes deixavam evidente que o município passaria a fiscalizar com mais afinco as criações de grupos dançantes, blocos carnavalescos e até mesmo de teatros, como uma espécie de controle moral público que respeitasse a ordem da sociedade. Pela documentação, não foi possível saber qual delegacia era responsável por liberar tais licenças, assim como também não foi possível encontrar nos arquivos da cidade de Manaus os documentos com as liberações deste e de nenhum outro bloco. .²³²

As notas divulgadas sobre o bloco eram quase todas veiculadas pelo *Jornal do Comércio*, em virtude de seus editores serem convidados pela direção do bloco a participar das noites dançantes. Em 1º de maio de 1927 era divulgado um baile que ocorreria na sede da União Operária Amazonense, onde constava nas diversas comissões da festa o nome de pessoas que futuramente fariam parte do bloco, dentre eles Adalgiso Santos.²³³ Não é possível confirmar se já era o bloco institucionalizado ou apenas um protótipo do que ele se tornaria no ano seguinte, mas o fato é que em 1927 ele já estava ligado às comemorações do 1º de maio na cidade.

Contudo, em 14 de fevereiro de 1928, o jornal divulga sua primeira nota chamando a população para participar de uma “vasta partida” na sede do Bloco Primeiro de Maio. A nota fazia parte da coluna “Carnaval” e era divulgada na primeira parte do jornal, juntamente com convites de outros blocos, como Club Caboclos Valentes do Paraná, Bloco das Phalenas, Palhaços do Oriente etc.²³⁴

No dia seguinte, o *Jornal do Comércio* volta a divulgar nota avisando sobre o baile que ocorreria no número 6 da rua Dr. Adriano Jorge²³⁵. Assim como também foi noticiado, na edição de sexta, “a partida de papouco” que seria realizada na sede do clube.²³⁶

²³¹ Decreto Estadual nº 99 de outubro de 1925. Arquivo Público Estadual do Amazonas.

²³² Vale destacar que a documentação no Amazonas não tem destino final certo. No Arquivo Público do Estado, onde as documentações da Chefatura de Polícia deveriam estar não possuía nada. Outra informação que nos foi dada era que essa documentação poderia estar na sede da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Amazonas, onde também não obtivemos sucesso. Na última tentativa, foi nos dada outra informação que poderia estar na Delegacia Geral do Amazonas, onde também não conseguimos ter acesso.

²³³ *Jornal do Comércio do Amazonas*. Manaus, 1º de maio de 1927. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²³⁴ Muitos desses clubes dançantes tinham suas festas realizadas em sedes de associações operárias na cidade de Manaus, ver: *Jornal do Comércio do Amazonas*. Manaus, 14 de fevereiro de 1928. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²³⁵ *Jornal do Comércio do Amazonas*. Manaus, 15 de fevereiro de 1928. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²³⁶ *Jornal do Comércio do Amazonas*. Manaus, 17 de fevereiro de 1928. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Chegado o dia 18 de fevereiro de 1928, dia em que o Bloco Recreativo Primeiro de Maio faria o seu baile de carnaval, o *Jornal do Comércio* listou todo o programa da orquestra para a noite dançante com os sambas “Sou do meu bem; Pesadelo; Carnaval coisa bôa; etc”. Também estavam listados os nomes de alguns membros do bloco que fariam parte das comissões da festa, como as de recepção e buffet, entre outras.

Foram organizadas as seguintes comissões: a de porta, João Cardoso e Cyriaco Rebouças; de recepção, Henrique Souza, Adalgiso Santos, Amameu Almeida, Oscar Pires Castanhola, José Alves de Lima e Diomedes Boanerges; de reconhecimento, Ernesto Nascimento, Octavio Camara e Julio Rodrigues; de buffet, Porfirio Affonso, Americo Lopes de Mattos, Raymundo Alcantara, Oswaldo Jorge e Domingos de Oliveira Gomes.²³⁷

Destaca-se desta lista o nome de Adalgiso Santos, que em Maio de 1928, segundo o *Jornal Primeiro de Maio*, assumiu a frente do Bloco Recreativo Primeiro de Maio. Adalgiso era um trabalhador negro que acabou se destacando no meio operário até ser escolhido presidente do bloco. Luís Balkar Pinheiro e Maria Luíza Pinheiro²³⁸ sugerem, a partir dos registros da União Operária Amazonense, que ele teria vindo em um dos fluxos migratórios do Maranhão junto com outros trabalhadores negros, como é o caso de Henrique Souza, também presentena lista acima.

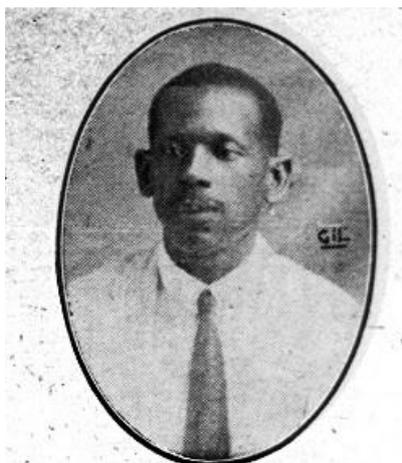
Embora as fontes consultadas não mostrem as pertenças raciais desses trabalhadores e também nenhum discurso de identidade racial por parte das sociedades carnavalescas e grupos sindicais, é preciso que se aprofundem tais análises, buscando inclusive outras fontes para auxiliar nesses debates e silenciamentos, como aponta Álvaro Pereira do Nascimento.²³⁹ Destaca-se aqui que só foi possível reconhecer Adalgiso como negro através de suas imagens divulgadas pelos jornais.

²³⁷ *Jornal do Comércio do Amazonas*. Manaus, 18 de fevereiro de 1928. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²³⁸ Ver mais: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Op. Cit. 2017.

²³⁹ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. “Trabalhadores negros e “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil”. IN: *Estudos Históricos*. V.29. n.59. set-dez/2016. Pág. 621.

Figura 8 - Adalgiso Santos



Fonte: Jornal Primeiro de Maio, 1º de Maio de 1928.

Na imagem acima temos estampado o rosto de Adalgiso Santos, na qual é perceptível ver o tom escuro de sua pele. Santos era carpinteiro de ofício,²⁴⁰ e na foto acima está vestido com indumentária mais social. As informações sobre Adalgiso são escassas, mas a imprensa noticiou a morte de uma suposta filha sua no ano de 1911.²⁴¹

Adalgiso Santos teve ainda seu nome vinculado a outro grupo carnavalesco na cidade, o Elite Sport Club,²⁴² que figurava na imprensa manauara desde o início da década de 1920. Na verdade, não apenas Adalgiso, mas outros trabalhadores tiveram seus nomes vinculados ao mesmo clube, e acredita-se que se tratava de um grupo de maranhenses que agitavam o carnaval nesta agremiação. Uma das hipóteses é de que esse clube reunia conterrâneos maranhenses em uma rede de sociabilidade, tanto que em 27 de Julho de 1922 o mesmo clube realizou festival em homenagem ao aniversário da instalação da província do Maranhão, “dedicado aos seus associados, amigos e filhos daquele estado”.²⁴³ Além de Adalgiso Santos, Henrique José de Souza e Anacleto José dos Reis também participavam deste clube, tendo este último, inclusive, missa celebrada em virtude de seu falecimento no ano de 1923.²⁴⁴

²⁴⁰ Livro de Registros da Associação União Operária Amazonense.

²⁴¹ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus 24 de maio de 1911. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁴² Este clube ainda carece de maiores estudos, sobretudo na forma de organização entre os associados.

²⁴³ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus, 27 de Julho de 1922. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁴⁴ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus, 30 de Março de 1923. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Em 25 de fevereiro de 1930, um repórter do *Jornal do Comércio*, especialista em carnaval, fez visitas em alguns dos blocos da cidade, destacando aqueles com “belleza, ordem e animação” - dentre os quais estava o Bloco Primeiro de Maio. Era comum que o jornalista, sob o pseudônimo carnavalesco de Bibiano Pierrot, visitasse alguns grupos durante o carnaval e deixasse suas impressões sobre os mesmos. A nota é finalizada da seguinte forma: “em todos o JORNAL DO COMÉRCIO foi fidalgamente distinguido, captivando assim o representante desta folha”,²⁴⁵ destacando um caráter amistoso entre os blocos carnavalescos e o jornal.

Ainda em 1930, o *Jornal do Comércio* volta a falar sobre uma noite dançante que ocorreria na sede da União Operária Amazonense no Dia do Trabalhador. O “solrés dançante” aconteceria depois da posse da nova diretoria da união operária, após a execução dos hinos do Primeiro de Maio e Nacional, que seriam orquestrados pelos alunos da escola mantida pela instituição. Para a festa, foram pensadas as seguintes comissões:

De recepção às autoridades e imprensa, Felismino Francisco Soares, Cursino Dias da Gama e Samuel Pinto Ribeiro; de recepção às associações, Pedro Nolasco da Silva, Diomedes Boanerges Ferreira e Julio Carvalho Mello; de recepção aos associados e famílias, Joaquim Baptista de Carvalho, Henrique José de Souza, Adalgiso Santos, Raymundo Pedro de Alcantara, José Alves de Lima e Sylvio Bentes de Souza; e de buffet, Samuel Spenner, Gustavo Santos Cordeiro, Antonio Albert Libert, Francisco Borges da Silva, Hemeterio Raymundo Guedes, Alexandre de Souza, Porphirio Affonso, Amadeu Gomes de Almeida e Theophilo Felix de Albuquerque.²⁴⁶

Destaca-se novamente a presença de Adalgiso, dessa vez na comissão de recepção aos associados e familiares e não mais como presidente do bloco.

É possível observar uma constância na realização desses bailes. De acordo com o *Jornal do Comércio*, eles ocorriam uma vez por mês na sede do bloco. Durante o ano de 1932, foram noticiados três bailes dançantes que seriam realizados por este grupo nos meses de julho, setembro e outubro. Na primeira nota divulgada, em 2 de julho de 1932, ocorreria uma noite de jazz com a direção do professor José Arnaud.²⁴⁷

Em setembro de 1932, o bloco realiza uma sessão solene em sua sede para empossar o novo corpo dirigente. Como presidente, Ernesto Francisco do Nascimento; o

²⁴⁵ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus, 25 de fevereiro de 1930. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁴⁶ *Jornal do Comércio do Amazonas*. Manaus, 1º de maio de 1930. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁴⁷ *Jornal do Comércio do Amazonas*. Manaus, 2 de julho de 1932. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

primeiro secretário, Antonio Alves Liberty; o segundo secretário, Massulo de Souza Santos e o tesoureiro, Raymundo Pedro de Alcantara. Segundo o *Jornal do Comércio*, a sessão contou ainda com a presença de muitos associados e de seus familiares.²⁴⁸

As últimas notícias sobre o Bloco Recreativo Primeiro de Maio foram divulgadas pelo *Jornal do Comércio* em 1933, com uma nota em janeiro²⁴⁹ e outra em maio,²⁵⁰ onde falavam basicamente sobre a festa e o convite a uma visita feito ao jornal. Contudo, ainda se faz necessário aprofundar as pesquisas em torno desse tipo de associativismo na cidade de Manaus, sobretudo com enfoque nas relações étnico-raciais. A cor importa, sobretudo no estado que teve seu primeiro governador negro ainda em finais do século XIX (responsável por grandes obras na cidade e que ainda hoje se faz presente na memória local).

²⁴⁸ *Jornal do Comércio do Amazonas*. Manaus, 6 de setembro de 1932. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁴⁹ *Jornal do Comércio do Amazonas*. Manaus do Amazonas, 3 de janeiro de 1933. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁵⁰ *Jornal do Comércio do Amazonas*. Manaus, 28 de maio de 1933. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

CAPÍTULO III – “TAMBÉM ERAM ESPLORADAS!”²⁵¹: AS MULHERES E O PRIMEIRO DE MAIO EM MANAUS

As mulheres frequentemente salientaram que os historiadores do sexo masculino no passado, inclusive marxistas, ignoraram grosseiramente a metade feminina da raça humana.²⁵²

A autocrítica do historiador inglês Eric Hobsbawm é bastante sintomática para entender não apenas o processo de exclusão das mulheres nas análises históricas, mas principalmente o processo de retomada delas no fazer histórico, sobretudo a partir de seus próprios questionamentos. Michelle Perrot destaca que por muito tempo faltou vontade de querer escrever história sobre as mulheres, evidenciando não ser um problema exclusivo das fontes,²⁵³ mas também do próprio ofício dos historiadores masculinos que, por vezes, negligenciavam suas histórias.

Chitra Joshi observa, no contexto indiano, que a ausência das mulheres nos estudos sobre o mundo do trabalho deu-se pelo fato de o enfoque das pesquisas terem sido o ofício nas fábricas, o qual invisibilizava outras formas de trabalho. Joshi constatou que existia uma presença menor de mulheres nas fábricas, que começou a decair nos primeiros anos da industrialização. Com isso, os historiadores buscaram enfatizar apenas o trabalho masculino presente nas fábricas.²⁵⁴

No lançamento de seu livro *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Edward P. Thompson sofreu diversas críticas, dentre elas as relacionadas ao gênero. Os principais comentários giravam em torno da generalização do termo classe e do termo experiência, onde não era possível caracterizar as mulheres nessas histórias. Segundo Paula Vosne, “é interessante observar como posteriormente, à medida que Thompson avançava nos estudos sobre a cultura plebéia, seus trabalhos foram adquirindo uma tonalidade de gênero”.²⁵⁵ Isso fica bastante claro nos artigos do livro *Costumes em Comum*, lançado no Brasil no ano de 1991.

²⁵¹ Jornal *A Lucta Social*, ano 1, n 3. Manaus, 1 de Junho de 1914. pag, 4.

²⁵² HOBBSAWM, Eric. Op. Cit. 2015, pág. 143.

²⁵³ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru/SP: EDUSC, 2005, pág. 253.

²⁵⁴ JOSHI, Chitra. “Além da polêmica do provedor: Mulher, Trabalho e História do Trabalho”. *Revista Mundos do Trabalho: Perspectivas de gênero nos mundos do trabalho*, v1, n°2, 2009, pág. 147.

²⁵⁵ MARTINS, Ana Paula Vosne. “Possibilidades de diálogo: classe e gênero”. *História Social: História Social Inglesa*. Campinas, n°4/5, 1997/1998, pág. 150.

Alexandre Fortes destaca que, nas obras de Thompson, “a desigualdade de gênero não aparece nele como uma dimensão intrínseca ao processo de formação de classe”, apesar de em alguns momentos o autor explorar essas reflexões de forma ainda acanhada.²⁵⁶ Nos textos sobre a economia moral, Thompson debruçou-se sobre os motins de fome e destacou a importância das mulheres para a organização desses conflitos. Em *Rough Music*, o autor responde algumas críticas por ele sofridas acerca das questões de gênero, se utilizando de críticas ao conceito de patriarcado.²⁵⁷ Para E.P. Thompson, esse conceito, pouco historicizado, não comportava todas as “diferenças de grau e até de qualidade na dominação masculina”.

Além disso, “alguns aspectos das relações masculino-feminino não são evidentemente apenas opressivos, mas incluem graus variados de ajuda mútua. O conceito de ‘patriarcado’ não tem lugar para essas sutilezas”. “O ‘patriarcado’ sugere uma submissão fatalista que não deixa espaço para as complexidades da rebeldia feminina”, e se assim é – e no uso ideológico difundido é o que acontece – ele não ilumina a história das mulheres, mas obscurece e até confisca parte dessa história²⁵⁸.

Como a presente dissertação pretende observar o Primeiro de Maio a partir das influências das lideranças operárias da cidade, surgem algumas perguntas. Todos os atores responsáveis pelo 1º de maio na cidade eram homens? Esse questionamento é crucial para que se entendam as páginas seguintes. Analisaremos aqui as experiências das mulheres e suas vivências e relações com o Primeiro de Maio. Traremos o exemplo da Fábrica Amazonense de Roupas por ter sido uma das poucas fábricas onde as trabalhadoras se envolveram diretamente com o 1º de maio. Sua história foi pouco explorada pela historiografia amazonense e sua importância só foi possível de ser mensurada a partir da grande quantidade de informações recolhidas exclusivamente nos veículos de imprensa.

Como destacado no primeiro capítulo, a formação industrial no Amazonas teve suas especificidades em relação a outras grandes capitais, como Rio de Janeiro e São

²⁵⁶ FORTES, Alexandre. “O Processo Histórico de Formação da Classe Trabalhadora: algumas considerações”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 29, n° 59, setembro-dezembro, 2016, pág. 597.

²⁵⁷ Para entender melhor esse debate ver: SCOTT, Joan W. “Experiência”. IN: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Org). *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. Para saber mais sobre os debates originados a partir dos escritos de Scott ver: TILLY, Louise A. “Gênero, história das mulheres e história social”. *Cadernos Pagu: desacordos, desamores e diferenças* n°3, 1994. VARIKAS, Eleni. “Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly/Scott”. *Cadernos Pagu: desacordos, desamores e diferenças*. N°3, 1994.

²⁵⁸ THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pág. 375.

Paulo.²⁵⁹ No Amazonas, pelo menos até o final da década de 1910, a principal fonte de renda advinha da exploração da borracha e seus derivados, com predomínio da economia de exportação. Apenas com a criação da Zona Franca de Manaus, efetivada na década de 1960 com a Ditadura Militar,²⁶⁰ a região passa a ser povoada por grandes indústrias. Os números do crescimento da indústria se comparados aos da agricultura eram elevados na década de 1970, saindo de 7,7% em 1949 para 24,6% em 1975, enquanto que o setor primário caía de 35,7% para 12% no mesmo período.²⁶¹

Assim, durante os primeiros anos da República, predominavam os trabalhos fora das fábricas na cidade de Manaus, mais precisamente no comércio, em atividades próximas ao porto e nos seringais do interior do estado.²⁶² Em levantamento para sua dissertação de mestrado, Luciane Dantas aponta a presença de quatro fábricas na região nas primeiras décadas do século XX – vale destacar que a autora usa como critério de seleção a presença feminina nessas indústrias. Dentre as fábricas estava a Amazonense de Roupas, inaugurada em 1910, a Fábrica de Beneficiamento de Castanha, fundada no início da década de 1920, a Fábrica Brasil-Hevea, também de 1920 e a Fábrica de Cigarros Itatiaya.²⁶³ Elas podem exemplificar, além da presença pequena, que esses estabelecimentos industriais passaram a ser mais efetivos a partir da crise da borracha.

Rememorando os dados das tabelas 3, 4, 5, 6 e 7 – presentes no capítulo 1 -, a partir do censo de 1920 na cidade de Manaus, curiosamente as mulheres eram maioria justamente nas profissões que se cristalizaram como femininas – Magistério (81.1%), serviço doméstico (63.9%) e vestuário (74.7%).

Maria Luiza Ugarte Pinheiro destacou que o acesso à instrução formal das mulheres modificou completamente seus perfis, sobretudo das mulheres da classe média

²⁵⁹ O processo de industrialização em São Paulo e Rio de Janeiro eram alinhados também com as exportações de café. Efetivamente, segundo alguns pensadores, áreas com grandes indústrias só passaram a ser o foco do país a partir da Primeira Guerra Mundial, com o Estado Novo. Ver mais: GOMES, Angela de Castro e FERREIRA, Marieta de Moraes. “Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: novas perspectivas de análise”. IN.: *BIB*, Rio de Janeiro, n. 24, 2º semestre de 1987.

²⁶⁰ SERÁFICO, Marcelo e SERÁFICO, José. “A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil”. IN.: *Estudos Avançados*, n. 19 (54), 2005, pág. 103.

²⁶¹ RIBEIRO, Marlene. *De Seringueiro à agricultor/pescador à operário metalúrgico: um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses*. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, 1987. APUD SANTIAGO, Maria Célia. *Clandestinidad e Mobilização nas Linhas de Montagem: a construção da greve dos metalúrgicos de 1985, em Manaus*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2010, pág. 67.

²⁶² Como já foi destacado por nós no capítulo 1 desta dissertação.

²⁶³ CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. *Trabalho e Emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2010, pág. 115.

local.²⁶⁴ Sua presença tornou-se evidente nas lojas de artigos luxuosos e nas confecções, assim como em firmas comerciais, exercendo cargos como secretárias e datilógrafas. Pinheiro observou que as mulheres também foram vistas como cozinheiras, passadeiras e lavadeiras.²⁶⁵

Michelle Perrot alerta que a industrialização apresentou uma segregação sexual mais rigorosa na divisão do trabalho, efetivamente pela introdução de “especialidades para as mulheres”,²⁶⁶ o que acabou levando a uma maior diferenciação entre trabalho feminino e trabalho masculino. Apesar de consideradas costumeiramente femininas, essas atividades são essenciais para o funcionamento da cidade, principalmente no quesito do trabalho doméstico, onde as mulheres indígenas, - ainda crianças - eram trazidas do interior do estado para trabalhar em casas de famílias ricas na capital.²⁶⁷

Entretanto, os números do serviço doméstico em Manaus evidenciam percentuais bem elevados de homens empregados (36.1%) neste setor, se comparados aos da cidade do Rio de Janeiro no mesmo período. Flávia Fernandes Souza destaca, com base nos censos de 1872, 1906 e 1920, um processo de feminilização do serviço doméstico, comum em outras localidades do mundo. Os dados elencados por ela saem de 69.92% em 1872 para 82.08% em 1920,²⁶⁸ evidenciando o número cada vez maior de mulheres nesse setor. Mas são substancialmente diferentes dos observados para o Amazonas em 1920, onde vemos 63.9% de mulheres no serviço doméstico, o que acaba indicando uma presença considerável de homens executando esses trabalhos. Cabe refletir se a crise da borracha na década de 1910 pode ter influenciado os homens a permanecerem trabalhando no serviço doméstico por mais tempo do que nas outras localidades.

Ainda sobre os dados de 1920, a aplicação da matéria como vestuário empregava bastante gente (2.668 trabalhadores sendo 74.7% mulheres), assim como as mulheres que viviam de sua renda (49%). As mulheres também estavam presentes no comércio (3.8%), na administração pública (1.7%) e particular (8.3%) e nas ciências, letras e artes (13.4%) em percentuais menores.

²⁶⁴ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Mulher na Imprensa Amazonense, 1900-1950: algumas reflexões*. XXVII Simpósio Nacional de História, 2013.

²⁶⁵ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Op. Cit. 2013.

²⁶⁶ PERROT, Michelle. Op. Cit. 2005, pág. 253.

²⁶⁷ PESSOA, Alba Barbosa. *Infância e Trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2010, pág. 42.

²⁶⁸ SOUZA, Flavia Fernandes de. *Criados, Escravos e Empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)*. Tese (mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, 2017, pág. 180.

Luciane Dantas observa as dimensões do trabalho feminino em Manaus principalmente nos setores do comércio, na indústria e nos serviços.²⁶⁹ Gláucia Fraccaro, a partir dos dados censitários de São Paulo de 1920, 1930 e 1940, destaca que o trabalho das mulheres como costureiras bordadeiras ou as que trabalhavam por conta própria dava oportunidade para que conciliassem “o trabalho remunerado com o trabalho de limpeza e de cuidados”.²⁷⁰

No caso das prostitutas, Bárbara de Lira observou suas imagens criadas pelos editores dos jornais nos primeiros anos da República em Manaus. Segundo a autora, elas eram representadas a partir dos olhares masculinos como mulheres com “malésias e dos vícios”, além de “degeneradas”.²⁷¹

Para Vanessa Antunes, a imprensa apresentava as mulheres em papel inferior, - sobretudo as que usavam o espaço público - como criadoras de conflitos e marginalizadas. A autora destaca que “por de trás de cada sentença que os periódicos lançavam às mulheres envolvidas nessas matérias sensacionalistas havia, sem dúvida, uma história”,²⁷² por vezes deixada de lado para privilegiar a narrativa masculina. Fabiane Popinigis e Cristiana Schettini, ao analisarem caixeiros e prostitutas na formação da classe trabalhadora do Rio de Janeiro, constataram que:

A intervenção masculina na vida das mulheres era objeto de constante negociação e disputa entre muitos homens. Lugares sociais tão distintos como bares, teatros, praças públicas, delegacias e as páginas de publicações humorísticas, eram arenas de negociação da legitimidade da ação masculina.²⁷³

As mulheres eram, quase sempre, alvo das análises a partir do crivo moral dos homens, seja em atividades envolvendo o trabalho ou mesmo nas afetividades dentro do lar. Como mostraram as autoras, era também a partir das relações de masculinidades entre esses homens que elas conseguiam negociar possibilidades de ação no seu cotidiano de vida e trabalho nas ruas da cidade.

²⁶⁹ CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. Op. Cit. 2010, pág. 107.

²⁷⁰ FRACCARO, Gláucia. Op. Cit. 2018, pág. 27.

²⁷¹ LIRA, Bárbara Rebeka Gomes de. *A Difícil Vida Fácil: o mundo da prostituição e suas representações na cidade de Manaus (1890-1925)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2014, pág. 62.

²⁷² ANTUNES, Vanessa. *Mulheres do Novo Século: a condição feminina no Amazonas (1900-1919): um olhar a partir das representações da imprensa amazonense*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2014, pág. 15/16.

²⁷³ SCHETTINI, Cristiana e POPINIGIS, Fabiane. “Empregados do Comércio e Prostitutas na Formação da Classe Trabalhadora do Rio de Janeiro Republicano”. IN.: *ArtCultura* (UFU). V. 11. Jul.-dez. pág. 73.

Já longe do perímetro urbano, as mulheres também exerciam seu trabalho nos seringais do interior do estado. Mônica Lage destaca que elas eram “acostumadas ao trabalho pesado”, na lavagem de roupas nos rios, encerando suas casas com argila, cuidando dos filhos, cozinhando e cuidando da horta.²⁷⁴ Agda Lima Brito, ao analisar os seringais da região nas décadas de 1940 e 1950, destaca que as mulheres exerciam o mesmo trabalho que os homens, e que ainda assim eram colocadas como inferiores.

Entretanto ao passo que essas trabalhadoras cortam seringa, também são agricultoras, coletoras de castanhas, coletoras de frutas defumam borracha, realizam diversas tarefas, que seus maridos ou homens da família entendem que são “serviço de mulher”, reforçando essas relações de gênero onde o trabalho feminino é visto como algo menor. É importante lembrar, que no período que a borracha não era cortada, homens e mulheres se dedicavam às mesmas funções como coletar castanha, por exemplo, mesmo realizando o mesmo serviço, ocorre uma diferenciação do trabalho feminino, ainda colocado como menor.²⁷⁵

O silenciamento das fontes não pode mais ser usado como justificativa para não falar sobre as mulheres. Na maioria das vezes, as evidências nas fontes apontam sua presença, mas por diversos fatores, nosso olhar passa despercebido. Essa problemática ocorreu comigo, ainda na graduação. Trabalhando com a presente temática, acabei por não atentar para a participação feminina nos préstitos do Primeiro de Maio em Manaus. As disciplinas da pós-graduação, as reuniões de orientação e a leitura de certos textos viabilizaram esse caminho.

Os historiadores e historiadoras precisam realizar um exercício constante de questionamentos, elaborando novas perguntas de investigação. Aqui, por exemplo, as mulheres não apareceram nas páginas dos jornais quando pesquisado sobre o Bloco Recreativo Primeiro de Maio no capítulo anterior. Qual o local dessas mulheres em blocos recreativos como esse? Uma saída foi buscá-las numa leitura a contrapelo das fontes, já que elas se faziam presentes em diversos locais e estavam espalhadas por todos os cantos da cidade, seja como convidadas dos bailes ou até mesmo na sua ornamentação. Eric Brasil, por exemplo, aponta a presença das mulheres entre as pastoras na Sociedade Dançante Flor do Abacate no Rio de Janeiro, onde eram responsáveis pelo coro das festividades.²⁷⁶

²⁷⁴ LAGE, Mônica Maria Lopes. *Mulher e Seringal: um olhar sobre as mulheres nos seringais do Amazonas (1880-1920)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas. 2010, pág. 148.

²⁷⁵ BRITO, Agda Lima. *Mulheres no Seringal: experiência, trabalho e muitas histórias (1940-1950)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. 2017, pág. 85.

²⁷⁶ NEPOMUCENO, Eric Brasil. “Cidadania “na ponta”: participação negra nos carnavais cariocas da Primeira República (1889-1917)”. XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, pág. 12.

Na cidade de Manaus, em 1922, uma festa do Elite Sport Club anunciou um concurso de “senhorinha” com a fantasia mais bonita do baile.²⁷⁷ Neste clube, as mulheres tinham destaque em algumas comissões, dentre elas a de recepção com as “senhorinhas Maxima Farias e Jeronyma Santos”. Outras duas senhoras também apareceram em outra comissão deste bloco, Neusa Reis e Adalgisa Reis.²⁷⁸

Sendo assim, busca-se mapear a presença das mulheres trabalhadoras nas mobilizações do Primeiro de Maio na cidade de Manaus a partir da leitura de três jornais: *Jornal do Comércio*, *A Lucta Social* e *A Voz do Trabalhador* do Rio de Janeiro, todos de 1914. Para que se chegasse nesses números, foram analisadas diversas edições de jornais da imprensa manauara nas datas próximas ao Primeiro de Maio, com o objetivo de entender melhor quem eram essas trabalhadoras que participavam dos préstitos, assim como suas lutas e vivências.

3.1 “Vae fechar a Fabrica de Roupas Amazonense: a atitude das operarias”²⁷⁹

Em passada edição desta folha publicamos uma local, noticiando o facto de ter a firma proprietaria da Fabrica de roupas feitas Amazonense solicitado da Manaós Tramways and Light Co Limited um abatimento nas despesas de energia electrica, prometendo fechar o seu estabelecimento caso não fosse attendida.

O praso marcado pela referida firma para a espera da resolução da companhia terminou hontem, razão porque os srs. Cunha e C^o fizeram anunciar que fecharão amanhã as portas da fabrica.

Por esse motivo, as operarias respectivas fizeram distribuir profusamente pela cidade o seguinte boletim:

“Acabamos de saber que, em vista da teimosia da Companhia da Luz, não atendendo ao pedido de abatimento sobre o preço da energia electrica que se gasta na fabrica, estamos sem serviço de segunda-feira em diante, por ter a firma proprietaria resolvido assim proceder devido às enormes dificuldades com que vem lutando para dar-nos pão e trabalho.

E como, comnosco ficam a sofrer as torturas da fome perto de trezentas pessoas de nossas familias, a quem

²⁷⁷ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus, 22 de Fevereiro de 1922. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁷⁸ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus, 10 de Fevereiro de 1923. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁷⁹ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus, 17 de agosto de 1913. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

sustentamos com os esforços de nossos labores, apelamos para todas as classes sociaes de Manaós, afim de que sejam solidarias comnosco na defesa dos nossos interesses. – Manaus, 16 de agosto de 1913. – A comissão – Maria Coelho, Santina de Jesus, Maria da Silva Jatahy, Rosa Del Aguila, Posidonia Coelho, Rosa Lima.”

[...]

As operarias, soube a nossa reportagem, reuniram-se hontem à noite na residencia da diretoria das mesmas, que é a primeira signatária do boletim e deliberaram manter-se unidas na defesa de suas causa, procurando para auxilial-as os elementos que algumas vezes tem estado ao seu lado, especializando a imprensa local.

A comissão de operarias estará reunida todos os dias, pela manhã e á tarde, na propria fabrica, por gentileza do gerente da mesma²⁸⁰.

Em 17 de agosto de 1913, o *Jornal do Comércio* divulgou extensa nota alertando a sociedade do que ocorria na Fábrica Amazonense de Roupas. O título da nota avisava que a fábrica iria fechar e as operárias tomaram a decisão de criar uma comissão para tentar resguardar seus empregos. Mas qual o motivo do fechamento da fábrica? Maria Luiza Ugarte Pinheiro aponta que a fábrica não tinha recursos para pagar a empresa de luz elétrica *Manaós Tramways and Lights*, e que por isso havia ameaçado cortar seu fornecimento à empresa.²⁸¹

A despesa com a energia elétrica chegou a setecentos mil réis por mês.²⁸² Os donos da fábrica anunciaram seu fechamento e uma comissão de funcionárias foi criada para tentar resolver esse imbróglio. Segundo a historiadora Benta Littaif Praia, “as operárias tornaram-se vulneráveis à manipulação paternalista” para que saíssem em defesa do empreendimento “principalmente porque os salários complementavam a subsistência”.²⁸³

Na verdade, nem todas as mulheres usavam seus salários para complementação de renda, pois algumas eram chefas de família e responsáveis por manter toda a estrutura familiar - tanto que uma das operárias, chamada de A, foi nota num jornal de humor, onde dizia “que no Becco do Pau Não Cessa (Tecos), tem uma certa A que trabalha na Fabrica de Roupas que não pode deixar de trabalhar (disque) se não morre de fome”,²⁸⁴ em tom

²⁸⁰ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus 17 de agosto de 1913. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁸¹ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Op. Cit. 2017, pág. 164.

²⁸² PRAIA, Benta Litaiff. “Dimensões do Trabalho Feminino: outras imagens da Manaus da borracha (1910-1930)”. IN.: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Org.). *Gênero & Imprensa na História do Amazonas*. Manaus: EDUA, 2014, pág. 75.

²⁸³ PRAIA, Benta Litaiff. Op. Cit. 2014, pág. 79.

²⁸⁴ *O Chicote*, Manaus, 1 de novembro de 1913. Ano I, n° 18. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

jocosos, mas corroborando com essa necessidade das trabalhadoras de manterem seus empregos e de sua dependência ao dinheiro fruto de seu trabalho.

Cláudia Fonseca destaca que mesmo quando eram casados, “nem todos os homens se preocupavam com o sustento da casa”, ficando com as mulheres a árdua tarefa de sua manutenção. Nas suas análises para o Rio Grande do Sul, a autora observa que em muitos casos, as mulheres eram as principais provedoras da família, mas que suas ações eram sempre colocadas “como um mero suplemento à renda masculina”.²⁸⁵

Como mostra Chitra Joshi, o conceito do homem provedor invisibilizava as formas pelas quais as mulheres da classe trabalhadora mantiveram suas famílias, além de esse conceito ter pouca significação em momentos nos quais os homens estavam cada vez mais desempregados.²⁸⁶ Isabelle Pires, em dissertação de mestrado, mostra que muitas mulheres exerciam papel de protagonistas nas suas famílias com seus rendimentos, que apesar de serem menores que os dos homens, mesmo assim ainda servia para sustentar a si e a seus dependentes.²⁸⁷

O Chicote circulou em Manaus entre 1912 e 1915. Em sua primeira fase, se dizia “orgam ctyrico & noticioso” que funcionava no Café Paulista na Av. Eduardo Ribeiro. Em segunda fase, apresenta-se como “semanário de um grupo de bohemios”, com sede no Café Reforma na Rua Barroso. Entre seus editores estavam K. Lado e Kilino, e o diretor era K. Vador. Os principais redatores eram J. K. Lyro, K. Ralho, Kartola, K. Pitão, K. Brito, Adelia Preta, M. T. A. I., Zé do Raio, C. Cardoso, Retranca Z. Z. e Grilo, e custava \$200.²⁸⁸ Deve-se destacar que a maioria dos nomes dos diretores, colaboradores e redatores eram pseudônimos para esconder as suas verdadeiras identidades.

Curioso observar que as reuniões da comissão criada pelas operárias ocorriam na própria sede da fábrica “por gentileza do gerente”. Essa relação entre gerente e operárias gerou comentários sobre manipulações paternalistas em uma ação vinda de cima para baixo.²⁸⁹ Pinheiro, entretanto, questionou essa visão alegando que “as operárias agiram

²⁸⁵ FONSECA, Cláudia. “Ser mulher, mãe e pobre”. IN.: PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, pág. 510-553.

²⁸⁶ JOSHI, Chitra. Op. Cit. 2009, pág. 155.

²⁸⁷ PIRES, Isabelle Cristina da Silva. *Entre Teares e Lutas: relações de gênero e questões etárias nas principais fábricas de tecidos do Distrito Federal (1891-1932)*. Dissertação (mestrado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas, pág. 100/101.

²⁸⁸ SANTOS, Francisco Jorge dos et all. Op. Cit. 1990, pág. 128.

²⁸⁹ PRAIA, Benta Litaiff, Op. Cit. 2014, pág. 79.

de comum acordo e de forma independente na mobilização empreendida”,²⁹⁰ destacando que tinham objetivos próprios como lutar contra a fome.²⁹¹

As operárias pediram apoio de diversas sociedades operárias e da própria imprensa para ajuda-las na difícil tarefa da manutenção de seus empregos. A fábrica fechou por um período, mas as operárias não desistiram de lutar por seus empregos e continuaram fazendo reuniões. Grande parte dos movimentos dos trabalhadores organizados do período as ajudavam, entre elas a Associação dos Empregados no Commercio, o Centro Agronomico, a Sociedade das Artes Graphicas e a União Academica. Numa das reuniões na sede da Associação dos Empregados no Commercio, foi cogitado tratar-se de exploração por parte da firma Cunha e Cia, e que a sociedade de trabalhadores deveria estar ao lado das operárias ao invés de tomar as dores dos exploradores.²⁹² Tais palavras de apoio foram recebidas positivamente pelas grevistas.

Nesta greve bem sucedida de 1913, graças a toda a mobilização empreendida pelas mulheres, houve um “acordo estabelecido pela comissão operária com a fábrica e a The Manaós Tramways and Lights” por pelo menos mais um ano.²⁹³ Nesse caso, operárias e patrões tinham o mesmo objetivo, que a fábrica continuasse ativa, mas com motivações muito diversas: enquanto os donos pensavam no futuro de seu empreendimento, as operárias pensavam nos seus empregos, fundamentais para a manutenção de suas famílias.

De qual fábrica estamos falando? Qual seu impacto na composição e sua inserção na classe trabalhadora da cidade de Manaus? De proprietários portugueses, a Fábrica de Roupas Amazonense foi inaugurada em outubro de 1910 com ampla divulgação na imprensa amazonense, sendo apresentada como um dos grandes estabelecimentos fabris da cidade de Manaus. Mesmo antes de sua inauguração, seus proprietários já pediam isenção de impostos estaduais pelo prazo de cinco anos ao congresso local²⁹⁴ para ajudar no estabelecimento da indústria.

As propagandas divulgadas na imprensa manauara afirmavam que aquela era “a mais bem montada no gênero no Brasil, movida pela eletricidade”, podendo fornecer até

²⁹⁰ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte, Op. Cit. 2017, pág. 165.

²⁹¹ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus 17 de agosto de 1913. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁹² *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus 20 de agosto de 1920. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁹³ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte, Op. Cit. 2017, pág. 165.

²⁹⁴ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus, 28 de julho de 1910. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

“800 peças por dia, pois temos como mestre uma das primeiras thesouras conhecidas em Portugal” e ofereciam, principalmente, roupas para homens e meninos.²⁹⁵ Cabe aqui destacar que a fábrica tinha capacidade para abrigar 70 trabalhadoras, era dividida em três setores com 42 máquinas de cortar, costurar e pregar botões.²⁹⁶ As costureiras eram de maioria portuguesa²⁹⁷ e sua produção era voltada quase que exclusivamente aos homens.²⁹⁸

Meses depois, após um de seus sócios sair da direção da fábrica, B. Levy anuncia sua venda nos jornais, apresentando-a como “nova e excelente” e garantindo que todas as suas máquinas eram movidas a eletricidade. O motivo da venda era “por não terem pessoa habilitada que tome conta da mesma”. Na falta de um comprador, B. Levy aceitaria até mesmo um sócio com experiência no ramo.²⁹⁹ O fato é que no dia 15 de janeiro de 1911 a fábrica teria um novo dono, Cunha & Cia.³⁰⁰

Sob nova direção, em Maio de 1911, um incêndio no estabelecimento vizinho acometeu a fábrica e acabou por trazer prejuízos severos à oficina, por conta da grande quantidade de água usada para apagar o fogo. O incêndio aconteceu na Casa 103 Velho, que ficou completamente destruída. O fogo teve início por volta da meia noite, e apesar da falta d’água, os bombeiros conseguiram controlar as chamas cerca de duas horas depois.³⁰¹ Por esse danos, os proprietários da fábrica receberam da Lloyd Americano, um banco de seguros com sede em Manaus, cerca de 2:260\$000 “pelos estragos causados em suas fazendas, pelo incendio casual que se manifestou no prédio n.30, na noite de 4 do corrente”.³⁰²

A Fábrica Amazonense de Roupas passou a aparecer de forma mais sistemática na imprensa a partir de 1911, por conta de uma greve empreendida por suas trabalhadoras. Elas voltaram às páginas dos jornais em outros dois momentos: em 1911, devido aos baixos salários recebidos, e em 1912, por conta da demissão do gerente.

²⁹⁵ *Jornal Pequeno*. Manaus, 5 de Julho de 1911. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁹⁶ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus 2 de outubro de 1910. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁹⁷ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte, Op. Cit. 2017, pág. 163.

²⁹⁸ *Jornal Pequeno*. Manaus, 5 de Julho de 1911. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁹⁹ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus, 4 de Janeiro de 1911. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁰⁰ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus, 14 de Janeiro de 1911. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁰¹ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus, 5 de Maio de 1911. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁰² *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus 6 de Maio de 1911. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Nota-se uma grande mobilização dessas trabalhadoras que, em meio a esses eventos, apareciam na imprensa em jornais de fofoca como em *A Marreta*, ao serem noticiadas como “costureira da fábrica” ou “costureirinhas”, sempre sem nome e de forma pejorativa,³⁰³ por trabalharem fora de seus lares.³⁰⁴ O trabalho feminino na esfera pública colocava a mulher em suspeição e era tido como uma ameaça à ordem natural das coisas, já que tirava a mulher de seus principais papéis de mãe e esposa e, por isso, devendo ser combatido.³⁰⁵ Um manifesto assinado pelo Centro Operário de Manaus em 1920 alertava as mulheres para que lutassem contra o “feminismo depravado” e que continuassem no “natural determinismo de filha, esposa e mãe”.³⁰⁶

O *Jornal A Marreta* apresentava-se a seus leitores como “sentinelas da sociedade, penetramos nos lugares onde se torna impossível a entrada dos grandes jornaes, lugares onde o crime se nutre e a virtude se extingue”.³⁰⁷ Sua periodicidade era semanal com saídas aos domingos, e seus donos se apresentavam como Marretamó e Marretão. *A Marreta* foi um jornal humorístico e noticioso que circulou entre os anos de 1912 e 1919, custando \$200. O periódico funcionava à rua Parafuso, nº69, e tinha como diretores Chico Piaba e Dr. Vampiro, e seus principais redatores eram Zé Peroba, Dr. K Lado, Marretão, Marretamó e Marretinha, além de Chico Piaba e Dr. Vampiro.³⁰⁸

Mas é preciso voltar três anos para que se entenda melhor como se passaram essas greves na cidade e quais foram as suas repercussões na imprensa e na historiografia local, tendo em vista que essas mesmas greves já foram alvo de outras análises, inclusive, tendo sido a de 1911 alçada como uma das primeiras greves femininas empreendidas em Manaus.³⁰⁹

A greve de 1911 ocorreu no mês de agosto e “teve como motivação uma redução salarial promovida pelo gerente da fábrica”.³¹⁰ Além de atrasar os pagamentos, o gerente efetuou alguns descontos nos salários das operárias.³¹¹ Na nota do jornal *Correio do*

³⁰³ *Jornal A Marreta*, Manaus, 15 de dezembro de 1912. Ano I, nº10. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁰⁴ *Jornal A Marreta*, Manaus, 2 de fevereiro de 1913. Ano II, nº15. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁰⁵ SILVA, Isabel Saraiva. *Mulheres Impressas: amor, honra e violência no cotidiano das mulheres em Manaus, 1932-1962*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2016, pág. 48.

³⁰⁶ *Jornal Vida Operária*, Manaus, 9 de Maio de 1920.

³⁰⁷ SANTOS, Francisco Jorge dos et al. Op. Cit. 1990, pág. 140.

³⁰⁸ SANTOS, Francisco Jorge dos et al. Op. Cit. 1990, pág. 140.

³⁰⁹ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Op. Cit. 2017, pág. 160.

³¹⁰ Idem, pág. 163.

³¹¹ Idem, pág. 161.

Norte, foi destacado que o direito à greve era reconhecido e a greve era assegurada por vários motivos.³¹² No momento da deflagração da greve, o *Jornal do Comércio* noticiou que a fábrica tinha 33 funcionárias.³¹³ Infelizmente não foi possível saber como findou esta primeira greve.

Já o ano de 1912 foi marcado por movimentações em torno de outra greve feita pelas mesmas mulheres. Maria Luiza Ugarte Pinheiro destaca que em 1912, cerca de “56 dessas trabalhadoras declararam-se em greve”³¹⁴ e o estopim teria sido a demissão do gerente por um de seus sócios. Segundo Pinheiro, a imprensa passou a divulgar, com certa estranheza, as notícias sobre essa greve, com receio deste acontecimento se espalhar por outros setores femininos da cidade devido ao contexto sufragista.³¹⁵

Segundo Pineiro, durante a greve de 1912, o *Jornal do Comércio* fez alusões “ao movimento sufragista, então em curso nos Estados Unidos, na Europa e também em algumas capitais brasileiras, externando uma posição de franca preocupação e oposição a essas ideias”.³¹⁶ O sufragismo recebeu críticas dentro da própria classe trabalhadora em um artigo assinado pelo Centro Operário do Amazonas e publicado pelo *Jornal O Construtor Civil*, em 1º de janeiro de 1920. Intitulado *A Proletária e o Feminismo*, a nota caracterizou três pontos que juntos conceituavam o que a autora, Rita Alves da Conceição, entendia como a nova aspiração moderna da mulher, ou apenas “feminismo”.

Que quer adquirir o chamado direito de voto, e modificar o processo do casamento, aplaudindo o problema do divórcio e bem assim concorrer às funções públicas para cargos puramente masculinos.³¹⁷

A nota alegava que o voto era uma aberração e um legado do militarismo, que as mulheres tinham coisas mais úteis e nobres a fazer. É interessante verificar como algumas mulheres percebiam essas mudanças por um viés classista, ao destacar que esse “feminismo” seria mais bem aproveitado pela burguesia e “que o ócio degenera”, apontando diferenças entre as mulheres da classe trabalhadora e as mulheres da classe média.

³¹² *Jornal Correio do norte*, Manaus 10 de agosto de 1911. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³¹³ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus 8 de agosto de 1911. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³¹⁴ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. “Mulheres Portuguesas na Belle Époque Manauara, 1880-1920”. IN.; MENEZES, Lená Medeiros de e SOUZA, Fernando (org.). *Brasil – Portugal: Pontes sobre o Atlântico*, múltiplos olhares sobre a e/imigração. 1º ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2017, v.1, pág. 142.

³¹⁵ Idem, pág. 143.

³¹⁶ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Op. Cit. pág. 172.

³¹⁷ *Jornal Vida Operária*, Manaus, 9 de Maio de 1920.

Deixai legislar sobre a liberdade de votos para a mulher. Essa nova aberração não lhe terá sequer a complacência, tão múltiplos e nobres são seus afazeres para preocupar-se com aquela velharia legada pelo militarismo do qual a sociedade moderna governada por trêfegos revolucionários, ainda não se pode desvencilhar.³¹⁸

Dorothy Thompson havia observado que durante o Cartismo existia uma brecha nas aspirações entre as mulheres que lutavam pela emancipação da classe média e das mulheres trabalhadoras. A autora destaca que uma das grandes hipocrisias do pensamento conservador era caracterizar a mulher como frágil e delicada, ao mesmo tempo em que explorava outras mulheres em trabalhos degradantes.³¹⁹ Ou seja, para a mulher pobre, o trabalho era colocado como única saída para seu sustento, restando pouco ou quase nenhum tempo para se dedicar a outras pautas, como por exemplo, o sufrágio feminino.

Além dessas problemáticas, as operárias da fábrica enfrentavam outras questões como, por exemplo, os perigos na volta para casa. Por morarem em bairros distantes do centro da cidade, costumeiramente eram alvos de ataques nas ruas. No dia 17 de outubro de 1912, algumas delas enviam à coluna *As queixas do povo*, do *Jornal do Comércio*, reclamações acerca da hora de encerramento das atividades da fábrica: trabalhavam até às 18h30 da noite e ainda precisavam se locomover para suas moradias em bairros distantes.³²⁰

Contudo, o que diferenciou a greve de 1912 das demais foi o fato de não ser motivada pela extenuante jornada de trabalho ou por conta da insatisfação com os baixos salários, como ocorriam costumeiramente, e sim pelas atitudes tomadas pelos patrões contra os gerentes.

O jornal *A Lanceta*, em mais uma de suas “brincadeiras”, informa sobre a greve de mulheres da fábrica e qual o motivo da paralisação das trabalhadoras. A nota afirma que elas “não fizeram mais que seu dever” e que “se elas se levantassem por causa de outra mulher é que seria o facto mais extranhavel do mundo”,³²¹ apresentando a visão de que as mulheres rivalizavam entre si, reafirmando os estereótipos de gênero vindos do olhar masculino da imprensa.

³¹⁸ *Jornal Vida Operária*, Manaus, 9 de Maio de 1920.

³¹⁹ THOMPSON, Dorothy. “Las Mujeres y la Radicalidad Política en el siglo XIX: una dimension ignorada”. *Revista Mora*: B. Aires, vol. 19, n°2, jul/dez. 2013.

³²⁰ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus 17 de outubro de 1912. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³²¹ *A Lanceta*, Manaus, 18 de novembro de 1912. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O outro jornal, *O Chicote*, realça as diferenças entre os homens e mulheres e aponta que se para os homens já era complicado, para o sexo feminino era mais complicado ainda lutar por seus direitos, posicionando-se ao lado delas e reafirmando os direitos de fazer greve:

Ora, n'uma crise como a que atravessamos, o homem que é o sexo forte, lucta com as peiores difficuldades para a sua manutenção, quanto mais essas pobres creaturas que pertencem ao sexo fraco. Publicando esta noticia, reclamamos o que de direito ellas o tem, e ninguem o poderá negar³²².

Algumas notas de jornal também reconheciam que as mulheres eram exploradas. No entanto, esse posicionamento a favor das greves de mulheres não foi unanimidade entre os trabalhadores masculinos. Muitos acreditavam que as mulheres tomavam seus espaços no mundo do trabalho, enquanto que outros ainda acreditavam que sua presença no mercado de trabalho barateava o preço da mão de obra. Ao reconhecerem que as mulheres tinham direito à greve e que eram exploradas, esses homens, - como o redator da notícia - entendiam que elas também faziam parte da classe trabalhadora.

A imprensa manauara descrevia o gerente Tenreiro Júnior com “espírito altruístico e equitativo”, alegando que um dos sócios da fábrica o tratava de forma grosseira, um “funcionário probo e trabalhador”.³²³ O caráter “amistoso” do gerente foi colocado em xeque pelo jornal *A Lanceta*, apresentado como “humorístico, noticioso e litterario de grande circulação”. Provavelmente existiu entre 1912 e 1914 com sede em um sobrado na Rua Municipal, nº 99, no centro da cidade. Seu diretor era Eliseu Estuda, os redatores chefes eram Mascarilho de Santilhana e K. Tunda, com elevado número de colaboradores, dentre eles Amador, Gil Gregório, M. Goes, Budião de Escama, Silva Ribeiro, Celine Menezes, Sinhá Muleque, Dr. Kapão, Tico Tico, J.A. Chantecler, Trovador Mulatinto, Vale Rita, Giordiano, Zé Bodo, Zé Boco e Zé Pipoca.³²⁴

A nota do jornal afirmava que o gerente “está conseguindo um abaixo assinado, das suas costureirinhas, dizendo que elle é um santo”, em tom irônico e finalizando com a expressão “fora satanáz!”.³²⁵ Curioso, pois a greve de 1911 se contradizia com a de 1912. Como as operárias podem ter mudado de ideia em apenas um ano? Cabem aqui duas análises.

³²² *O Chicote*, Manaus, 7 de dezembro de 1913. Ano I, nº 23. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³²³ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus 14 de novembro 1912. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³²⁴ SANTOS, Francisco Jorge dos et all. Op. Cit. 1990, pág. 127.

³²⁵ *A Lanceta*. Manaus, 26 de outubro de 1912. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O gerente da fábrica poderia estar usando sua proximidade com as operárias para ter seu emprego resguardado, o que indicava não necessariamente que elas tinham respeito ou admiração por ele, tendo em vista que a greve do ano anterior havia se dado por conta de suas atitudes.

Pode também ter sido possível que as trabalhadoras tenham utilizado essa greve como mais uma de suas estratégias contra o patronato. Assim, a permanência do gerente teria sido um caminho para manter alguém conhecido no cargo, ao passo que a chegada de um novo gerente poderia acarretar maiores problemas nesse momento em que elas enfrentariam novas paralizações. Maria Luiza Ugarte também fez essas inflexões e questionou o “altruísmo” do gerente³²⁶.

O que fica claro nesse movimento é que, da mesma forma que as mulheres se movimentaram para manter o gerente em 1911, também o fizeram para retirá-lo um ano depois, mostrando que tinham força política para voltar-se contra um intermediário que não cumprisse com acordos ou negociações.

O gerente ganhou uma matéria no jornal *O Chicote*, de 1912, com o título *Fabrica de Roupas*. A nota confirmou, no caso da primeira greve em 1911, que o gerente decidiu que as “pobres creaturas” não tinham o direito de receber o salário integral e deixou de pagá-las no dia correto, lançando assim críticas a Tenreiro, mas se resguardando, pois apesar da crítica, o jornal desejava melhoras à classe proletária.

esqueceu-se de nós, pois elle sabe que desejmos as mehoras da classe proletaria, e não, seu desmoronamento. Pois bem, o sr. Gerente, entendeu que estas pobres creaturas, que mourejam quotidianamente (e a maior parte dellas, coitadas! ... são orphãs de pae e mãe) não tinham direito de receber os seus salarios integralmente, deixando de pagal-as no dia de costume³²⁷.

O gerente Tenreiro Junior teve sua atuação muito divulgada na imprensa manauara, principalmente pelo *Jornal do Comércio*. Em janeiro de 1913 mandou convidar a imprensa e demais autoridades para a inauguração da caixa de socorros da fábrica. O ato foi idealizado pela gerência com a ajuda das 60 operárias do estabelecimento fabril.³²⁸ Já em 30 de março de 1913, o jornal anunciou que o gerente apresentou algumas peças produzidas pela fábrica no intuito de comparar com produtos produzidos por fábricas na Bahia e pela Fábrica Aliança do Rio de Janeiro, “não havendo

³²⁶ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte, Op. Cit. 2017, pág. 163.

³²⁷ *O Chicote*, Manaus, 7 de dezembro de 1913. Ano I, n° 23. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³²⁸ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus 18 de janeiro de 1913. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

comparação com o que é feito na fábrica Amazonense”.³²⁹ Nesse sentido, “o gerente da fábrica, ao nos mostrar taes artigos, quiz demonstrar, com provas evidentes, a superioridade do material empregado na Amazonense, bem como, a diferença notável de preços”.³³⁰

A trajetória de Tenreiro Junior merece ser estudada de forma mais profunda para que se possa entender como suas redes de sociabilidade influenciaram sua vivência na cidade de Manaus. Foi visto viajando para o Rio de Janeiro em outubro de 1913,³³¹ e no caminho da capital federal, o paquete *Bahia* fez uma pausa na cidade de Recife, onde o *Pequeno Jornal* anunciou que Junior escrevia as suas impressões de todos os estados que visitava para um periódico na cidade de Manaus.³³² Em 1915 ele criou, na cidade de Manaus, uma sociedade repatriadora e beneficente chamada Grupo Pró-Póvoa e um jornal chamado *O Poveiro*, ambos sob a justificativa de ter nascido em Póvoa de Vazim, em Portugal.³³³

Neste diapasão, as operárias da Fábrica Amazonense de Roupas circulavam por outros ambientes na cidade de Manaus. Em 24 de julho de 1915, as trabalhadoras junto com grandes seguimentos da sociedade, como a colônia cearense e a Universidade Livre de Manaós, fizeram uma campanha em prol das vítimas da fome no Ceará, em virtude das secas que assolavam aquela região.³³⁴ Em nota do jornal, as operárias da fábrica fariam um préstimo pelas principais ruas do centro da cidade arrecadando mantimentos e dinheiro para a causa.³³⁵

Em outra ocasião, também participaram dos festejos em homenagem ao aniversário da implantação da República em Portugal, no dia 5 de outubro de 1915. À fábrica ficou acertado que sua fachada fosse decorada e iluminada à noite, assim como outros estabelecimentos “que içaram o pavilhão portuguez”.³³⁶ Tal informação pode

³²⁹ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus 30 de março de 1913. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³³⁰ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus 30 de março de 1913. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³³¹ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus, 28 de outubro de 1913. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³³² *Pequeno Jornal*, Recife, 6 de novembro de 1913. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³³³ PINHEIRO, Geraldo. *Imprensa, Política e Etnicidade: portugueses letrados na Amazônia (1885-1933)*. Tese (Doutorado em História). Universidade do Porto. 2012. APUD: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luíza Ugarte. Op. Cit. 2017, pág. 163.

³³⁴ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus 24 de julho de 1915. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³³⁵ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus 26 de julho de 1915. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³³⁶ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus 6 de outubro de 1915. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

confirmar que, assim como seus donos e o gerente eram portugueses, grande parte das operárias também poderiam ser lusitanas.

Em 1916, a Fábrica de Roupas Amazonense teria um novo dono: o antigo gerente, Tenreiro Júnior. A propaganda veiculada na imprensa referia-se a ela agora como a “Grande Alfaiataria Tenreiro – Antiga Fábrica Amazonense de Roupas”. Acredita-se que essa mudança tenha sido uma estratégia do novo dono para atrair os clientes antigos da fábrica, tendo em vista que nas propagandas divulgadas nos jornais era destacado seu antigo nome.³³⁷ Júnior divulgou ainda extensas notas na imprensa convidando antigos compradores para fazer visitação e conferir os produtos.³³⁸

A última informa o sobre a fábrica merecedora de destaque foi a nota publicada no *Jornal do Comércio* em 7 de março de 1917. O informe consistia numa chamada pública onde convidava-se a todas as operárias da fábrica, “não só as antigas como as modernas” para tratar de assuntos de seu interesse. O convite se estendia para familiares e “para todas aquelas que o não tendo feito, o desejem fazer de hoje para o futuro”.³³⁹ Acreditamos que possa se tratar de uma retomada na produ o da fábrica, após a troca de dono.

A Fábrica de Roupas Amazonense teve grande destaque nos jornais e foi por conta do alcance das greves na imprensa que as operárias tiveram êxito em grande parte de suas lutas e anseios, ganhando inclusive destaque nas mobiliza es do Primeiro de Maio, como será visto adiante.

3.2 As operárias, a imprensa e o Primeiro de Maio

A presença feminina nos cortejos e mobiliza es do Primeiro de Maio foi pouco analisada pela historiografia nacional. Entretanto, na cidade de Manaus as mulheres tiveram suas presenças confirmadas pela imprensa local em pelo menos dois anos: em 1913 e 1914. Nossa contribui o aqui   no sentido de perceber como essas trabalhadoras foram incorporadas nas mobiliza es do 1  de maio e como alguns órgãos da imprensa, majoritariamente masculina, observaram tal participa o em um momento de bastante

³³⁷ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus 30 de Dezembro de 1915. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³³⁸ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus, 24 de Março de 1916. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³³⁹ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus 7 de março de 1917. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

efervescência política e social no cenário local, devido à crise causadas pela borracha. Destacamos que a intenção aqui não é de esgotar a temática, apenas apresentar mais uma reflexão e enriquecer os debates em torno do Primeiro de Maio em Manaus.

A primeira evidência da participação feminina nas mobilizações do Primeiro de Maio é de 1905. O Centro Operário da cidade planejava fazer um grande festejo do Dia Trabalhador naquele ano, “pedindo até a cooperação das mulheres que são operárias ou trabalhadoras”. O *Jornal do Comércio* destacou que a direção do centro distribuiu diversas circulares pela cidade fazendo esse pedido.³⁴⁰ Não foi possível confirmar se de fato as mulheres participaram daquela mobilização, mas são estes os primeiros indícios de sua participação no 1º de maio.

Foi apenas na década seguinte que essa participação ficou mais efetiva. No 1º de maio de 1913, as operárias da Fábrica de Roupas Amazonense foram convidadas por estudantes universitários da Universidade Livre de Manaós para proferir um discurso às 9 horas da manhã na União Acadêmica.³⁴¹ Esta não foi a única visita das moças, já que segundo a imprensa, as operárias fariam um grandioso festejo pelo 1º de Maio e visitariam as sedes dos jornais que as apoiaram por conta dos movimentos paredistas empreendidos por elas nos últimos três anos.³⁴²

Sem dúvidas, os movimentos grevistas encabeçados por essas trabalhadoras durante a década de 1910 alçaram-nas à notoriedade no meio operário local. O maior destaque foi entre os trabalhadores que as apoiaram em suas ações, tanto que, como apontado na nota do *Jornal do Comércio*, as operárias visitaram justamente os locais que lhes deram suporte durante as greves.

Foi no ano de 1914 que essa participação se deu de forma mais efetiva. Foram mapeados aqui, três jornais que cobriram as mobilizações do 1º de Maio na cidade para investigar as posições desses veículos de comunicação frente à participação das mulheres.

É preciso destacar que as representações da imprensa passavam pelo crivo do olhar masculino, carregado de ideologias, significados e intenções. Os conteúdos também assumiam os direcionamentos dos donos e editores dos jornais, de seus colaboradores,

³⁴⁰ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus 29 de abril de 1905. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁴¹ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus 30 de Abril de 1913. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁴² *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus 30 de Abril de 1913. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

jornalistas e escritores, até chegar ao grande público.³⁴³ No Amazonas, a imagem das mulheres projetadas a partir da imprensa ganhou ares conflituosos e contraditórios, oriundos tanto das “experiências femininas desenvolvidas na região, quanto pelas forças sociais com as quais elas se relacionavam”.³⁴⁴

Costumeiramente o ritual do 1º de maio seguia uma rotina que se repetia ano após ano desde os idos de 1892 – data da primeira nota sobre o Dia do Trabalhador na cidade³⁴⁵ – sendo que em 1914 a mobilização aconteceria de uma forma um pouco diferente. Neste caso, referimo-nos aos itinerários dos préstitos do Dia do Trabalhador (apresentados no capítulo 1).

Em 1914, a mobilização teve início na Praça de São Sebastião às 16h com operários das mais diversas oficinas da cidade. Depois de algumas falas, o cortejo partiu da rua José Clemente e parou em frente à sede da sociedade de Tiro Naval, onde houve mais discursos e só então a caminhada continuou pela Av. Eduardo Ribeiro. Na sequência, no encontro das ruas Henrique Martins e rua da Instalação, o préstito fez uma pausa na Fábrica de Roupas Amazonense. O ritual seguiu pela rua Municipal, indo até o teatro Alcazar onde encontrou, na praça da Constituição, numerosas pessoas e, por fim, onde se dissolveu a mobilização.

Os jornais responsáveis por cobrir a data foram o *Jornal do Comércio*, *A Lucta Social* e *A Voz do Trabalhador*. Com abordagens diferentes, estes periódicos contam de maneira distinta os fatos ocorridos, iluminando alguns personagens e silenciando outros.

No 1º de maio de 1914, o prédio da Fábrica de Roupas Amazonense chegou a ser batizado pelo jornal *A Lucta Social* de “pequena Bastilha”, em alusão à Bastilha da Revolução Francesa, que vez ou outra surge como referência nos escritos acerca do 1º de maio em Manaus. Na narrativa do periódico, as operárias da fábrica lançaram flores sobre a passeata que parou em frente ao estabelecimento. Ann Farnsworth-Alvear, ao analisar uma greve em 1920 na cidade de Medellín sob a perspectiva de gênero, relata que no olhar masculino as greves e o trabalho na indústria consumiam parte da feminilidade das trabalhadoras. Após as sucessivas greves empreendidas por essas operárias, as flores

³⁴³ LUCA, Tania Regina. “A História dos, nos e por meio dos jornais”. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2º ed., 1º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008, pág. 139.

³⁴⁴ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Op. Cit. 2013.

³⁴⁵ *Gutenberg*, Manaus, 1º de Maio de 1892.

lançadas poderia sinalizar uma forma de demarcação da feminilidade, tendo em vista todo o simbolismo que as flores possuíam.³⁴⁶

Na sequência, tomou voz “a operária Cecília Miranda que leu um belo discurso o qual ipotecava a solidariedade de sua classe ao operariado irmão em luta e em sacrifícios”.³⁴⁷ Como destacado, esta não foi a primeira vez que mulheres participaram dos préstitos pelo Dia do Trabalhador na cidade de Manaus, mas possivelmente pode ter sido a primeira vez em que elas tiveram voz e certo destaque na imprensa local.

Ainda em frente à fábrica, o acadêmico Euclides Bentes, ao final de sua fala, também prestou homenagens às operárias e convidou-as a seguirem o cortejo pelas ruas do centro, pois “também eram exploradas!”.³⁴⁸ Mais uma vez, encontram-se evidências de que as trabalhadoras foram reconhecidas como parte integrante do movimento operário, por conta de sua intensa participação no movimento e apoio de militantes como Bentes.

O jornal ainda cita a fala de Tercio de Miranda, que dissertou acerca do 1º de maio, sua história e origem. Logo após, as operárias seguiram a multidão que “desfilava levando na vanguarda o grupo de operárias da fábrica”.³⁴⁹

A parada simbólica do cortejo em frente à fábrica em homenagem às operárias que haviam organizado e levado adiante diversas greves na cidade foi importante para entendermos a dimensão do que ocorreu naquele momento. O espaço por elas conquistado, adquirindo o direito de fala, foi marcado justamente pela importância das três greves realizadas em 1911, 1912 e 1913, permitindo assim mensurar a importância e o pioneirismo dessas mulheres nos movimentos paredistas na cidade.

No dia 15 de maio de 1914, o jornal *A Voz do Trabalhador*, da Confederação Operária Brasileira, também noticiou os acontecimentos ocorridos em Manaus no 1º de maio daquele ano. O interesse dos redatores de um dos mais importantes periódicos operários do país naquele período levantou alguns questionamentos: qual teria sido o motivo do 1º de maio em Manaus ter sido comentado por um jornal da capital federal? Por que apenas a cidade de Manaus, da região norte/nordeste, ganhou destaque na publicação?

³⁴⁶ FARNSWORTH-ALVEAR, Ann. “El misterioso caso de los hombres desaparecidos: género y clase em el Medellín de comienzos de la era industrial”. IN: *Historia y Sociedad*, n° 3, 1996, pág. 155.

³⁴⁷ *A Lucta Social*, ano 1, n 3. Manaus, 1 de Junho de 1914. pag, 4.

³⁴⁸ *A Lucta Social*, ano 1, n 3. Manaus, 1 de Junho de 1914. pag, 4.

³⁴⁹ *A Lucta Social*, ano 1, n 3. Manaus, 1 de Junho de 1914. pag, 5.

Um indício podem ser as relações muito próximas que Tércio de Miranda mantinha com *A Voz do Trabalhador*. Isso ficou perceptível na edição de 15 de maio de 1914 na coluna “*Bilhetes e Recados*”, em que a direção do periódico lamenta a retirada de Tércio de Miranda de algo não muito claro na coluna, já que a nota se tratava de uma resposta à solicitação de Miranda. O jornal acatava a decisão da liderança operária de Manaus e o saudava.³⁵⁰

Seguindo uma narrativa por vezes muito próxima da que foi divulgada pelo jornal manauara *A Lucta Social*, o jornal carioca *A Voz do Trabalhador*, através de Cabesil, seu correspondente em Manaus, construiu uma matéria jornalística bastante interessante e cheia de detalhes. Segundo o jornal, no dia primeiro de maio, por volta das 16h, havia um número elevado de trabalhadores de diversas sociedades operárias na Praça de São Sebastião, local escolhido pelo Comitê Primeiro de Maio³⁵¹ para concentração. O que imagina-se é que o préstito de 1914 pode ter sido um dos maiores já realizados até então, o que é possível inferir por conta de sua ampla divulgação, tanto na imprensa diária quanto em jornais sindicalistas, tendo inclusive destaque nacional.

Em *Do Norte: o 1º de Maio em Manaus: Imponente Comício*, o correspondente narrar o que mais lhe chamou a atenção em Manaus. No início, destaca que apesar dos muitos percalços “o Primeiro de Maio teve aqui a sua efemeride grandioza pelo operariado livre, consciente, altivo e sobranceiro”.³⁵² Às 16h, o público já era grande nas redondezas da praça e notava-se um número elevado de acadêmicos da Universidade Livre de Manaós que, segundo o jornal, “aderiram à cauza do operariado” de livre vontade.

Primeiramente falou sobre o 1º de Maio o estudante Adail Couto, próximo ao monumento *Amazonas*. Na sequência, discursou o artista gráfico J Azpilicueta, proferindo longa fala sobre a situação angustiante do operariado de Manaus. A notícia chegou até a transcrever parte da fala de Azpilicueta, que a direcionava aos trabalhadores:

“Ergamo-nos e caminhemos em busca da emancipação; - disse o companheiro – fundemos associações e arrejimentemos a classe trabalhadora e só então poderemos impor-nos à ambição descomunal

³⁵⁰ *A Voz do Trabalhador* – Órgão da Confederação Operária Brasileira. Rio de Janeiro, ano VII, n° 55, 15 de maio de 1914, pág. 4.

³⁵¹ Foi um comitê criado pela União Operária Amazonense durante a década de 1920 que seria responsável pela organização em todos os anos do Primeiro de Maio na cidade, sobretudo na divulgação do que ocorreria durante as mobilizações.

³⁵² *A Voz do Trabalhador* – Órgão da Confederação Operária Brasileira. Rio de Janeiro, ano VII, n° 55, 15 de maio de 1914.

do patrão, que, além de usufruir todos os lucros que nós produzimos, insiste por não querer pagar em dia os salários do operário”.³⁵³

O discurso de Azpicueta incitava os trabalhadores a criarem e se unirem em torno das associações para só então se revoltarem contra os patrões. Antes de seguirem para a Fábrica de Roupas, o cortejo fez uma parada na Federação Marítima e ouviu o operário José F. Varela. Já na frente da fábrica, falou o acadêmico Euclides Bentes e, na sequência, a operária Maria Cecília de Miranda, como representante das outras trabalhadoras. Entretanto, *A Voz do Trabalhador*, diferente do que fez com os trabalhadores Joaquim Azpicueta e José Varela, não transcreveu a fala de Cecília, conferindo-lhe apenas uma frase de elogio: “num belo discurso, no qual interpretava o sentir e a solidariedade da corporação daquela caça industrial”. Qual o motivo da fala da operária não ter sido transcrita em meio a outros discursos masculinos que ganharam destaque?

Isso nos permite inferir que as mulheres, mesmo aparecendo na fonte jornalística, ainda não tinham destaque na hora da transcrição dos fatos e eram colocadas de lado nesses escritos. Mesmo que fosse reconhecido pelo próprio movimento operário que elas “em vista também de serem assalariadas e, portanto, exploradas” e fossem participar do préstito, suas vozes, ainda assim, eram silenciadas.

A matéria destaca na sequência a fala de Tércio de Miranda, que ao fim teria sido “delirantemente aplaudido pelos operários presentes que o ouviam silenciosamente”. Já dentro do teatro Alcazar, falou o acadêmico Edgar Castro, libertário, tendo discursado sobre a sociedade futura que os trabalhadores tanto almejavam. Na segunda fala de Tércio de Miranda, no mesmo teatro, percebe-se um grande debate sobre as origens do 1º de Maio. Para ele, a data teria surgido no congresso de Chicago como um dia de protesto e não um dia de festa; era necessário que os trabalhadores não confundissem esses dois sentidos do Primeiro de Maio.

No discurso seguinte, Anjelo P. Cabalero destaca que por mais que o capital fosse alçado de forma superior em relação ao trabalho, na verdade, nas relações práticas deveria ser visto como o oposto.

Sem o trabalho o capital não existiria. Colocai – disse P. Cabalero – o capital numa área hermeticamente fechada, e tereis ocasião de verificar como ele é inerte, é improdutivo, sem valor algum. E, pois o trabalho alma-mater do capital e portanto da vida.³⁵⁴

³⁵³ *A Voz do Trabalhador* – Órgão da Confederação Operária Brasileira. Rio de Janeiro, ano VII, nº 55, 15 de maio de 1914.

³⁵⁴ *A Voz do Trabalhador* – Órgão da Confederação Operária Brasileira. Rio de Janeiro, ano VII, nº 55, 15 de maio de 1914.

É perceptível o teor político da fala de grande parte desses trabalhadores. Na citação anterior, observa-se uma fala de conciliação capital-trabalho de viés socialista, entretanto caracterizando o trabalho como superior ao capital. Tanto o jornal *A Lucta Social* quanto *A Voz do Trabalhador* convergem no sentido de um 1º de Maio de luta. Alinham-se também no que tange às posições quanto às mulheres: citam, mas não aprofundam sua participação nas mobilizações.

A narrativa do *Jornal do Comércio* difere um pouco dos acontecimentos do 1º de maio de 1914 destacados pelos outros periódicos. Enquanto os dois primeiros jornais transcreveram a fala do militante anarquista Tércio de Miranda, o *Jornal do Comércio* priorizou a fala do gerente Tenreiro Junior em resposta ao que dissera o acadêmico Euclides Bentes.³⁵⁵

O discurso do gerente não foi observado nas outras duas narrativas. Um dos motivos pode ter sido o fator ideológico de cada um dos jornais ou até mesmo de seus editores. O jornal *A Lucta Social* possuía demanda anarquista e priorizava a divulgação das lutas de trabalhadores e trabalhadoras em prol de melhorias para o dia a dia operário, como explicitado na fala de Tércio de Miranda no 1º de maio. No caso do *Jornal do Comércio*, a proximidade com a elite local ajudava na escolha do que deveria ou não ser publicado, pois era mais interessante deixar nas sombras a fala do anarquista e trazer à luz a fala do gerente, por exemplo. Outro motivo para a fala do gerente não ter sido apontada pelos jornais anarquistas pode ter sido o fato de que o mesmo já possuía seu nome vinculado às greves das operárias e também por Tenreiro Junior estar alinhando com aos donos da fábrica.

As diferenças não param por aí, pois o jornal diário além de não mencionar a fala da operária Cecília de Miranda - que foi noticiada pelos dois jornais operários já citados -, também não se referiu a sua participação, destacando apenas que as trabalhadoras se juntaram ao préstito. Podemos vislumbrar, mais uma vez, que o *Jornal do Comércio* preferiu silenciar a luta dessas mulheres e ignorar a importância que elas conquistaram para o movimento operário a partir daquele momento. Apesar deste mesmo jornal ter publicado notícias sobre as greves das trabalhadoras, eles ainda questionavam o caráter do movimento comparando com a onda do sufrágio que ocorria pelo mundo, como sendo algo negativo.

³⁵⁵ Devemos destacar que as falas dessas pessoas não foram transcritas pelo *Jornal do Comércio*. Ver mais: *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus, 3 de Maio de 1914. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Na busca por informações a respeito da operária Cecília Miranda ou Maria Cecília de Miranda, recorreremos mais uma vez à imprensa manauara, onde encontraram-se poucos registros com seu nome. Um deles tratava-se de uma nota de 1915 do *Jornal do Comércio*, a qual falava sobre uma comissão encarregada de organizar os festejos de Nossa Senhora de Nazaré na Villa Municipal, onde uma mulher homônima da nossa personagem era vice-presidente da sociedade.³⁵⁶

Um pouco antes, em 1909 encontramos outro registro com o nome de Cecília Miranda. Dessa vez ligada à Sociedade de Tiro Brasileiro. Neste caso, a homônima aparece como parte de uma comissão que ofertou uma bandeira bordada por um grupo de senhoras, que seria entregue numa festa em razão da incorporação do grupo na Confederação do Tiro Brasileiro.³⁵⁷

Também recorreu-se à imprensa em busca de mais informações sobre as outras funcionárias da fábrica amazonense de roupas que fizeram parte da comissão que lutou pela manutenção de seus empregos. Tais registros não dão certeza de que são as mesmas pessoas, mas ajudam a fazer entender a complexidade de se analisar mulheres na imprensa. Maria Coelho, Posidonia Coelho, Santina de Jesus e Rosa Del Aguila, ainda quando eram funcionárias da fábrica, faziam a interlocução com a imprensa para arrecadar alimentos para a seca no Ceará com ajuda de uma comissão da União Acadêmica.³⁵⁸ As outras duas funcionárias Maria da Silva Jatahy e Rosa Lima não tiveram outras informações pertinentes na imprensa.

Destarte, na edição do dia 03 de maio de 1914, o *Jornal do Comércio* divulgava três imagens referentes às mobilizações do 1º de maio. Em nenhuma delas foi possível observar a presença de mulheres, o que contrasta com o observado aqui até o momento.³⁵⁹ Esse esquecimento, no entanto, não é por acaso, e tem como resultado a invisibilização da luta das mulheres. Por sorte, utilizando o cruzamento das fontes – imagéticas e escritas – podemos ligar os fios de alguns relatos em que elas apareceram para compreender que estavam lá, ativamente lutando por seus direitos.

³⁵⁶ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus, 21 de Agosto de 1915. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁵⁷ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus, 7 de Março de 1909. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁵⁸ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus, 21 de agosto de 1915. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁵⁹ *Jornal do Comércio do Amazonas*, Manaus, 3 de Maio de 1914. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Olhar o Primeiro de Maio pelo viés das relações de gênero permite-nos encontrar e observar a ação das mulheres em um campo que no geral era reservado aos homens. Ou seja, as mulheres trabalhavam, se movimentavam e eram fundamentais no cotidiano da sobrevivência das comunidades de trabalhadores. Por vezes, acabavam sendo colocadas em um fosso e uma grande dimensão do movimento de trabalhadores era ignorada.³⁶⁰

No entanto, nem sempre agiam no espaço da greve, do sindicato e nos lugares de visibilidade e liderança do movimento operário – como o Primeiro de Maio. O caso das grevistas da fábrica têxtil ganhou destaque justamente por sua suposta excepcionalidade. Assim, a visibilidade e espaço ocupado também foram elementos de disputa entre os grupos e indivíduos envolvidos com a questão operária – tanto militantes quanto editores e redatores de jornais. Portanto, apenas por conta da participação ativa dessas trabalhadoras nas greves entre 1911 e 1913 é que foi possível sua aproximação mais estreita com as mobilizações do Primeiro de Maio, ganhando destaque na imprensa operária da cidade.

Por fim, constata-se que essas relações são construídas cotidianamente e as aproximações entre homens e mulheres precisam ser mais discutidas, e não apenas quando as mulheres possuem algum protagonismo evidente na luta pela manutenção de seus trabalhos. A construção desses jornais, com presença masculina majoritária, corrobora com a ideia de deixá-las de fora de todo esse processo. Mas elas estavam lá, resistindo e lutando.

Com este terceiro capítulo, acreditamos conseguir responder algumas de nossas inquietações quanto às mobilizações do Primeiro de Maio na cidade de Manaus. Os atores sociais – homens e mulheres, fossem socialistas ou anarquistas – que animavam e participavam das movimentações da data eram diversos e pensavam os caminhos de uma emancipação operária de forma distinta. A cidade de Manaus era palco de suas ambições e lutas, que ajudaram a escrever algumas das páginas da História dessa cidade cravada no meio da Floresta Amazônica.

³⁶⁰ THOMPSON, Dorothy. Op. Cit. 2013.

CONCLUSÃO

Ao analisar as mobilizações do Primeiro de Maio na cidade de Manaus por quase 40 anos podemos perceber como a classe trabalhadora circulava e lutava por melhores condições de trabalho. Era através da data, efetivamente, que a classe expressava sua consciência e consolidava sua identidade. Evidenciamos aqui que as experiências das lideranças operárias foram importantes para entender as complexidades das relações sociais da classe trabalhadora local.

O Primeiro de Maio se estabeleceu como a data de maior importância da classe trabalhadora durante a Primeira República. Como toda grande data, foi alvo de sistemáticas tentativas de apropriação pelo patronato e pelo Estado, que tentavam a todo custo desarticular as greves e reivindicações. Entre os próprios trabalhadores existiram também divergências, principalmente em torno das origens da data – O caso de Chicago em 1886 e o Congresso Internacional de Paris em 1889 –, assim como o sentido do dia, se de festejo ou de protesto – divergência que insiste em se manter até os dias de hoje.

As lideranças da cidade aqui destacadas são importantes para que se entenda melhor como eram as ações em torno desse dia. Cada uma delas observava o Primeiro de Maio com olhares distintos, mas sempre com o mesmo objetivo: levar a classe trabalhadora para um futuro melhor. O próprio Dia do Trabalhador carregava ambiguidades, de um dia de festa ou um dia de luta, um dia verde e florido ou um dia vermelho e de sangue. O que se buscou evidenciar aqui era como esse processo histórico, alvo de disputas internas e externas a classe trabalhadora, ocorreu na cidade de Manaus.

Esta dissertação é uma singela contribuição para a história do trabalho amazonense, com votos que possa auxiliar os mais diversos historiadores que trabalham com o mundo do trabalho na região norte. Apesar de ser considerada uma temática clássica, acredita-se que o Primeiro de Maio ainda pode render muitos questionamentos, sobretudo através da interseccionalidade entre classe, raça e gênero.

Entender como as lideranças operárias utilizavam o espaço físico da cidade de Manaus, principalmente na área central, foi importante para caracterizar a história do Primeiro de Maio em Manaus. Imaginemos quantos outros Tércios, Joaquins, Joãos,

Adalgisos e Cecílias usavam o perímetro central da cidade para externalizar suas indignações, tensões e interações em torno desta data.

A pesquisa possibilitou encontrar a figura de Adalgiso Santos, um carpinteiro que se tornou presidente do Bloco Recreativo Primeiro de Maio em 1928. Bloco que organizava soirées dançantes nos meses de fevereiro e maio, exatamente no carnaval e no Dia do Trabalhador, o que ajudou a evidenciar o uso desses espaços como de lazer e de militância. O que não pode passar despercebida é a cor de Santos, evidente apenas através de imagem do jornal. É neste aspecto que, talvez, a pesquisa pudesse ter avançado mais. Impossibilitada pelo tempo, essa lacuna ainda precisa ser fechada com pesquisa mais aprofundada nos acervos da cidade de Manaus, sobretudo nas questões raciais.

A partir do Primeiro de Maio foi possível mensurar a participação das mulheres nas mobilizações da data em Manaus, com base em seu próprio protagonismo. As greves de 1911, 1912 e 1913 empreendidas por essas trabalhadoras foram cruciais para alçarem essas operárias a um papel de destaque dentro do 1º de maio. Para nós, só a partir dessas paredes foi que essas mulheres foram vistas nas mobilizações.

Entretanto, esta dissertação não responde a todas as nossas inquietações e nem funciona como o fim de uma história. Pelo contrário, abre novos caminhos de pesquisa e análise que podem levar a entender outros processos da luta operária em torno da emancipação, sobretudo na perspectiva da instrução, que não foi alvo de análise na presente pesquisa, mas que estava intimamente ligada aos discursos das lideranças operárias - sobretudo das socialistas -, como saída para a emancipação operária.

FONTES

1 Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Jornal Diário de Manaós (1893) - Disponível em Hemeroteca Digital
Jornal Amazonas (1893) - Disponível em Hemeroteca Digital
Jornal do Comércio (1904-1933) – Disponível em Hemeroteca Digital
Jornal Pequeno (1911) - Disponível em Hemeroteca Digital
Jornal Correio do Norte (1911) - Disponível em Hemeroteca Digital
Jornal A Lanceta (1912) - Disponível em Hemeroteca Digital
Jornal A Marreta (1912) - Disponível em Hemeroteca Digital
Jornal O Chicote (1913) - Disponível em Hemeroteca Digital
Pequeno Jornal (1913) – Recife - Disponível em Hemeroteca Digital
El Hispano Amazonense – Disponível em Hemeroteca Digital

Mensagem do Governador do Amazonas ao Congresso (1893) – Disponível na Hemeroteca Digital

2 Laboratório de História da Imprensa do Amazonas (LHIA)

Jornal A Lucta Social (1914) – Disponível em Laboratório de História da Imprensa do Amazonas (LHIA)
Jornal Vida Operária (1920) - Disponível em Laboratório de História da Imprensa do Amazonas (LHIA)
Jornal Primeiro de Maio (1928) - Disponível em Laboratório de História da Imprensa do Amazonas (LHIA)
Jornal O Gutenberg (1891-1892) – Disponível em Laboratório de História da Imprensa do Amazonas (LHIA)

4 Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas

Processo Criminal: Subfundo: Delegacia Auxiliar de Polícia da Capital. Autos de Prisão em Flagrante por ofensas físicas. 1925.

5 Outros Arquivos:

Censos populacionais (1872, 1890, 1900, 1920) – Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31687.pdf>
<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>

Cópia Digital do Livro de Registros da Associação União Operária Amazonense – Cedido pelo Prof. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro.

Decreto Federal nº 4.859 de 26 de setembro de 1924.

Decreto Estadual nº 99 de outubro de 1925. Arquivo Público do Amazonas

Jornal *A Voz do Trabalhador* – Edição fac-similar (1914)

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Vanessa. *Mulheres do Novo Século: a condição feminina no Amazonas (1900-1919): um olhar a partir das representações da imprensa amazonense*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2014.

ARÊAS, Luciana Barbosa. “As comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro (1890-1930)”. *História Social*. Campinas-SP. N°4/5, 1997/1998.

_____. *A redenção dos operários: o Primeiro de Maio no Rio de Janeiro durante a República Velha*. Campinas, SP, 1996.

BARROS, Cláudia Amélia Mota Moreira. *Vozes Operárias: os tipógrafos e a construção da identidade operária amazonense (1891-1914)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2015.

BARBOSA, Marivalda. *História Cultural da Imprensa, Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2010.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes e SILVA, Fernando Teixeira da. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. “Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920)” IN: *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 12, n°23/24. Set. 91/agos. 92.

BILHÃO, Isabel. “Trabalhadores do Brasil!: as comemorações do Primeiro de Maio em tempos de Estado Novo Vargasista”. IN.: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n° 62, 2011, pág.. 73.

BRITO, Agda Lima. *Mulheres no Seringal: experiência, trabalho e muitas histórias (1940-1950)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. 2017.

CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. *Trabalho e Emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2010.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isidoro. *Nem sina, nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará, 2011.

_____. *O Eldorado dos Deserdados: indígenas, escravos, migrantes, regatões e o avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2017.

CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando Teixeira. Sujeitos no Imaginário Acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. IN: *Cadernos AEL*, v.14. n. 26. 2009.

_____. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

COSTA, Deusa. *Quando viver ameaça a ordem urbana – Trabalhadores de Manaus (1890-1915)*. Manaus: Editora Valer e FAPEAM, 2014.

DANTAS, Carolina Vianna. “Monteiro Lopes (1867-1910), um “líder da raça negra” na capital da República”. IN.: *Afro-Ásia*, 41 (2010).

_____. *Manoel da Motta Monteiro Lopes, um deputado negro na I República*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2008. Monografia.

DANTAS, Hélio da Costa. “Pesquisa Histórica no Amazonas: uma breve análise”. IN: *jamaxi*, UFAC, V. 1, N°1, 2017.

DAOU, Ana Maria. *Cidade, Teatro e o “Paiz das Seringueiras”:* práticas e representações da sociedade amazonense na passagem do século XIX-XX. Rio de Janeiro: Rio Book’s, 2014.

DOS SANTOS, Carlos José Ferreira. *Nem tudo era italiano. São Paulo e Pobreza (1880-1915)*. São Paulo: Fapesp/AnnaBlume, 1998.

ENGELS, Frederich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.

FARNSWORTH-ALVEAR, Ann. “El misterioso caso de los hombres desaparecidos: género y clase em el Medellín de comienzos de la era industrial”. IN: *Historia y Sociedad*, n° 3, 1996, pág. 141-167.

FORTES, Alexandre. “O Processo Histórico de Formação da Classe Trabalhadora: algumas considerações”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 29, n° 59, setembro-dezembro, 2016.

GIANOTTI, Vitto. *Histórias das Lutas dos Trabalhadores no Brasil*. Mauad, 2007.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Dividindo as Províncias do Império: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2012.

GOMES, Angela de Castro e FERREIRA, Marieta de Moraes. “Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: novas perspectivas de análise”. IN.: *BIB*, Rio de Janeiro, n. 24, 2º semestre de 1987.

GOMES, Angela de Castro Gomes. *Cidadania e Direitos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 1997.

JOSHI, Chitra. “Além da polêmica do provedor: Mulher, Trabalho e História do Trabalho”. *Revista Mundos do Trabalho: Perspectivas de gênero nos mundos do trabalho*, v1, n°2, 2009.

FRACCARO, Glaucia. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

FREIRE, José Ribamar Bessa (Org). *Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)*. Catálogo de Jornais. Manaus, Editora Calderaro. 1990.

FONSECA, Cláudia. “Ser mulher, mãe e pobre”. IN.: PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

FONTANA, Hugo. “Haymarket, Chicago, 1º de Maio de 1886”. IN: *Verve*, n° 27, 2015, pág. 13-28.

HATOUM, Milton. *Dois Irmãos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

HOBSBAWN, Eric J. *Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a História Operária*. 6º edição. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

KOCHER, Bernardo. *Luto-Luta - O Primeiro de Maio no Rio de Janeiro: 1890-1940*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 1987.

LAGE, Mônica Maria Lopes. *Mulher e Seringal: um olhar sobre as mulheres nos seringais do Amazonas (1880-1920)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas. 2010.

LEAL, Davi Avelino. *Entre Barracões, Varadouros e Tapiris: os seringueiros e as relações de poder nos seringais do Rio Madeira (1880-1930)*. Dissertação (Mestrado em Sociedade em Cultura). Universidade Federal do Amazonas, 2007.

LINEBAUGH, Peter. “The Incomplete, True, Authentic and Wonderful History of May Day”. IN: COCKBURN, Alexander e CLAIR, Joffrey St. *Serpents in the Garden: Liaisons with Culture & Sex*. CounterPunch, 2004.

LINS, Lindercy Tomé de Souza. *Um dia, muitas histórias... Trajetória e concepções do Primeiro de Maio em Fortaleza da Primeira República ao Estado Novo*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Ceará, 2006.

LIRA, Bárbara Rebecka Gomes de. *A Difícil Vida Fácil: o mundo da prostituição e suas representações na cidade de Manaus (1890-1925)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2014.

LUCA, Tania Regina. “A História dos, nos e por meio dos jornais”. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2º ed., 1º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

MALERBA, Jurandir (Org). *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2010.

MARQUES, João Carlos. *Imagens e mensagens libertárias do Primeiro de Maio: No Jornal A Voz do Trabalhador (1909-1915)*. Monografia de Conclusão de Curso. (Graduação em História) – Universidade Estadual de Londrina, 2009.

_____. *A Voz do Trabalhador: cultura operária e resistência anarquista no Rio de Janeiro (1908-1915)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Londrina, 2013.

MARTINS, Ana Paula Vosne. “Possibilidades de diálogo: classe e gênero”. *História Social: História Social Inglesa*. Campinas, nº4/5, 1997/1998.

MATOS, Geisimara Soares. “‘Aformoseamento’ da Cidade: a normatização do espaço urbano de Manaus no final do século XIX”. IN: *Revista Ars Historica*, nº 15, Jul/Dez. 2017.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e Livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Tempo, 2008.

MESQUITA, Otoni Moreira de. *La Belle Vitrine: o mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890-1900)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, 2005.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *O Aguadeiro: subsídios para a história social do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1997.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. “Trabalhadores negros e “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil”. IN: *Estudos Históricos*. V.29. n.59. set-dez/2016.

NEPOMUCENO, Eric Brasil. “Cidadania “na ponta”: participação negra nos carnavais cariocas da Primeira República (1889-1917)”. XXVII Simpósio Nacional de História, 2013.

PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. “Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico (notas de uma pesquisa)”. IN: *Revista Brasileira de História*. N.6. 1983.

PEREIRA, Juliana da Conceição. *Clubes dançantes e moralidades no Rio de Janeiro da Primeira República*. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, 2017.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “A dança da política: trabalhadores, associativismo recreativo e eleições no Rio de Janeiro na Primeira República”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 37, n° 74, 2017.

_____. “Os anjos da Meia-Noite: trabalhadores, lazer e direitos no Rio de Janeiro da Primeira República”. *Revista Tempo*, vol. 19, n° 35.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 7° edição – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Bauru/SP: EDUSC, 2005.

PESSOA, Alba Barbosa. *Infância e Trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2010.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. “Cruzando Fronteiras: As pesquisas regionais e a História Operária Brasileira”. *Anos 90*. Porto Alegre, n° 3, jun. 1995.

_____. *Origens do 1° de Maio no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS – MEC, 1981.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. “Migração, trabalho e etnicidade: portugueses e ingleses no porto de Manaus, 1880-1920”. IN.: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 30, n°54, p. 807-826, set/dez. 2014.

_____. “A Pena e a Forja: jornais de trabalhadores no Amazonas no século XIX”. IN: *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 21, n.31, 2014.

_____. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1915)*. 3° edição. Manaus: FUA, 2015.

_____. A Mulher na Imprensa Amazonense, 1900-1950: algumas reflexões. XXVII Simpósio Nacional de História, 2013.

_____. “Mulheres Portuguesas na Belle Époque Manauara, 1880-1920”. IN.; MENEZES, Lená Medeiros de e SOUZA, Fernando (org.). Brasil – Portugal: *Pontes sobre o Atlântico, múltiplos olhares sobre a e/imigração*. 1º ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2017, v.1.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Vozes Operárias: fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

_____. “Lideranças estrangeiras entre os trabalhadores manauaras (1910-1930)” IN: *Revista Mundos do Trabalho*. Vol. 9, nº 17, Janeiro-Julho, 2017.

PIRES, Isabelle Cristina da Silva. *Entre Teares e Lutas: relações de gênero e questões etárias nas principais fábricas de tecidos do Distrito Federal (1891-1932)*. Dissertação (mestrado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas.

PRAIA, Benta Litaiff. *A Crise da Economia Gumífera e o Mundo do Trabalho em Manaus (1910-1930)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2010.

_____. “Dimensões do Trabalho Feminino: outras imagens da Manaus da borracha (1910-1930)”. IN.: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Org.). Manaus: EDUA, 2014.

RÉBÉRIOUX, Madeleine. “Os Lugares da Memória Operária”. IN: *Departamento de Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1992.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *História do Amazonas*. 3º edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

_____. *O Seringal e o Seringueiro*. 2º ed. Manaus: Edua, Governo do Estado, 1997.

RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. *Do Burgo Podre ao Leão do Norte: o Jornal do Commercio e a Modernidade em Manaus (1904-1914)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2014.

RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária: os congressos operários no Brasil*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979.

SAMPAIO, Patrícia Melo. “Nas teias da fortuna: acumulação mercantil e escravidão em Manaus, século XIX”. IN: *Revista de Humanidades*, v. 3, n /6, out./nov. 2002.

SANTIAGO, Maria Célia. *Clandestinidade e Mobilização nas Linhas de Montagem: a construção da greve dos metalúrgicos de 1985, em Manaus*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2010.

SANTOS, Francisco Jorge. *Nos Confins Ocidentais da Amazônia Portuguesa: mando metropolitano e prática do poder régio na Capitania do Rio Negro no século XVII*. Tese. (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, 2012.

SANTOS, Francisco Jorge dos et all. *Cem anos de imprensa no Amazonas (1851-1950)*. Catálogo de Jornais. 2º ed. Revisada. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1990.

SCIFONE, Simone. “Lugares de Memória Operária na Metrópole Paulistana”. *GEOUSP-Espaço e Tempo*. São Paulo, nº33, 2013.

SCHETTINI, Cristiana e POPINIGIS, Fabiane. “Empregados do Comércio e Prostitutas na Formação da Classe Trabalhadora do Rio de Janeiro Republicano”. IN.: *ArtCultura* (UFU). V. 11. Jul.-dez.

SCOTT, Joan W. “Experiência”. IN: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Org). *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

SERÁFICO, Marcelo e SERÁFICO, José. “A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil”. IN.: *Estudos Avançados*, n. 19 (54), 2005.

SILVA, Isabel Saraiva. *Mulheres Impressas: amor, honra e violência no cotidiano das mulheres em Manaus, 1932-1962*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2016.

SOARES, Ana Luiza Morais. *Os indígenas na cidade de Manaus (1870-1910): entre a invisibilidade e a assimilação*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Amazonas, 2014.

SOUZA, Leno José Barata. “Cultura Impressa no Amazonas e a Trajetória de um Jornal Centenário”. IN: *Tempos Históricos*, v. 14, 2010.

TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo Redes Sociais, projetos de identidade e espaços políticos: a imprensa operária no Amazonas*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

_____. *A Vida Operária em Manaus: imprensa e mundos do trabalho (1920)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2008.

_____. “Tércio Miranda: uma liderança anarquista na Amazônia (1913-1914)”. IN: *Revista Mundos do Trabalho*, v. 9, nº17, Janeiro-Julho, 2017.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa, v. I, A Árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

THOMPSON, Dorothy. Las Mujeres y la Radicalidad Política en el siglo XIX: una dimensión ignorada. *Revista Mora*: B. Aires, vol. 19, nº2, jul/dez. 2013.

TILLY, Louise A. “Gênero, história das mulheres e história social”. *Cadernos Pagu*: desacordos, desamores e diferenças nº3, 1994.

VARIKAS, Eleni. “Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly/Scott”. *Cadernos Pagu*: desacordos, desamores e diferenças. Nº3, 1994.

ZICMAN, René Barata. *História Através da Imprensa*: algumas considerações metodológicas. Projeto História nº4. São Paulo, Educ, 1985.

WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.